

Cuidar da Casa Comum.

■ ■ Nossa contribuição ao Pacto Educativo Global



Prólogo:
Cardeal Óscar Rodríguez Maradiaga, SDB

Compilador:
Óscar A. Pérez Sayago



Cuidar da Casa Comum.

■ ■ Nossa contribuição ao Pacto Educativo Global

Prólogo:
**Cardeal Óscar
Rodríguez Maradiaga, SDB**

Compilador:
Óscar A. Pérez Sayago





Compilador

Óscar A. Pérez Sayago

Conselho da CIEC

Região Andina: Irmã Antonieta García Carrizales, FIC

Região Caribe: Sórora Ana Julia Suriel, FMA

Região América Central: Irmão Abdón Camacho, FSC

Região Norte: Thomas Burnford

Região Sul: Irmão Paulo Fossatti, FSC

Secretário Geral

Óscar A. Pérez Sayago

Assessor Espiritual

Cardeal Óscar Rodríguez Maradiaga, SDB

Assessor Acadêmico

Padre Walter Guillén, SDB

Confederação Interamericana de Educação Católica – CIEC

Rua 147ª #50-92

Bogotá, Colômbia. América.

ISBN: 978-607-01-4390-8

www.ciec.edu.co



ÍNDICE

- 5** Prólogo
Cardeal Óscar Rodríguez Maradiaga, SDB
- 9** Apresentação
Óscar A. Pérez Sayago
- 13** Sobre o cuidado da casa comum
- 149** Guardar a criação
- 155** A criação é o mais belo presente de Deus
- 159** Guardar a vida humana, guardar o planeta
- 165** Para que necessitamos desta terra?
- 173** Comportamento de ecologia humana
- 179** Fundamentos espirituais para o cuidado da criação
- 183** Usemos a misericórdia para com a nossa casa comum
- 193** Ecologia integral
- 199** Direito humano à água
- 203** Respeito, responsabilidade e relação
- 207** Novos estilos de vida
- 211** Consciência responsável em relação à nossa casa comum
- 215** Conversão ecológica
- 221** Não temos sabido guardar a criação com responsabilidade
- 227** A terra deve ser tratada com ternura
- 231** Fé, inclusão e desenvolvimento sustentável
- 239** Não deixar ninguém para trás
- 243** Um plano comum em harmonia com a ciência do clima
- 249** O tempo urge
- 253** O bem comum e a era digital
- 259** Rezar imersos na natureza
- 265** Honestidade, responsabilidade e coragem
- 269** Desafio da civilização



PRÓLOGO

É com sincera satisfação, atendendo a um pedido do Secretário Geral da Confederação Interamericana de Educação Católica, Óscar Armando Pérez Sayago, que venho a redigir este prólogo por um motivo de triple lealdade, primeiro com a criação, obra perfeita de Deus, depois com o Santo Padre, que tem sido um paladino e um apóstolo da causa da defesa da casa comum, e também com a CIEC, que, como entidade continental na América, vem levando, com grande perseverança, o propósito do Papa Francisco em relação ao cuidado com a criação. Eu não poderia falar não à tarefa de prologar esta obra. Além disso, sou educador por vocação e sei que, desde o século passado, há um vácuo inveterado e intergeracional na Escola Católica em relação a esse assunto, e essa omissão deve ser sanada.

Este livro – fruto de uma esperada compilação e composição do Pérez Sayago – se destaca, entre muitos outros aspetos, por conter de forma total, completa e bem articulada os ensinamentos do Papa em matéria de respeito, responsabilidade, relação e educação diante do inapreciável dom da vida e para formar, em todas as pessoas, um novo estilo de vida, coerente com uma consciência ética capaz de salvar o mundo em que vivemos com honestidade, responsabilidade e valentia.

Não há dúvida de que o valor do ecológico é o fio de ouro que costura todas as peças desta nutritiva compilação, entendendo que o magistério do Papa pretende, pedagogicamente, que o sentido de respeito pela natureza passe a ser um valor que forme parte da conduta das pessoas e constitua o critério “humano” que permita uma sintonia com seu ambiente, promovendo ações positivas que incentivem um uso ético dos recursos naturais para um equilíbrio ecológico e social.





Podemos dizer que este precioso trabalho equivale, por seu estilo e forma, a um antigo analecto ou “coleção” clássica, por fazer referência aos “elementos recolhidos”, desta vez sobre o tema do cuidado da casa comum.

Para a Escola Católica e a família, é um desafio ensinar às novas gerações a **custodiar a criação** com afincio e com o senso de responsabilidade focado em que a natureza constitui o **mais belo presente de Deus**, e isso equivale a **custodiar a vida humana no planeta**. A ética exige um compromisso com o bem, com a verdade, com a vida. A **terra precisa de nós** e, diante desta emergência, o homem e a mulher contemporâneos devem trabalhar por uma **ecologia humana** que favoreça um convívio social para proteger, de forma **responsável**, a vida de todos com justiça, equidade e **ternura**.

Diante do trágico fato de que **não sabemos cuidar da criação com responsabilidade**, o Papa Francisco faz uma hermenêutica excepcional, unitiva e existencial sobre a doente realidade da criação inteira e, com seus ensinamentos, oferece os **fundamentos espirituais** que convidam a todos a usar a **misericórdia** com o mundo e com toda a criação de Deus para o bem do ser humano. Esse é o princípio determinante que dá essencialidade aos dois conceitos originais do Romano Pontífice: **conversão ecológica** e **ecologia integral**. Certamente, a primeira conversão implica voltar-se para Deus e reconhecê-lo como a origem e o feitor de toda a criação. O Credo já diz: “Creio em um só Deus, Pai todo-poderoso Criador do Céu e da Terra”.

A fé não contradiz os conceitos de sustentabilidade, progresso, desenvolvimento dos povos, bem-estar, riqueza e prosperidade. Absolutamente não, mas a fé nos diz que nada disso substitui a pessoa humana nem está acima dela. Por isso, alcançar uma dinâmica de otimização dos bens e recursos da terra, respeitando seus ecossistemas e o meio, nos permite garantir ao indivíduo, como pessoa, membro de uma família e parte ativa de uma sociedade, **que ninguém será deixado para trás** na incumbência de construir **um plano comum em harmonia com a ciência do clima**. Esse novo paradigma é o que o Papa Francisco ressalta e constitui uma desejável comunhão na ordem primigênia da criação.



Como **o tempo urge**, em muitos lugares a deterioração do planeta e os estragos produzidos pelo aquecimento global são evidentes — além dos desmentidos que alguns governos sem escrúpulos tentam apologizar — e estando a vida em jogo, o Papa quer que todos os cidadãos do mundo assumamos o desafio de salvar o que pode ser salvo com **honestidade, responsabilidade e coragem**.

Vivemos na **era digital**, na hipermoderna era da eficiência, dos lucros e das cifras, das distâncias agora mais curtas e do tempo desafiado pelo instantâneo, com novas formas de interação, mas em que a relação com o meio ambiente é pouco valorizada. Por isso, é um grande **desafio da civilização** dar ao tema do meio ambiente e da ecologia vital o valor que ele, objetivamente, tem para o **bem comum**.

Quando o salmista dizia: “Senhor, nosso Senhor, como é majestoso o teu nome em toda a terra” (Sl 8,2), ele estava orando de forma contemplativa e se inspirou fazendo poesia e cantando ao universo, tomado de encanto. Com essas palavras que brotam como notas musicais da harpa de seu coração ele reconhece, em sua prece, a pequenez do ser humano como criatura, embora tivesse sido associado por Deus a seu domínio sobre as criaturas, não como dominador, mas como lugar-tenente de Deus diante da criação. Por meio da contemplação do que é visível, é possível chegar a **rezar imersos na natureza** e fazê-lo é uma manifestação da dimensão espiritual e transcendental do ser humano diante da obra de Deus “Criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis” (como diz o Credo niceno-constantinopolitano, do ano 381). Da mesma forma em que a prece une a Deus, a consciência deve **unir o cuidado com o ambiente e o cuidado com as pessoas**.

Quando Ovídio fala com seu livro como se fosse um outro eu, diz para ele: *ut pe-ragas mandata, liber, culpabere forsan ingeniique minor laude ferere mei*, isto é, “mesmo que você cumpra minhas ordens, livro, você, talvez, será censurado e será alabado menos do que a alabança de minha engenhosidade”. É que todo livro, ao sair das mãos do autor, deixa de ser o livro “do” autor e se transforma em um livro “do” leitor, considerando-o como um leitor ideal, quem interpretará o livro de seu jeito, estabelecerá com ele um





diálogo e sempre acontece que, no final, o leitor prescinde daquele que, de forma nobre, quis dizer e contar alguma coisa para ele.

Meu desejo é que quem o leia não esqueça o que este livro ensina e guarde em sua mente, em seu coração e em sua vontade o compromisso de salvar o meio ambiente em que vive e se desenvolve.

Paul Ricoeur dizia que ler é como criar uma cadeia de valor cujos elos eram o acompanhamento para “a configuração da obra”, a atualização de sua “capacidade de ser lida”, a continuação do “relato” seguida da reatualização do texto lido e que permite o nascimento de um vínculo (“intriga”, ele dizia) entre o livro e o leitor.

Com gratidão e reverente admiração ao Papa, o verdadeiro autor do conteúdo total deste livro, e com apreço e estima pela Confederação Interamericana de Educação Católica, que está presente em todo o continente, do Alasca até a Terra do Fogo, eu indico a leitura deste precioso livro, desejando que faça todo o bem possível para as pessoas, a sociedade e o nosso planeta.

Óscar Andrés Rodríguez Maradiaga, SDB
Arcebispo de Tegucigalpa

APRESENTAÇÃO

Óscar Armando Pérez Sayago
Secretário Geral da CIEC

É com muita alegria que venho apresentar **Cuidar da Casa Comum. Nossa contribuição ao Pacto Educativo Global**. Agradeço mais uma vez à Editora Santillana por se unir a este compromisso de defender e cuidar da nossa mãe Terra.

Na encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco lembra que “A educação será ineficaz e os seus esforços estéreis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza” (n. 215).

À crise social mundial, aprofundada e generalizada pela globalização do modelo hiperliberal da economia que absolutiza o mercado, acrescenta-se a profunda crise ambiental que nosso planeta padece e que ameaça de uma forma tal que nos sobressalta e causa pânico pelas consequências que, a um prazo muito curto, possam colocar em risco a própria sobrevivência humana.

A Terra, entendida como um imenso ser vivo, está doente e gravemente ferida e, com ela, a humanidade inteira está mortalmente ameaçada. Pareceria que o ser humano tivesse trocado sua missão de ser o anjo da guarda da criação pelo papel de anjo exterminador.

A enumeração dos problemas ou capítulos que configuram essa crise é mencionada pelo Papa Francisco em *Laudato Si'*, que lembra o que está acontecendo em nossa casa: a poluição e a mudança climática, a questão da água, a perda da biodiversidade, a deterioração da qualidade da vida humana e a degradação social, a desigualdade planetária, a fraqueza das relações e a diversidade de opiniões.





No centro da economia, da política, da vida social, da educação, da própria teologia, o Papa Francisco nos convida a posicionar a ecologia como um novo paradigma, uma compreensão global da vida e do mundo, que exige uma conversão radical e uma transmutação em cada um dos campos da vida humana, de nossa mente, do coração, de nossas atitudes e práticas.

A ecologia está se convertendo em uma chave para interpretar a realidade em seu conjunto. Somos convidados a apostar em outro estilo de vida e a redescobrir que tudo está relacionado com tudo.

Queremos dar, com propriedade, o nome de “ecologia integral” a essa revolução e reconversão global, mas, desde a Encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, também será chamada de “espiritualidade ecológica”.

Trata-se de dar, na Escola Católica, um novo sentido a nossas relações com os outros e com a natureza. A espiritualidade ecológica propõe criar uma nova aliança entre o ser humano e a natureza, para que nosso futuro como espécie não esteja ameaçado e desapareça o perigo de extinção da vida sobre a Terra, uma nova aliança que gere um sentido de solidariedade com as futuras gerações e crie relações sociais dignas. Trata-se de estabelecer vínculos de ternura, de cuidado, de imensa fraternidade e solidariedade com aquilo que, antes, considerávamos que estava por baixo de nós, submetido a nosso domínio e exploração e a nossa disposição para poder manipulá-lo, e trata-se de propormos, portanto, trabalhar em comunhão com a natureza e não contra ela.

Mas, como educadores, poderemos proclamar e viver a espiritualidade ecológica a partir da escola?

Em primeiro lugar, a reconversão é imposta a nós. A proposta para todos consiste na necessidade de uma revolução cultural, de uma mudança substancial na forma de experimentar a realidade e as relações humanas e com a natureza, uma transformação na maneira de interpretar a vida, de viver e de conviver.



Em segundo lugar, a passagem do antropocentrismo ao biocentrismo nos é imposta, ou seja, passar de uma visão dos seres humanos como donos e dominadores da natureza a entender-nos como seres entre os outros seres vivos, com os quais temos de viver em harmonia e em comunhão com o resto da natureza.

Em terceiro lugar, o caminho em direção à fraternidade cósmica é apontado pela superação da racionalidade instrumental, como único critério da ação humana, e pela integração do *pathos* (o sentimento) e do *eros* (comunhão afetiva e amorosa) também nas relações com a natureza.

Essa espiritualidade ecológica forma parte, também, de uma visão cristã da vida, ou, em outras palavras, constitui, além disso, um problema religioso, que tem a ver com o modo em que o próprio Deus se relaciona com o conjunto dos seres por Ele criados e a maneira de relacionar-nos com Deus por meio de toda a criação inteira.

Corresponde a nós, como educadores cristãos, como portadores da espiritualidade ecológica, elaborar, viver e comunicar uma nova experiência de Deus. A presença de Deus no mundo, ricamente diversa, presente em cada expressão da criação, se transforma em mística, em uma competência de ver o mais profundo da realidade, de descobrir e encontrar a Deus em tudo. “Falta a consciência duma origem comum, duma recíproca pertença e dum futuro partilhado por todos” (*Laudato Si'*, n. 202).





SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM

Carta Encíclica *Laudato Si'*, 24 de maio de 2015

1. “*LAUDATO SI'*, mi' Signore” – “Louvado sejas, meu Senhor”, cantava São Francisco de Assis. Nesse gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços: “Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras”.¹
2. Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que “geme e sofre as dores do parto” (*Rm* 8, 22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. *Gn* 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos.





Nada deste mundo nos é indiferente

3. Mais de cinquenta anos atrás, quando o mundo estava oscilando sobre o fio duma crise nuclear, o Santo Papa João XXIII escreveu uma encíclica na qual não se limitava a rejeitar a guerra, mas quis transmitir uma proposta de paz. Dirigiu a sua mensagem *Pacem in terris* a todo o mundo católico, mas acrescentava: “e a todas as pessoas de boa vontade”. Agora, à vista da deterioração global do ambiente, quero dirigir-me a cada pessoa que habita neste planeta. Na minha exortação *Evangelii gaudium*, escrevi aos membros da Igreja, a fim de os mobilizar para um processo de reforma missionária ainda pendente. Nesta encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum.

4. Oito anos depois da *Pacem in terris*, em 1971, Beato Papa Paulo VI referiu-se à problemática ecológica, apresentando-a como uma crise que é “consequência dramática” da atividade descontrolada do ser humano: “Por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o ser humano] começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação”.² E, dirigindo-se à FAO, falou da possibilidade duma “catástrofe ecológica sob o efeito da explosão da civilização industrial”, sublinhando a “necessidade urgente duma mudança radical no comportamento da humanidade”, porque “os progressos científicos mais extraordinários, as invenções técnicas mais assombrosas, o desenvolvimento económico mais prodigioso, se não estiverem unidos a um progresso social e moral, voltam-se necessariamente contra o homem”.³

5. São João Paulo II debruçou-se, com interesse sempre maior, sobre este tema. Na sua primeira encíclica, advertiu que o ser humano parece “não dar-se conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de um uso ou consumo imediatos”.⁴ Mais tarde, convidou a uma conversão ecológica global.⁵ Entretanto, fazia notar o pouco empenho que se põe em “salvaguardar as condições morais de uma autêntica *ecologia humana*”.⁶ A destruição do ambiente humano é um fato muito



grave, porque, por um lado, Deus confiou o mundo ao ser humano e, por outro, a própria vida humana é um dom que deve ser protegido de várias formas de degradação. Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas “nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades”.⁷ O progresso humano autêntico possui um caráter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e “ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado”.⁸ Assim, a capacidade de o ser humano transformar a realidade deve desenvolver-se com base na doação originária das coisas por parte de Deus.⁹

6. O meu predecessor, Bento XVI, renovou o convite a “eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente”.¹⁰ Lembrou que o mundo não pode ser analisado concentrando-se apenas sobre um dos seus aspetos, porque “o livro da natureza é uno e indivisível”, incluindo, entre outras coisas, o ambiente, a vida, a sexualidade, a família, as relações sociais. É que “a degradação da natureza está estreitamente ligada à cultura que molda a convivência humana”.¹¹ O Papa Bento XVI propôs-nos reconhecer que o ambiente natural está cheio de chagas causadas pelo nosso comportamento irresponsável; o próprio ambiente social tem as suas chagas. Mas, fundamentalmente, todas elas ficam a dever ao mesmo mal, isto é, à ideia de que não existem verdades indiscutíveis a guiar a nossa vida, pelo que a liberdade humana não tem limites. Esquece-se de que “o homem não é apenas uma liberdade que se cria por si própria. O homem não se cria a si mesmo. Ele é espírito e vontade, mas é também natureza”.¹² Com paterna solícitude, convidou-nos a reconhecer que a criação resulta comprometida “onde nós mesmos somos a última instância, onde o conjunto é simplesmente nossa propriedade e onde o consumimos somente para nós mesmos. E o desperdício da criação começa onde já não reconhecemos qualquer instância acima de nós, mas vemos-nos unicamente a nós mesmos”.¹³





Unidos por uma preocupação comum

7. Estas contribuições dos Papas recolhem à reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões. Mas não podemos ignorar que, também fora da Igreja Católica, noutras Igrejas e Comunidades cristãs – bem como noutras religiões – se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa sobre estes temas que a todos nos estão a peito. Apenas para dar um exemplo particularmente significativo, quero retomar de maneira breve parte da contribuição do amado Patriarca Ecuménico Bartolomeu, com quem partilhamos a esperança da plena comunhão eclesial.
8. O Patriarca Bartolomeu tem-se referido particularmente à necessidade de cada um se arrepender do próprio modo de maltratar o planeta, porque “todos, na medida em que causamos pequenos danos ecológicos”, somos chamados a reconhecer “a nossa contribuição – pequena ou grande – para a desfiguração e destruição do ambiente”.¹⁴ Sobre este ponto, ele pronunciou-se repetidamente, de maneira firme e encorajadora, convidando-nos a reconhecer os pecados contra a criação: “Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas húmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado”.¹⁵ Porque “um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus”.¹⁶
9. Ao mesmo tempo Bartolomeu chamou a atenção para as raízes éticas e espirituais dos problemas ambientais, que nos convidam a encontrar soluções não só na técnica mas também numa mudança do ser humano; caso contrário, estaríamos a enfrentar apenas os sintomas. Propôs-nos passar do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade de partilha, numa ascese que “significa aprender a dar, e não simplesmente renunciar. É um



modo de amar, de passar pouco a pouco do que eu quero àquilo de que o mundo de Deus precisa. É libertação do medo, da avidez, da dependência”.¹⁷ Além disso nós, cristãos, somos chamados a “aceitar o mundo como sacramento de comunhão, como forma de partilhar com Deus e com o próximo numa escala global. É nossa humilde convicção que o divino e o humano se encontram no menor detalhe da túnica inconsútil da criação de Deus, mesmo no último grão de poeira do nosso planeta”.¹⁸

São Francisco de Assis

- 10.** Não quero prosseguir esta encíclica sem invocar um modelo belo e motivador. Tomei o seu nome por guia e inspiração, no momento da minha eleição para Bispo de Roma. Acho que Francisco é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria e autenticidade. É o santo padroeiro de todos os que estudam e trabalham no campo da ecologia, amado também por muitos que não são cristãos. Manifestou uma atenção particular pela criação de Deus e pelos mais pobres e abandonados. Amava e era amado pela sua alegria, a sua dedicação generosa, o seu coração universal. Era um místico e um peregrino que vivia com simplicidade e numa maravilhosa harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo. Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior.
- 11.** O seu testemunho mostra-nos também que uma ecologia integral requer abertura para categorias que transcendem a linguagem das ciências exatas ou da biologia e nos põem em contato com a essência do ser humano. Tal como acontece a uma pessoa quando se enamora por outra, a reação de Francisco, sempre que olhava o sol, a lua ou os minúsculos animais, era cantar, envolvendo no seu louvor todas as outras criaturas. Entrava em comunicação com toda a criação, chegando mesmo a pregar às flores “convidando-as a louvar o Senhor, como se gozassem do dom da razão”.¹⁹





A sua reação ultrapassava de longe uma mera avaliação intelectual ou um cálculo económico, porque, para ele, qualquer criatura era uma irmã, unida a ele por laços de carinho. Por isso, sentia-se chamado a cuidar de tudo o que existe. São Boaventura, seu discípulo, conta que ele, “enchendo-se da maior ternura ao considerar a origem comum de todas as coisas, dava a todas as criaturas – por mais desprezíveis que parecessem – o doce nome de irmãos e irmãs”.²⁰ Esta convicção não pode ser desvalorizada como romantismo irracional, pois influi nas opções que determinam o nosso comportamento. Se nos aproximarmos da natureza e do meio ambiente sem esta abertura para a admiração e o encanto, se deixarmos de falar a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo, então as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos. Pelo contrário, se nos sentirmos intimamente unidos a tudo o que existe, então brotarão de modo espontâneo a sobriedade e a solicitude. A pobreza e a austeridade de São Francisco não eram simplesmente um ascetismo exterior, mas algo de mais radical: uma renúncia a fazer da realidade um mero objeto de uso e domínio.

- 12.** Por outro lado, São Francisco, fiel à Sagrada Escritura, propõe-nos reconhecer a natureza como um livro esplêndido em que Deus nos fala e transmite algo da sua beleza e bondade: “Na grandeza e na beleza das criaturas, contempla-se, por analogia, o seu Criador” (*Sab* 13, 5) e “o que é invisível n’Ele – o seu eterno poder e divindade – tornou-se visível à inteligência, desde a criação do mundo, nas suas obras” (*Rm* 1, 20). Por isso, Francisco pedia que, no convento, se deixasse sempre uma parte do horto por cultivar para aí crescerem as ervas silvestres, a fim de que, quem as admirasse, pudesse elevar o seu pensamento a Deus, autor de tanta beleza.²¹ O mundo é algo mais do que um problema a resolver; é um mistério gozoso que contemplamos na alegria e no louvor.



O meu apelo

- 13.** O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. Desejo agradecer, encorajar e manifestar apreço a quantos, nos mais variados setores da atividade humana, estão a trabalhar para garantir a proteção da casa que partilhamos. Uma especial gratidão é devida àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo. Os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos.
- 14.** Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. O movimento ecológico mundial já percorreu um longo e rico caminho, tendo gerado numerosas agregações de cidadãos que ajudaram na consciencialização. Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados não só pela recusa dos poderosos, mas também pelo desinteresse dos outros. As atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas. Precisamos de nova solidariedade universal. Como disseram os bispos da África do Sul, “são necessários os talentos e o envolvimento de todos para reparar o dano causado pelos humanos sobre a criação de Deus”.²² Todos podemos colaborar, como instrumentos de Deus, no cuidado da criação, cada um a partir da sua cultura, experiência, iniciativas e capacidades.





- 15.** Espero que esta carta encíclica, que se insere no magistério social da Igreja, nos ajude a reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente. Em primeiro lugar, farei uma breve resenha dos vários aspetos da atual crise ecológica, com o objetivo de assumir os melhores frutos da pesquisa científica atualmente disponível, deixar-se tocar por ela em profundidade e dar uma base concreta ao percurso ético e espiritual seguido. A partir dessa panorâmica, retomarei algumas argumentações que derivam da tradição judaico-cristã, a fim de dar maior coerência ao nosso compromisso com o meio ambiente. Depois procurarei chegar às raízes da situação atual, a fim de individuar não apenas os seus sintomas, mas também as causas mais profundas. Poderemos assim propor uma ecologia que, nas suas várias dimensões, integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o rodeia. À luz desta reflexão, quereria dar mais um passo, verificando algumas das grandes linhas de diálogo e de ação que envolvem seja cada um de nós seja a política internacional. Finalmente, convencido – como estou – de que toda a mudança tem necessidade de motivações e dum caminho educativo, proporei algumas linhas de maturação humana inspiradas no tesouro da experiência espiritual cristã.
- 16.** Embora cada capítulo tenha a sua temática própria e uma metodologia específica, o sucessivo retoma por sua vez, a partir duma nova perspectiva, questões importantes abordadas nos capítulos anteriores. Isto diz respeito especialmente a alguns eixos que atravessam a encíclica inteira. Por exemplo: a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta dum novo estilo de vida. Estes temas nunca se dão por encerrados nem se abandonam, mas são constantemente retomados e enriquecidos.



| CAPÍTULO UM

O que está a acontecer à nossa casa

- 17.** As reflexões teológicas ou filosóficas sobre a situação da humanidade e do mundo podem soar como uma mensagem repetida e vazia, se não forem apresentadas novamente a partir dum confronto com o contexto atual no que este tem de inédito para a história da humanidade. Por isso, antes de reconhecer como a fé traz novas motivações e exigências face ao mundo de que fazemos parte, proponho que nos detenhamos brevemente a considerar o que está a acontecer à nossa casa comum.
- 18.** A contínua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta junta-se, hoje, à intensificação dos ritmos de vida e trabalho, que alguns, em espanhol, designam por “rapidación”. Embora a mudança faça parte da dinâmica dos sistemas complexos, a velocidade que hoje lhe impõem as ações humanas contrasta com a lentidão natural da evolução biológica. A isto vem juntar-se o problema de que os objetivos desta mudança rápida e constante não estão necessariamente orientados para o bem comum e para um desenvolvimento humano sustentável e integral. A mudança é algo desejável, mas torna-se preocupante quando se transforma em deterioração do mundo e da qualidade de vida de grande parte da humanidade.
- 19.** Depois dum tempo de confiança irracional no progresso e nas capacidades humanas, uma parte da sociedade está entrando numa etapa de maior conscientização. Nota-se uma crescente sensibilidade relativamente ao meio ambiente e ao cuidado com a natureza, e cresce uma sincera e sentida preocupação pelo que está a acontecer ao nosso planeta. Façamos uma resenha, certamente incompleta, das questões que hoje nos causam inquietação e já não se podem esconder debaixo do tapete. O objetivo não é recolher informações ou satisfazer a nossa curiosidade, mas tomar dolorosa consciência, ousar transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece ao mundo e, assim, reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar.





I. Poluição e mudanças climáticas

Poluição, resíduos e cultura do descarte

- 20.** Existem formas de poluição que afetam diariamente as pessoas. A exposição aos poluentes atmosféricos produz uma vasta gama de efeitos sobre a saúde, particularmente dos mais pobres, e provocam milhões de mortes prematuras. Adoecem, por exemplo, por causa da inalação de elevadas quantidades de fumo produzido pelos combustíveis utilizados para cozinhar ou aquecer-se. A isto vem juntar-se a poluição que afeta a todos, causada pelo transporte, pelos fumos da indústria, pelas descargas de substâncias que contribuem para a acidificação do solo e da água, pelos fertilizantes, inseticidas, fungicidas, pesticidas e agrotóxicos em geral. Na realidade a tecnologia, que, ligada à economia, pretende ser a única solução dos problemas, é incapaz de ver o mistério das múltiplas relações que existem entre as coisas e, por isso, às vezes resolve um problema criando outros.
- 21.** Devemos considerar também a poluição produzida pelos resíduos, incluindo os perigosos presentes em variados ambientes. Produzem-se anualmente centenas de milhões de toneladas de resíduos, muitos deles não biodegradáveis: resíduos domésticos e comerciais, detritos de demolições, resíduos clínicos, eletrónicos e industriais, resíduos altamente tóxicos e radioativos. A Terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo. Em muitos lugares do planeta, os idosos recordam com saudade as paisagens de outrora, que agora veem submersas de lixo. Tanto os resíduos industriais como os produtos químicos utilizados nas cidades e nos campos podem produzir um efeito de bioacumulação nos organismos dos moradores nas áreas limítrofes, que se verifica mesmo quando é baixo o nível de presença dum elemento tóxico num lugar. Muitas vezes só se adotam medidas quando já se produziram efeitos irreversíveis na saúde das pessoas.



- 22.** Estes problemas estão intimamente ligados à cultura do descarte, que afeta tanto os seres humanos excluídos como as coisas que se convertem rapidamente em lixo. Note-se, por exemplo, como a maior parte do papel produzido se desperdiça sem ser reciclado. Custa-nos a reconhecer que o funcionamento dos ecossistemas naturais é exemplar: as plantas sintetizam substâncias nutritivas que alimentam os herbívoros; estes, por sua vez, alimentam os carnívoros que fornecem significativas quantidades de resíduos orgânicos, que dão origem a uma nova geração de vegetais. Ao contrário, o sistema industrial, no final do ciclo de produção e consumo, não desenvolveu a capacidade de absorver e reutilizar resíduos e escórias. Ainda não se conseguiu adotar um modelo circular de produção que assegure recursos para todos e para as gerações futuras e que exige limitar, o mais possível, o uso dos recursos não renováveis, moderando o seu consumo, maximizando a eficiência no seu aproveitamento, reutilizando e reciclando-os. A resolução desta questão seria uma maneira de contrastar a cultura do descarte que acaba por danificar o planeta inteiro, mas nota-se que os progressos neste sentido são ainda muito escassos.





O clima como bem comum

- 23.** O clima é um bem comum, um bem de todos e para todos. A nível global, é um sistema complexo que tem a ver com muitas condições essenciais para a vida humana. Há um consenso científico muito consistente, indicando que estamos perante um preocupante aquecimento do sistema climático. Nas últimas décadas, esse aquecimento foi acompanhado por uma elevação constante do nível do mar, sendo difícil não o relacionar ainda com o aumento de acontecimentos meteorológicos extremos, embora não se possa atribuir uma causa cientificamente determinada a cada fenómeno particular. A humanidade é chamada a tomar consciência da necessidade de mudanças de estilos de vida, de produção e de consumo, para combater esse aquecimento ou, pelo menos, as causas humanas que o produzem ou acentuam. É verdade que há outros fatores (tais como o vulcanismo, as variações da órbita e do eixo terrestre, o ciclo solar), mas numerosos estudos científicos indicam que a maior parte do aquecimento global das últimas décadas é devida à alta concentração de gases de efeito estufa (anidrido carbónico, metano, óxido de azoto e outros) emitidos sobretudo por causa da atividade humana. A sua concentração na atmosfera impede que o calor dos raios solares refletidos pela terra se dilua no espaço. Isto é particularmente agravado pelo modelo de desenvolvimento baseado no uso intensivo de combustíveis fósseis, que está no centro do sistema energético mundial. E incidiu também a prática crescente de mudar a utilização do solo, principalmente o desflorestamento para finalidade agrícola.
- 24.** Por sua vez, o aquecimento influi sobre o ciclo do carbono. Cria um ciclo vicioso que agrava ainda mais a situação e que incidirá sobre a disponibilidade de recursos essenciais como a água potável, a energia e a produção agrícola das áreas mais quentes e provocará a extinção de parte da biodiversidade do planeta. O derretimento das calotas polares e dos glaciares a grande altitude ameaça com uma libertação, de alto risco, de gás metano, e a decomposição da matéria orgânica congelada poderia acentuar ainda mais a emissão de anidrido carbónico. Entretanto, a perda das florestas tropicais piora a situação, pois estas



ajudam a mitigar a mudança climática. A poluição produzida pelo anidrido carbónico aumenta a acidez dos oceanos e compromete a cadeia alimentar marinha. Se a tendência atual se mantiver, este século poderá ser testemunha de mudanças climáticas inauditas e duma destruição sem precedentes dos ecossistemas, com graves consequências para todos nós. Por exemplo, a subida do nível do mar pode criar situações de extrema gravidade, se se considera que um quarto da população mundial vive à beira-mar ou muito perto dele, e a maior parte das megacidades estão situadas em áreas costeiras.

- 25.** As mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, económicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade. Provavelmente os impactos mais sérios recairão, nas próximas décadas, sobre os países em vias de desenvolvimento. Muitos pobres vivem em lugares particularmente afetados por fenómenos relacionados com o aquecimento, e os seus meios de subsistência dependem fortemente das reservas naturais e dos chamados serviços do ecossistema, como a agricultura, a pesca e os recursos florestais. Não possuem outras disponibilidades económicas nem outros recursos que lhes permitam adaptar-se aos impactos climáticos ou enfrentar situações catastróficas, e gozam de reduzido acesso a serviços sociais e de proteção. Por exemplo, as mudanças climáticas dão origem a migrações de animais e vegetais que nem sempre conseguem adaptar-se; e isto, por sua vez, afeta os recursos produtivos dos mais pobres, que são forçados também a emigrar com grande incerteza quanto ao futuro da sua vida e da de seus filhos. É trágico o aumento de emigrantes em fuga da miséria agravada pela degradação ambiental, que, não sendo reconhecidos como refugiados nas convenções internacionais, carregam o peso da sua vida abandonada sem qualquer tutela normativa. Infelizmente, verifica-se uma indiferença geral perante estas tragédias, que estão acontecendo agora mesmo em diferentes partes do mundo. A falta de reações diante desses dramas dos nossos irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil.





26. Muitos daqueles que detêm mais recursos e poder econômico ou político parecem concentrar-se sobretudo em mascarar os problemas ou ocultar os seus sintomas, procurando apenas reduzir alguns impactos negativos de mudanças climáticas. Mas muitos sintomas indicam que tais efeitos poderão ser cada vez piores se continuarmos com os modelos atuais de produção e consumo. Por isso, tornou-se urgente e imperioso o desenvolvimento de políticas capazes de fazer com que, nos próximos anos, a emissão de anidrido carbônico e outros gases altamente poluentes se reduza drasticamente, por exemplo, substituindo os combustíveis fósseis e desenvolvendo fontes de energia renovável. No mundo, é exíguo o nível de acesso a energias limpas e renováveis. Mas ainda é necessário desenvolver adequadas tecnologias de acumulação. Entretanto, nalguns países, registaram-se avanços que começam a ser significativos, embora estejam longe de atingir uma proporção importante. Houve também alguns investimentos em modalidades de produção e transporte que consomem menos energia exigindo menor quantidade de matérias-primas, bem como em modalidades de construção ou reestruturação de edifícios para melhorar a sua eficiência energética. Mas estas práticas promissoras estão longe de se tornarem onipresentes.





II. A questão da água

- 27.** Outros indicadores da situação atual têm a ver com o esgotamento dos recursos naturais. É bem conhecida a impossibilidade de sustentar o nível atual de consumo dos países mais desenvolvidos e dos setores mais ricos da sociedade, onde o hábito de desperdiçar e jogar fora atinge níveis inauditos. Já se ultrapassaram certos limites máximos de exploração do planeta, sem termos resolvido o problema da pobreza.
- 28.** A água potável e limpa constitui uma questão de primordial importância, porque é indispensável para a vida humana e para sustentar os ecossistemas terrestres e aquáticos. As fontes de água doce fornecem os setores sanitários, agropecuários e industriais. A disponibilidade de água manteve-se relativamente constante durante muito tempo, mas agora, em muitos lugares, a procura excede a oferta sustentável, com graves consequências a curto e longo prazo. Grandes cidades, que dependem de importantes reservas hídricas, sofrem períodos de carência do recurso, que, nos momentos críticos, nem sempre se administra com uma gestão adequada e com imparcialidade. A pobreza da água pública verifica-se especialmente na África, onde grandes setores da população não têm acesso a água potável segura, ou sofrem secas que tornam difícil a produção de alimento. Nalguns países, há regiões com abundância de água, enquanto outras sofrem de grave escassez.
- 29.** Um problema particularmente sério é o da qualidade da água disponível para os pobres, que diariamente ceifa muitas vidas. Entre os pobres, são frequentes as doenças relacionadas com a água, incluindo as causadas por micro-organismos e substâncias químicas. A diarreia e a cólera, devidas a serviços de higiene e reservas de água inadequados, constituem um fator significativo de sofrimento e mortalidade infantil. Em muitos lugares, os lençóis freáticos estão ameaçados pela poluição produzida por algumas atividades extrativas, agrícolas e industriais, sobretudo em países desprovidos de regulamentação e controles suficientes. Não pensamos





apenas nas descargas provenientes das fábricas; os detergentes e produtos químicos que a população utiliza em muitas partes do mundo continuam a ser derramados em rios, lagos e mares.

- 30.** Enquanto a qualidade da água disponível piora constantemente, em alguns lugares cresce a tendência para se privatizar esse recurso escasso, tornando-se uma mercadoria sujeita às leis do mercado. Na realidade, o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos. Este mundo tem uma grave dívida social para com os pobres que não têm acesso à água potável, porque isto é negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade inalienável. Esta dívida é parcialmente saldada com maiores contribuições econômicas para prover de água limpa e saneamento às populações mais pobres. Entretanto nota-se um desperdício de água não só nos países desenvolvidos, mas também naqueles em vias de desenvolvimento que possuem grandes reservas. Isso mostra que o problema da água é, em parte, uma questão educativa e cultural, porque não há consciência da gravidade destes comportamentos num contexto de grande desigualdade.
- 31.** Uma maior escassez de água provocará o aumento do custo dos alimentos e de vários produtos que dependem do seu uso. Alguns estudos assinalaram o risco de sofrer uma aguda escassez de água dentro de poucas décadas, se não forem tomadas medidas urgentes. Os impactos ambientais poderiam afetar milhares de milhões de pessoas, sendo previsível que o controle da água por grandes empresas mundiais se transforme numa das principais fontes de conflitos deste século.²³



III. Perda de biodiversidade

- 32.** Os recursos da terra estão a ser depredados também por causa de formas imediatistas de entender a economia e a atividade comercial e produtiva. A perda de florestas e bosques implica simultaneamente a perda de espécies que poderiam constituir, no futuro, recursos extremamente importantes não só para a alimentação mas também para a cura de doenças e vários serviços. As diferentes espécies contêm genes que podem ser recursos-chave para resolver, no futuro, alguma necessidade humana ou regular algum problema ambiental.
- 33.** Entretanto não basta pensar nas diferentes espécies apenas como eventuais “recursos” exploráveis, esquecendo que possuem um valor em si mesmas. Anualmente, desaparecem milhares de espécies vegetais e animais, que já não poderemos conhecer, que os nossos filhos não poderão ver, perdas para sempre. A grande maioria delas extingue-se por razões que têm a ver com alguma atividade humana. Por nossa causa, milhares de espécies já não darão glória a Deus com a sua existência, nem poderão comunicar-nos a sua própria mensagem. Não temos direito de o fazer.
- 34.** Possivelmente, perturba-nos saber da extinção dum mamífero ou duma ave, pela sua maior visibilidade; mas, para o bom funcionamento dos ecossistemas, também são necessários os fungos, as algas, os vermes, os pequenos insetos, os répteis e a variedade inumerável de micro-organismos. Algumas espécies pouco numerosas, que habitualmente nos passam despercebidas, desempenham uma função censória fundamental para estabelecer o equilíbrio dum lugar. É verdade que o ser humano deve intervir quando um geossistema cai em estado crítico, mas hoje o nível de intervenção humana numa realidade tão complexa como a natureza é tal que os desastres constantes causados pelo ser humano provocam uma nova intervenção dele de modo que a atividade humana torna-se omnipresente, com todos os riscos que isto implica. Normalmente, cria-se um círculo vicioso, no qual a intervenção humana, para resolver uma dificuldade, muitas vezes ainda agrava mais a situação. Por exemplo, muitos pás-





saros e insetos, que desaparecem por causa dos agrotóxicos criados pela tecnologia, são úteis para a própria agricultura, e o seu desaparecimento deverá ser compensado por outra intervenção tecnológica que possivelmente trará novos efeitos nocivos. São louváveis e, às vezes, admiráveis os esforços de cientistas e técnicos que procuram dar solução aos problemas criados pelo ser humano. Mas, contemplando o mundo, damo-nos conta de que este nível de intervenção humana, muitas vezes ao serviço da finança e do consumismo, faz com que esta terra onde vivemos se torne realmente menos rica e bela, cada vez mais limitada e cinzenta, enquanto ao mesmo tempo o desenvolvimento da tecnologia e das ofertas de consumo continua a avançar sem limites. Assim, parece que nos iludimos de poder substituir uma beleza insuprível e irrecuperável por outra criada por nós.

- 35.** Quando se analisa o impacto ambiental de qualquer iniciativa económica, costuma-se olhar para os seus efeitos no solo, na água e no ar, mas nem sempre se inclui um estudo cuidadoso do impacto na biodiversidade, como se a perda de algumas espécies ou de grupos animais ou vegetais fosse algo de pouca relevância. As estradas, os novos cultivos, as reservas, as barragens e outras construções vão tomando posse dos *habitats* e, por vezes, fragmentam-nos de tal maneira que as populações de animais já não podem migrar nem mover-se livremente, pelo que algumas espécies correm o risco de extinção. Existem alternativas que, pelo menos, mitigam o impacto dessas obras, como a criação de corredores biológicos, mas são poucos os países em que se adverte este cuidado e prevenção. Quando se explora comercialmente algumas espécies, nem sempre se estuda a sua modalidade de crescimento para evitar a sua diminuição excessiva e conseqüente desequilíbrio do ecossistema.
- 36.** O cuidado dos ecossistemas requer uma perspectiva que se estenda para além do imediato, porque, quando se busca apenas um ganho económico rápido e fácil, já ninguém se importa realmente com a sua preservação. Mas o custo dos danos provocados pela negligência egoísta é muitíssimo maior do que o benefício económico que se possa obter. No caso da perda ou dano grave de algumas espécies, fala-se de valores



que excedem todo e qualquer cálculo. Por isso, podemos ser testemunhas mudas de gravíssimas desigualdades, quando se pretende obter benefícios significativos, fazendo pagar ao resto da humanidade, presente e futura, os altíssimos custos da degradação ambiental.

- 37.** Alguns países fizeram progressos na conservação eficaz de certos lugares e áreas – na terra e nos oceanos –, proibindo aí toda a intervenção humana que possa modificar a sua fisionomia ou alterar a sua constituição original. No cuidado da biodiversidade, os especialistas insistem na necessidade de prestar uma especial atenção às áreas mais ricas em variedade de espécies, em espécies endémicas, raras ou com menor grau de efetiva proteção. Há lugares que requerem um cuidado particular pela sua enorme importância para o ecossistema mundial, ou que constituem significativas reservas de água assegurando assim outras formas de vida.
- 38.** Mencionemos, por exemplo, os pulmões do planeta repletos de biodiversidade que são a Amazónia e a bacia fluvial do Congo, ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares. A importância desses lugares para o conjunto do planeta e para o futuro da humanidade não se pode ignorar. Os ecossistemas das florestas tropicais possuem uma biodiversidade de enorme complexidade, quase impossível de conhecer completamente, mas quando essas florestas são queimadas ou derrubadas para desenvolver cultivos, em poucos anos perdem-se inúmeras espécies, ou tais áreas transformam-se em áridos desertos. Todavia, ao falar sobre estes lugares, impõe-se um delicado equilíbrio, porque não é possível ignorar também os enormes interesses económicos internacionais que, a pretexto de cuidar deles, podem atentar contra as soberanias nacionais. Com efeito, há “propostas de internacionalização da Amazónia que só servem aos interesses económicos das corporações internacionais”.²⁴ É louvável a tarefa de organismos internacionais e organizações da sociedade civil que sensibilizam as populações e colaboram de forma crítica, inclusive utilizando legítimos mecanismos de pressão, para que cada governo cumpra o dever próprio e não delegável de preservar o meio ambiente e os recursos naturais do seu país, sem se vender a espúrios interesses locais ou internacionais.





- 39.** Habitualmente também não se faz objeto de adequada análise a substituição da flora silvestre por áreas florestais com árvores, que geralmente são monoculturas. É que pode afetar gravemente uma biodiversidade que não é albergada pelas novas espécies que se implantam. Também as zonas húmidas, que são transformadas em terrenos agrícolas, perdem a enorme biodiversidade que abrigavam. É preocupante, nalgumas áreas costeiras, o desaparecimento dos ecossistemas constituídos por manguezais.
- 40.** Os oceanos contêm não só a maior parte da água do planeta, mas também a maior parte da vasta variedade dos seres vivos, muitos deles ainda desconhecidos para nós e ameaçados por diversas causas. Além disso, a vida nos rios, lagos, mares e oceanos, que nutre grande parte da população mundial, é afetada pela extração descontrolada dos recursos ictícos, que provoca drásticas diminuições dalgumas espécies. E no entanto continuam a desenvolver-se modalidades seletivas de pesca, que descartam grande parte das espécies apanhadas. Particularmente ameaçados estão organismos marinhos que não temos em consideração, como certas formas de plâncton que constituem um componente muito importante da cadeia alimentar marinha e de que dependem, em última instância, espécies que se utilizam para a alimentação humana.



- 41.** Passando aos mares tropicais e subtropicais, encontramos os recifes de coral, que equivalem às grandes florestas da terra firme, porque abrigam cerca de um milhão de espécies, incluindo peixes, caranguejos, moluscos, esponjas, algas e outras. Hoje, muitos dos recifes de coral no mundo já são estéreis ou encontram-se num estado contínuo de declínio: “Quem transformou o maravilhoso mundo marinho em cemitérios subaquáticos despojados de vida e de cor?”.²⁵ Esse fenómeno deve-se, em grande parte, à poluição que chega ao mar resultante do desflorestamento, das monoculturas agrícolas, das descargas industriais e de métodos de pesca destrutivos, nomeadamente os que utilizam cianeto e dinamite. É agravado pelo aumento da temperatura dos oceanos. Tudo isso nos ajuda a compreender como qualquer ação sobre a natureza pode ter consequências que não advertimos à primeira vista e como certas formas de exploração de recursos se obtêm à custa duma degradação que acaba por chegar *até ao fundo dos oceanos*.
- 42.** É preciso investir muito mais na pesquisa para se entender melhor o comportamento dos ecossistemas e analisar adequadamente as diferentes variáveis de impacto de qualquer modificação importante do meio ambiente. Visto que todas as criaturas estão interligadas, deve ser reconhecido com carinho e admiração o valor de cada uma, e todos nós, seres criados, precisamos uns dos outros. Cada território detém uma parte de responsabilidade no cuidado desta família, pelo que se deve fazer um inventário cuidadoso das espécies que alberga a fim de desenvolver programas e estratégias de proteção, cuidando com particular solicitude das espécies em vias de extinção.

IV. Deterioração da qualidade de vida humana e degradação social

- 43.** Tendo em conta que o ser humano também é uma criatura deste mundo, que tem direito a viver e ser feliz e, além disso, possui uma dignidade especial, não podemos deixar de considerar os efeitos da degradação ambiental, do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas.





- 44.** Nota-se hoje, por exemplo, o crescimento desmedido e descontrolado de muitas cidades que se tornaram pouco saudáveis para viver, devido não só à poluição proveniente de emissões tóxicas mas também ao caos urbano, aos problemas de transporte e à poluição visiva e acústica. Muitas cidades são grandes estruturas que não funcionam, gastando energia e água em excesso. Há bairros que, embora construídos recentemente, apresentam-se congestionados e desordenados, sem espaços verdes suficientes. Não é conveniente para os habitantes deste planeta viver cada vez mais submersos em cimento, asfalto, vidro e metais, privados do contato físico com a natureza.
- 45.** Nalguns lugares, rurais e urbanos, a privatização dos espaços tornou difícil o acesso dos cidadãos a áreas de especial beleza; noutros, criaram-se áreas residenciais “ecológicas” postas à disposição só de poucos, procurando-se evitar que outros entrem a perturbar uma tranquilidade artificial. Muitas vezes encontra-se uma cidade bela e cheia de espaços verdes e bem cuidados nalgumas áreas “seguras”, mas não em áreas menos visíveis, onde vivem os descartados da sociedade.
- 46.** Entre os componentes sociais da mudança global, incluem-se os efeitos laborais dalgumas inovações tecnológicas, a exclusão social, a desigualdade no fornecimento e consumo da energia e doutros serviços, a fragmentação social, o aumento da violência e o aparecimento de novas formas de agressividade social, o narcotráfico e o consumo crescente de drogas entre os mais jovens, a perda de identidade. São alguns sinais, entre outros, que mostram como o crescimento nos últimos dois séculos não significou, em todos os seus aspetos, um verdadeiro progresso integral e uma melhoria da qualidade de vida. Alguns destes sinais são ao mesmo tempo sintomas duma verdadeira degradação social, duma silenciosa ruptura dos vínculos de integração e comunhão social.



- 47.** A isto vêm juntar-se as dinâmicas dos *mass-media* e do mundo digital, que, quando se tornam omnipresentes, não favorecem o desenvolvimento duma capacidade de viver com sabedoria, pensar em profundidade, amar com generosidade. Neste contexto, os grandes sábios do passado correriam o risco de ver sufocada a sua sabedoria no meio do ruído dispersivo da informação. Isto exige de nós um esforço para que esses meios se traduzam num novo desenvolvimento cultural da humanidade, e não numa deterioração da sua riqueza mais profunda. A verdadeira sabedoria, fruto da reflexão, do diálogo e do encontro generoso entre as pessoas, não se adquire com uma mera acumulação de dados, que, numa espécie de poluição mental, acabam por saturar e confundir. Ao mesmo tempo tendem a substituir as relações reais com os outros, com todos os desafios que implicam, por um tipo de comunicação mediada pela internet. Isto permite seleccionar ou eliminar a nosso arbítrio as relações e, deste modo, frequentemente se gera um novo tipo de emoções artificiais, que têm a ver mais com dispositivos e monitores do que com as pessoas e a natureza. Os meios atuais permitem-nos comunicar e partilhar conhecimentos e afetos. Mas, às vezes, também nos impedem de tomar contacto direto com a angústia, a trepidação, a alegria do outro e com a complexidade da sua experiência pessoal. Por isso, não deveria surpreender-nos o facto de, a par da oferta sufocante destes produtos, ir crescendo uma profunda e melancólica insatisfação nas relações interpessoais ou um nocivo isolamento.

V. Desigualdade planetária

- 48.** O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De facto, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do planeta: “Tanto a experiência comum da vida quotidiana como a investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres”.²⁶ Por exemplo, o esgotamento das reservas ictíicas prejudica especialmen-





te as pessoas que vivem da pesca artesanal e não possuem qualquer maneira de a substituir, a poluição da água afeta particularmente os mais pobres que não têm possibilidades de comprar água engarrafada, e a elevação do nível do mar afeta principalmente as populações costeiras mais pobres que não têm para onde se transferir. O impacto dos desequilíbrios atuais manifesta-se também na morte prematura de muitos pobres, nos conflitos gerados pela falta de recursos e em muitos outros problemas que não têm espaço suficiente nas agendas mundiais.²⁷

- 49.** Gostaria de assinalar que muitas vezes falta uma consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos. Estes são a maioria do planeta, milhares de milhões de pessoas. Hoje são mencionados nos debates políticos e económicos internacionais, mas com frequência parece que tais problemas são como um apêndice, como uma questão que se acrescenta quase por obrigação ou periféricamente, quando não são considerados meros danos colaterais. Com efeito, na hora da implementação concreta, permanecem frequentemente no último lugar. Isto deve-se, em parte, ao fato de que muitos profissionais, formadores de opinião, meios de comunicação e centros de poder estão localizados longe deles, em áreas urbanas isoladas, sem ter contato direto com os seus problemas. Vivem e refletem a partir da comodidade dum desenvolvimento e duma qualidade de vida que não está ao alcance da maioria da população mundial. Esta falta de contato físico e de encontro, às vezes favorecida pela fragmentação das nossas cidades, ajuda a cauterizar a consciência e a ignorar parte da realidade em análises tendenciosas. Isso, às vezes, coexiste com um discurso “verde”. Mas, hoje, não podemos deixar de reconhecer que *uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social*, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir *tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres*.



- 50.** Em vez de resolver os problemas dos pobres e pensar num mundo diferente, alguns limitam-se a propor uma redução da natalidade. Não faltam pressões internacionais sobre os países em vias de desenvolvimento, que condicionam as ajudas económicas a determinadas políticas de “saúde reprodutiva”. Mas, “se é verdade que a desigual distribuição da população e dos recursos disponíveis cria obstáculos ao desenvolvimento e ao uso sustentável do ambiente, deve-se reconhecer que o crescimento demográfico é plenamente compatível com um desenvolvimento integral e solidário”.²⁸ Culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas. Pretende-se, assim, legitimar o modelo distributivo atual, no qual uma minoria se julga com o direito de consumir numa proporção que seria impossível generalizar, porque o planeta não poderia sequer conter os resíduos de tal consumo. Além disso, sabemos que se desperdiça aproximadamente um terço dos alimentos produzidos, e “a comida que se desperdiça é como se fosse roubada da mesa do pobre”.²⁹ Em todo o caso, é verdade que devemos prestar atenção ao desequilíbrio na distribuição da população pelo território, tanto a nível nacional como a nível mundial, porque o aumento do consumo levaria a situações regionais complexas pelas combinações de problemas ligados à poluição ambiental, ao transporte, ao tratamento de resíduos, à perda de recursos, à qualidade de vida.
- 51.** A desigualdade não afeta apenas os indivíduos, mas países inteiros, e obriga a pensar numa ética das relações internacionais. Com efeito, há uma verdadeira “dívida ecológica”, particularmente entre o Norte e o Sul, ligada a desequilíbrios comerciais com consequências no âmbito ecológico e com o uso desproporcionado dos recursos naturais efetuado historicamente por alguns países. As exportações de algumas matérias-primas para satisfazer os mercados no Norte industrializado produziram danos locais, como a contaminação com mercúrio na extração minerária do ouro ou com o dióxido de enxofre na do cobre. De modo especial é preciso calcular o espaço ambiental de todo o planeta usado para depositar resíduos gasosos que se foram acumulando ao longo de dois





séculos e criaram uma situação que agora afeta todos os países do mundo. O aquecimento causado pelo enorme consumo de alguns países ricos tem repercussões nos lugares mais pobres da terra, especialmente na África, onde o aumento da temperatura, juntamente com a seca, tem efeitos desastrosos no rendimento das cultivações. A isto acrescentam-se os danos causados pela exportação de resíduos sólidos e líquidos tóxicos para os países em vias de desenvolvimento e pela atividade poluente de empresas que fazem nos países menos desenvolvidos aquilo que não podem fazer nos países que lhes dão o capital: “Constatamos frequentemente que as empresas que assim procedem são multinacionais, que fazem aqui o que não lhes é permitido em países desenvolvidos ou do chamado primeiro mundo. Geralmente, quando cessam as suas atividades e se retiram, deixam grandes danos humanos e ambientais, como o desemprego, aldeias sem vida, esgotamento das algumas reservas naturais, desflorestamento, empobrecimento da agricultura e pecuária local, crateras, colinas devastadas, rios poluídos e qualquer obra social que já não se pode sustentar”.³⁰





52. A dívida externa dos países pobres transformou-se num instrumento de controle, mas não se dá o mesmo com a dívida ecológica. De várias maneiras os povos em vias de desenvolvimento, onde se encontram as reservas mais importantes da biosfera, continuam a alimentar o progresso dos países mais ricos à custa do seu presente e do seu futuro. A terra dos pobres do Sul é rica e pouco contaminada, mas o acesso à propriedade de bens e recursos para satisfazerem as suas carências vitais é-lhes vedado por um sistema de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso. É necessário que os países desenvolvidos contribuam para resolver essa dívida, limitando significativamente o consumo de energia não renovável e fornecendo recursos aos países mais necessitados para promover políticas e programas de desenvolvimento sustentável. As regiões e os países mais pobres têm menos possibilidade de adotar novos modelos de redução do impacto ambiental, porque não têm a preparação para desenvolver os processos necessários nem podem cobrir os seus custos. Por isso, deve-se manter claramente a consciência de que a mudança climática tem responsabilidades diversificadas e, como disseram os bispos dos Estados Unidos, é oportuno concentrar-se “especialmente sobre as necessidades dos pobres, fracos e vulneráveis, num debate muitas vezes dominado pelos interesses mais poderosos”.³¹ É preciso revigorar a consciência de que somos uma única família humana. Não há fronteiras nem barreiras políticas ou sociais que permitam isolar-nos e, por isso mesmo, também não há espaço para a globalização da indiferença.

VI. A fraqueza das reações

53. Estas situações provocam os gemidos da irmã terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo. Nunca maltratámos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos. Mas somos chamados a tornar-nos os instrumentos de Deus Pai para que o nosso planeta seja o que Ele sonhou ao criá-lo e corresponda ao seu projeto de paz, beleza e plenitude. O problema é que não dispomos ainda da cultura necessária para enfrentar esta crise e há necessidade de construir





lideranças que tracem caminhos, procurando dar resposta às necessidades das gerações atuais, todos incluídos, sem prejudicar as gerações futuras. Torna-se indispensável criar um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma tecno-económico acabem por arrasá-los não só com a política, mas também com a liberdade e a justiça.

- 54.** Preocupa a fraqueza da reação política internacional. A submissão da política à tecnologia e à finança demonstra-se na falência das cimeiras mundiais sobre o meio ambiente. Há demasiados interesses particulares e, com muita facilidade, o interesse económico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afetados os seus projectos. Nesta linha, o Documento de Aparecida pede que, “nas intervenções sobre os recursos naturais, não predominem os interesses de grupos económicos que arrasam irracionalmente as fontes da vida”.³² A aliança entre economia e tecnologia acaba por deixar de fora tudo o que não faz parte dos seus interesses imediatos. Desse modo, poder-se-á esperar apenas algumas proclamações superficiais, ações filantrópicas isoladas e ainda esforços por mostrar sensibilidade para com o meio ambiente, enquanto, na realidade, qualquer tentativa das organizações sociais para alterar as coisas será vista como um distúrbio provocado por sonhadores românticos ou como um obstáculo a superar.
- 55.** Pouco a pouco alguns países podem mostrar progressos significativos, o desenvolvimento de controlos mais eficientes e uma luta mais sincera contra a corrupção. Cresceu a sensibilidade ecológica das populações, mas é ainda insuficiente para mudar os hábitos nocivos de consumo, que não parecem diminuir; antes, expandem-se e desenvolvem-se. É o que acontece – só para dar um exemplo simples – com o crescente aumento do uso e intensidade dos condicionadores de ar: os mercados, apostando num ganho imediato, estimulam ainda mais a procura. Se alguém observasse de fora a sociedade planetária, maravilhar-se-ia com tal comportamento que às vezes parece suicida.



- 56.** Entretanto os poderes económicos continuam a justificar o sistema mundial atual, em que predomina uma especulação e uma busca de receitas financeiras que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e sobre o meio ambiente. Assim se manifesta como estão intimamente ligadas a degradação ambiental e a degradação humana e ética. Muitos dirão que não têm consciência de realizar ações imorais, porque a constante distração nos tira a coragem de advertir a realidade dum mundo limitado e finito. Por isso, hoje, “qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta”.³³
- 57.** É previsível que, perante o esgotamento de alguns recursos, se vá criando um cenário favorável para novas guerras, disfarçadas sob nobres reivindicações. A guerra causa sempre danos graves ao meio ambiente e à riqueza cultural dos povos, e os riscos avolumam-se quando se pensa nas armas nucleares e nas armas biológicas. Com efeito, “não obstante haver acordos internacionais que proíbem a guerra química, bacteriológica e biológica, subsiste o facto de continuarem nos laboratórios as pesquisas para o desenvolvimento de novas armas ofensivas, capazes de alterar os equilíbrios naturais”.³⁴ Exige-se da política uma maior atenção para prevenir e resolver as causas que podem dar origem a novos conflitos. Entretanto o poder, ligado com a finança, é o que maior resistência põe a tal esforço, e os projetos políticos carecem muitas vezes de amplitude de horizonte. Para que se quer preservar hoje um poder que será recordado pela sua incapacidade de intervir quando era urgente e necessário fazê-lo?
- 58.** Nalguns países, há exemplos positivos de resultados na melhoria do ambiente, tais como o saneamento de alguns rios que foram poluídos durante muitas décadas, a recuperação de florestas nativas, o embelezamento de paisagens com obras de saneamento ambiental, projetos de edifícios de grande valor estético, progressos na produção de energia limpa, na melhoria dos transportes públicos. Tais ações não resolvem os problemas globais, mas confirmam que o ser humano ainda é capaz de intervir de forma positiva. Como foi cria-





do para amar, no meio dos seus limites germinam inevitavelmente gestos de generosidade, solidariedade e desvelo.

- 59.** Ao mesmo tempo cresce uma ecologia superficial ou aparente que consolida certo torpor e uma alegre irresponsabilidade. Como frequentemente acontece em épocas de crises profundas, que exigem decisões corajosas, somos tentados a pensar que aquilo que está a acontecer não é verdade. Se nos detivermos na superfície, para além de alguns sinais visíveis de poluição e degradação, parece que as coisas não estão assim tão graves e que o planeta poderia subsistir ainda por muito tempo nas condições atuais. Esse comportamento evasivo serve-nos para mantermos os nossos estilos de vida, de produção e consumo. É a forma como o ser humano se organiza para alimentar todos os vícios autodestrutivos: tenta não os ver, luta para não os reconhecer, adia as decisões importantes, age como se nada tivesse acontecido.

VII. Diversidade de opiniões

- 60.** Finalmente reconhecemos, a propósito da situação e das possíveis soluções, que se desenvolveram diferentes perspectivas e linhas de pensamento. Num dos extremos, alguns defendem a todo o custo o mito do progresso, afirmando que os problemas ecológicos resolver-se-ão simplesmente com novas aplicações técnicas, sem considerações éticas nem mudanças de fundo. No extremo oposto, outros pensam que o ser humano, com qualquer uma das suas intervenções, só pode ameaçar e comprometer o ecossistema mundial, pelo que convém reduzir a sua presença no planeta e impedir-lhe todo o tipo de intervenção. Entre estes extremos, a reflexão deveria identificar possíveis cenários futuros, porque não existe só um caminho de solução. Isso deixaria espaço para uma variedade de contribuições que poderiam entrar em diálogo a fim de se chegar a respostas abrangentes.



- 61.** Sobre muitas questões concretas, a Igreja não tem motivo para propor uma palavra definitiva e entende que deve escutar e promover o debate honesto entre os cientistas, respeitando a diversidade de opiniões. Basta, porém, olhar a realidade com sinceridade para ver que há uma grande deterioração da nossa casa comum. A esperança convida-nos a reconhecer que sempre há uma saída, sempre podemos mudar de rumo, sempre podemos fazer alguma coisa para resolver os problemas. Todavia parece notar-se sintomas dum ponto de ruptura, por causa da alta velocidade das mudanças e da degradação, que se manifestam tanto em catástrofes naturais regionais como em crises sociais ou mesmo financeiras, uma vez que os problemas do mundo não se podem analisar nem explicar de forma isolada. Há regiões que já se encontram particularmente em risco e, prescindindo de qualquer previsão catastrófica, o certo é que o atual sistema mundial é insustentável a partir de vários pontos de vista, porque deixamos de pensar nas finalidades da ação humana: “Se o olhar percorre as regiões do nosso planeta, apercebemo-nos depressa de que a humanidade frustrou a expectativa divina”.³⁵





| CAPÍTULO DOIS

O Evangelho da criação

- 62.** Por que motivo incluir, neste documento dirigido a todas as pessoas de boa vontade, um capítulo referido às convicções de fé? Não ignoro que alguns, no campo da política e do pensamento, rejeitam decididamente a ideia de um Criador ou consideram-na irrelevante, chegando ao ponto de relegar para o reino do irracional a riqueza que as religiões possam oferecer para uma ecologia integral e o pleno desenvolvimento do género humano; outras vezes, supõe-se que elas constituam uma subcultura, que se deve simplesmente tolerar. Todavia a ciência e a religião, que fornecem diferentes abordagens da realidade, podem entrar num diálogo intenso e frutuoso para ambas.

I. A luz que a fé oferece

- 63.** Se tivermos presente a complexidade da crise ecológica e as suas múltiplas causas, deveremos reconhecer que as soluções não podem vir duma única maneira de interpretar e transformar a realidade. É necessário recorrer também às diversas riquezas culturais dos povos, à arte e à poesia, à vida interior e à espiritualidade. Se quisermos, de verdade, construir uma ecologia que nos permita reparar tudo o que temos destruído, então nenhum ramo das ciências e nenhuma forma de sabedoria pode ser transcurada, nem sequer a sabedoria religiosa com a sua linguagem própria. Além disso, a Igreja Católica está aberta ao diálogo com o pensamento filosófico, o que lhe permite produzir várias sínteses entre fé e razão. No que diz respeito às questões sociais, pode-se constatar isso mesmo no desenvolvimento da doutrina social da Igreja, chamada a enriquecer-se cada vez mais a partir dos novos desafios.
- 64.** Por outro lado, embora esta encíclica se abra a um diálogo com todos para, juntos, buscarmos caminhos de libertação, quero mostrar desde o início como as convicções da fé oferecem aos cristãos



– e, em parte, também a outros crentes – motivações altas para cuidar da natureza e dos irmãos e irmãs mais frágeis. Se pelo simples facto de ser humanas, as pessoas se sentem movidas a cuidar do ambiente de que fazem parte, “os cristãos, em particular, advertem que a sua tarefa no seio da criação e os seus deveres em relação à natureza e ao Criador fazem parte da sua fé”.³⁶ Por isso é bom, para a humanidade e para o mundo, que nós, crentes, conheçamos melhor os compromissos ecológicos que brotam das nossas convicções.

II. A sabedoria das narrações bíblicas

- 65.** Sem repropor aqui toda a teologia da Criação, queremos saber o que nos dizem as grandes narrações bíblicas sobre a relação do ser humano com o mundo. Na primeira narração da obra criadora, no livro do Génesis, o plano de Deus inclui a criação da humanidade. Depois da criação do homem e da mulher, diz-se que “Deus, vendo a sua obra, considerou-a *muito boa*” (Gn 1, 31). A Bíblia ensina que cada ser humano é criado por amor, feito à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 26). Tal afirmação mostra-nos a imensa dignidade de cada pessoa humana, que “não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas”.³⁷ São João Paulo II recordou que o amor muito especial que o Criador tem por cada ser humano “confere-lhe uma dignidade infinita”.³⁸ Todos aqueles que estão empenhados na defesa da dignidade das pessoas podem encontrar, na fé cristã, as razões mais profundas para tal compromisso. Como é maravilhosa a certeza de que a vida de cada pessoa não se perde num caos desesperador, num mundo regido pelo puro acaso ou por ciclos que se repetem sem sentido! O Criador pode dizer a cada um de nós: “Antes de te haver formado no ventre materno, Eu já te conhecia” (Jr 1, 5). Fomos concebidos no coração de Deus e, por isso, “cada um de nós é o fruto de um pensamento de Deus. Cada um de nós é querido, cada um de nós é amado, cada um é necessário”.³⁹





66. As narrações da criação no livro do Génesis contêm, na sua linguagem simbólica e narrativa, ensinamentos profundos sobre a existência humana e a sua realidade histórica. Essas narrações sugerem que a existência humana se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra. Segundo a Bíblia, essas três relações vitais romperam-se não só exteriormente, mas também dentro de nós. Essa ruptura é o pecado. A harmonia entre o Criador, a humanidade e toda a criação foi destruída por termos pretendido ocupar o lugar de Deus, recusando reconhecer-nos como criaturas limitadas. Tal facto distorceu também a natureza do mandato de “dominar” a terra (cf. *Gn 1, 28*) e de a “cultivar e guardar” (cf. *Gn 2, 15*). Como resultado, a relação originariamente harmoniosa entre o ser humano e a natureza transformou-se num conflito (cf. *Gn 3, 17-19*). Por isso, é significativo que a harmonia vivida por São Francisco de Assis com todas as criaturas tenha sido interpretada como uma sanção daquela ruptura. Dizia São Boaventura que, através da reconciliação universal com todas as criaturas, Francisco voltara de alguma forma ao estado de inocência original.⁴⁰ Longe deste modelo, o pecado manifesta-se hoje, com toda a sua força de destruição, nas guerras, nas várias formas de violência e abuso, no abandono dos mais frágeis, nos ataques contra a natureza.





- 67.** Não somos Deus. A terra existe antes de nós e foi-nos dada. Isto permite responder a uma acusação lançada contra o pensamento judaico-cristão: foi dito que a narração do Génesis, que convida a “dominar” a terra (cf. *Gn* 1, 28), favoreceria a exploração selvagem da natureza, apresentando uma imagem do ser humano como dominador e devastador. Mas esta não é uma interpretação correta da Bíblia, como a entende a Igreja. Se é verdade que nós, cristãos, algumas vezes interpretámos de forma incorreta as Escrituras, hoje devemos decididamente rejeitar que, do fato de ser criados à imagem de Deus e do mandato de dominar a terra, se deduza um domínio absoluto sobre as outras criaturas. É importante ler os textos bíblicos no seu contexto, com uma justa hermenêutica, e lembrar que nos convidam a “cultivar e guardar” o jardim do mundo (cf. *Gn* 2, 15). Enquanto “cultivar” quer dizer lavrar ou trabalhar um terreno, “guardar” significa proteger, cuidar, preservar, velar. Isso implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza. Cada comunidade pode tomar da bondade da terra aquilo de que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de a proteger e garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras. Em última análise, “ao Senhor pertence a terra” (*Sl* 24/23, 1), a Ele pertence “a terra e tudo o que nela existe” (*Dt* 10, 14). Por isso, Deus proíbe-nos toda a pretensão de posse absoluta: “Nenhuma terra será vendida definitivamente, porque a terra pertence-Me, e vós sois apenas estrangeiros e meus hóspedes” (*Lv* 25, 23).
- 68.** Tal responsabilidade perante uma terra que é de Deus implica que o ser humano, dotado de inteligência, respeite as leis da natureza e os delicados equilíbrios entre os seres deste mundo, porque “Ele deu uma ordem e tudo foi criado; Ele fixou tudo pelos séculos sem fim e estabeleceu leis a que não se pode fugir!” (*Sl* 148, 5b-6). Consequentemente, a legislação bíblica detém-se a propor ao ser humano várias normas relativas não só às outras pessoas, mas também aos restantes seres vivos: “Se vires o jumento do teu irmão ou o seu boi caídos no caminho, não te desvies deles, mas ajuda-os a levantarem-se. [...] Se encontrares no caminho, em cima de uma árvore ou no chão, um ninho de pássaros com filhotes, ou ovos cobertos pela mãe, não apa-





nharás a mãe com a ninhada” (*Dt 22, 4.6*). Nesta linha, o descanso do sétimo dia não é proposto só para o ser humano, mas “para que descansem o teu boi e o teu jumento” (*Ex 23, 12*). Assim nos damos conta de que a Bíblia não dá lugar a um antropocentrismo despótico, que se desinteressa das outras criaturas.

- 69.** Ao mesmo tempo que podemos fazer um uso responsável das coisas, somos chamados a reconhecer que os outros seres vivos têm um valor próprio diante de Deus e, “pelo simples facto de existirem, eles O bendizem e Lhe dão glória”,⁴¹ porque “o Senhor Se alegra em suas obras” (*Sl 104/103, 31*). Precisamente pela sua dignidade única e por ser dotado de inteligência, o ser humano é chamado a respeitar a criação com as suas leis internas, já que “o Senhor fundou a terra com sabedoria” (*Pr 3, 19*). Hoje, a Igreja não diz, de forma simplista, que as outras criaturas estão totalmente subordinadas ao bem do ser humano, como se não tivessem um valor em si mesmas e fosse possível dispor delas à nossa vontade; mas ensina – como fizeram os bispos da Alemanha – que, nas outras criaturas, “se poderia falar da prioridade do ser sobre o ser úteis”.⁴² O Catecismo põe em questão, de forma muito direta e insistente, um antropocentrismo desordenado: “Cada criatura possui a sua bondade e perfeição próprias. [...]. As diferentes criaturas, queridas pelo seu próprio ser, refletem, cada qual a seu modo, uma centelha da sabedoria e da bondade infinitas de Deus. É por isso que o homem deve respeitar a bondade própria de cada criatura, para evitar o uso desordenado das coisas”.⁴³
- 70.** Na narração de Caim e Abel, vemos que a inveja levou Caim a cometer a injustiça extrema contra o seu irmão. Isto, por sua vez, provocou uma ruptura da relação entre Caim e Deus e entre Caim e a terra, da qual foi exilado. Essa passagem aparece sintetizada no dramático colóquio de Deus com Caim. Deus pergunta: “Onde está o teu irmão Abel?”, Caim responde que não sabe, e Deus insiste com ele: “Que fizeste? A voz do sangue do teu irmão clama da terra até Mim. De futuro, serás amaldiçoado pela terra [...]. Serás vagabundo e fugitivo sobre a terra” (*Gn 4, 9-12*). O descuido no compromisso de cultivar e manter um correto relacionamento com o próximo, relativamente



a quem sou deverdor da minha solicitude e custódia, destrói o relacionamento interior comigo mesmo, com os outros, com Deus e com a terra. Quando todas essas relações são negligenciadas, quando a justiça deixa de habitar na terra, a Bíblia diz-nos que toda a vida está em perigo. Assim no-lo ensina a narração de Noé, quando Deus ameaça acabar com a humanidade pela sua persistente incapacidade de viver à altura das exigências da justiça e da paz: “O fim de toda a humanidade chegou diante de Mim, pois ela encheu a terra de violência” (Gn 6, 13). Nessas narrações tão antigas, ricas de profundo simbolismo, já estava contida a convicção atual de que tudo está inter-relacionado e o cuidado autêntico da nossa própria vida e das nossas relações com a natureza é inseparável da fraternidade, da justiça e da fidelidade aos outros.

- 71.** Embora Deus reconhecesse que “a maldade dos homens era grande na terra” (Gn 6, 5), “arrependendo-Se de ter criado o homem sobre a terra” (Gn 6, 6), Ele decidiu abrir um caminho de salvação através de Noé, que ainda se mantinha íntegro e justo. Assim deu à humanidade a possibilidade de um novo início. Basta um homem bom para haver esperança! A tradição bíblica estabelece claramente que esta reabilitação implica a redescoberta e o respeito dos ritmos inscritos na natureza pela mão do Criador. Isso está patente, por exemplo, na lei do *Shabbath*. No sétimo dia, Deus descansou de todas as suas obras. Deus ordenou a Israel que cada sétimo dia devia ser celebrado como um dia de descanso, um *Shabbath* (cf. Gn 2, 2-3; Ex 16, 23; 20, 10). Além disso, de sete em sete anos, instaurou-se também um ano sabático para Israel e a sua terra (cf. Lv 25,1-4), durante o qual se dava descanso completo à terra, não se semeava e só se colhia o indispensável para sobreviver e oferecer hospitalidade (cf. Lv 25, 4-6). Por fim, passadas sete semanas de anos, ou seja quarenta e nove anos, celebrava-se o jubileu, um ano de perdão universal, “proclamando na vossa terra a liberdade de todos os que a habitam” (Lv 25, 10). O desenvolvimento dessa legislação procurou assegurar o equilíbrio e a equidade nas relações do ser humano com os outros e com a terra onde vivia e trabalhava. Mas, ao mesmo tempo, era um reconhecimento de que a dívida da terra com os seus frutos pertence a todo o povo. Aqueles que





cultivavam e guardavam o território deviam partilhar os seus frutos, especialmente com os pobres, as viúvas, os órfãos e os estrangeiros: “Quando procederes à ceifa das vossas terras, não ceifarás as espigas até à extremidade do campo, e não apanharás as espigas caídas. Não rebuscarás também a tua vinha, e não apanharás os bagos caídos. Deixá-los-ás para o pobre e para o estrangeiro” (*Lv* 19, 9-10).

- 72.** Os Salmos convidam, frequentemente, o ser humano a louvar a Deus criador: “Estendeu a terra sobre as águas, porque o seu amor é eterno” (*Sl* 136/135, 6). E convidam também as outras criaturas a louvá-Lo: “Louvai-O, sol e lua; louvai-O, estrelas luminosas! Louvai-O, alturas dos céus e águas que estais acima dos céus! Louvem todos o nome do Senhor, porque Ele deu uma ordem e tudo foi criado” (*Sl* 148, 3-5). Existimos não só pelo poder de Deus, mas também na sua presença e companhia. Por isso O adoramos.
- 73.** Os escritos dos profetas convidam a recuperar forças, nos momentos difíceis, contemplando a Deus poderoso que criou o universo. O poder infinito de Deus não nos leva a escapar da sua ternura paterna, porque n’Ele se conjugam o carinho e a força. Na verdade, toda a sã espiritualidade implica simultaneamente acolher o amor divino e adorar, com confiança, o Senhor pelo seu poder infinito. Na Bíblia, o Deus que liberta e salva é o mesmo que criou o universo, e estes dois modos de agir divino estão íntima e inseparavelmente ligados: “Ah! Senhor Deus, foste Tu que fizeste o céu e a terra com o teu grande poder e o teu braço estendido! Para Ti, nada é impossível! [...] Tu fizeste sair do Egito o teu povo, Israel, com prodígios e milagres” (*Jr* 32, 17.21). “O Senhor é um Deus eterno, que criou os confins da terra. Não se cansa nem perde as forças. É insondável a sua sabedoria. Ele dá forças ao cansado e enche de vigor o fraco” (*Is* 40, 28b-29).
- 74.** A experiência do cativo em Babilónia gerou uma crise espiritual que levou a um aprofundamento da fé em Deus, explicitando a sua onnipotência criadora, para animar o povo a recuperar a esperança no meio da sua situação infeliz. Séculos mais tarde, noutra momento de prova e perseguição, quando o Império Romano procurou impor um



domínio absoluto, os fiéis voltaram a encontrar consolação e esperança aumentando a sua confiança em Deus onipotente, e cantavam: “Grandes e admiráveis são as tuas obras, Senhor Deus todo-poderoso! Justos e verdadeiros são os teus caminhos!” (*Ap* 15, 3). Se Deus pôde criar o universo a partir do nada, também pode intervir neste mundo e vencer qualquer forma de mal. Por isso, a injustiça não é invencível.

- 75.** Não podemos defender uma espiritualidade que esqueça Deus todo-poderoso e criador. Neste caso, acabaríamos por adorar outros poderes do mundo, ou colocar-nos-íamos no lugar do Senhor chegando à pretensão de espezinhar sem limites a realidade criada por Ele. A melhor maneira de colocar o ser humano no seu lugar e acabar com a sua pretensão de ser dominador absoluto da terra é voltar a propor a figura de um Pai criador e único dono do mundo; caso contrário, o ser humano tenderá sempre a querer impor à realidade as suas próprias leis e interesses.

III. O mistério do universo

- 76.** Na tradição judaico-cristã, dizer “criação” é mais do que dizer natureza, porque tem a ver com um projeto do amor de Deus, em que cada criatura tem um valor e um significado. A natureza entende-se habitualmente como um sistema que se analisa, compreende e gere, mas a criação só se pode conceber como um dom que vem das mãos abertas do Pai de todos, como uma realidade iluminada pelo amor que nos chama a uma comunhão universal.
- 77.** “A palavra do Senhor criou os céus” (*Sl* 33/32, 6). Desse modo indica-se que o mundo procede, não do caos nem do acaso, mas duma decisão, o que o exalta ainda mais. Há uma opção livre, expressa na palavra criadora. O universo não apareceu como resultado duma onipotência arbitrária, duma demonstração de força ou dum desejo de autoafirmação. A criação pertence à ordem do amor. O amor de Deus é a razão fundamental de toda a criação: “Tu amas tudo quanto existe e não detestas nada do que fizeste; pois, se odiasses alguma coisa, não a terias criado” (*Sab* 11, 24). Então cada criatura





é objeto da ternura do Pai que lhe atribui um lugar no mundo. Até a vida efêmera do ser mais insignificante é objeto do seu amor e, naqueles poucos segundos de existência, Ele envolve-o com o seu carinho. Dizia São Basílio Magno que o Criador é também “a bondade sem cálculos”,⁴⁴ e Dante Alighieri falava do “amor que move o sol e as outras estrelas”.⁴⁵ Por isso, das obras criadas pode-se subir “à sua amorosa misericórdia”.⁴⁶

- 78.** Ao mesmo tempo, o pensamento judaico-cristão desmitificou a natureza. Sem deixar de a admirar pelo seu esplendor e imensidão, já não lhe atribui um caráter divino. Desse modo, ressalta ainda mais o nosso compromisso para com ela. Um regresso à natureza não pode ser feito à custa da liberdade e da responsabilidade do ser humano, que é parte do mundo com o dever de cultivar as próprias capacidades para o proteger e desenvolver as suas potencialidades. Se reconhecermos o valor e a fragilidade da natureza e, ao mesmo tempo, as capacidades que o Criador nos deu, isso permite-nos acabar hoje com o mito moderno do progresso material ilimitado. Um mundo frágil, com um ser humano a quem Deus confia o cuidado do mesmo, interpela a nossa inteligência para reconhecer como deveremos orientar, cultivar e limitar o nosso poder.
- 79.** Neste universo, composto de sistemas abertos que entram em comunicação uns com os outros, podemos descobrir inumeráveis formas de relação e participação. Isso leva-nos também a pensar o todo como aberto à transcendência de Deus, dentro da qual se desenvolve. A fé permite-nos interpretar o significado e a beleza misteriosa do que acontece. A liberdade humana pode prestar a sua contribuição inteligente para uma evolução positiva, como pode também acrescentar novos males, novas causas de sofrimento e verdadeiros atrasos. Isso dá lugar à apaixonante e dramática história humana, capaz de transformar-se num desabrochamento de libertação, engrandecimento, salvação e amor, ou, pelo contrário, num percurso de declínio e mútua destruição. Por isso a Igreja, com a sua ação, procura não só lembrar o dever de cuidar da natureza, mas também e “sobretudo proteger o homem da destruição de si mesmo”.⁴⁷



80. Apesar disso, Deus, que deseja atuar conosco e contar com a nossa cooperação, é capaz também de tirar algo de bom dos males que praticamos, porque “o Espírito Santo possui uma inventiva infinita, própria da mente divina, que sabe prover a desfazer os nós das vicissitudes humanas mais complexas e impenetráveis”.⁴⁸ De certa maneira, quis limitar-Se a Si mesmo, criando um mundo necessitado de desenvolvimento, onde muitas coisas que consideramos males, perigos ou fontes de sofrimento, na realidade fazem parte das dores de parto que nos estimulam a colaborar com o Criador.⁴⁹ Ele está presente no mais íntimo de cada coisa sem condicionar a autonomia da sua criatura, e isso dá lugar também à legítima autonomia das realidades terrenas.⁵⁰ Essa presença divina, que garante a permanência e o desenvolvimento de cada ser, “é a continuação da ação criadora”.⁵¹ O Espírito de Deus encheu o universo de potencialidades que permitem que, do próprio seio das coisas, possa brotar sempre algo de novo: “A natureza nada mais é do que a razão de certa arte – concretamente a arte divina – inscrita nas coisas, pela qual as próprias coisas se movem para um fim determinado. Como se o mestre construtor de navios pudesse conceder à madeira a possibilidade de se mover a si mesma para tomar a forma da nave”.⁵²





- 81.** Embora suponha também processos evolutivos, o ser humano implica uma novidade que não se explica cabalmente pela evolução doutros sistemas abertos. Cada um de nós tem em si uma identidade pessoal, capaz de entrar em diálogo com os outros e com o próprio Deus. A capacidade de reflexão, o raciocínio, a criatividade, a interpretação, a elaboração artística e outras capacidades originais manifestam uma singularidade que transcende o âmbito físico e biológico. A novidade qualitativa, implicada no aparecimento dum ser pessoal dentro do universo material, pressupõe uma ação direta de Deus, uma chamada peculiar à vida e à relação de um Tu com outro tu. A partir dos textos bíblicos, consideramos o ser humano como sujeito, que nunca pode ser reduzido à categoria de objeto.
- 82.** Mas seria errado também pensar que os outros seres vivos devam ser considerados como meros objetos submetidos ao domínio arbitrário do ser humano. Quando se propõe uma visão da natureza unicamente como objeto de lucro e interesse, isso comporta graves consequências também para a sociedade. A visão que consolida o arbítrio do mais forte favoreceu imensas desigualdades, injustiças e violências para a maior parte da humanidade, porque os recursos tornam-se propriedade do primeiro que chega ou de quem tem mais poder: o vencedor leva tudo. O ideal de harmonia, justiça, fraternidade e paz que Jesus propõe situa-se nos antípodas de tal modelo, como Ele mesmo Se expressou ao compará-lo com os poderes do seu tempo: “Sabeis que os chefes das nações as governam como seus senhores, e que os grandes exercem sobre elas o seu poder. Não seja assim entre vós. Pelo contrário, quem entre vós quiser fazer-se grande, seja o vosso servo” (Mt 20, 25-26).
- 83.** A meta do caminho do universo situa-se na plenitude de Deus, que já foi alcançada por Cristo ressuscitado, fulcro da maturação universal.⁵³ E assim juntamos mais um argumento para rejeitar todo e qualquer domínio despótico e irresponsável do ser humano sobre as outras criaturas. O fim último das restantes criaturas não somos nós. Mas todas avançam, juntamente conosco e através de nós, para a meta



comum, que é Deus, numa plenitude transcendente em que Cristo ressuscitado tudo abraça e ilumina. Com efeito, o ser humano, dotado de inteligência e amor e atraído pela plenitude de Cristo, é chamado a reconduzir todas as criaturas ao seu Criador.

IV. A mensagem de cada criatura na harmonia de toda a criação

- 84.** O facto de insistir na afirmação de que o ser humano é imagem de Deus não deveria fazer-nos esquecer que cada criatura tem uma função e nenhuma é supérflua. Todo o universo material é uma linguagem do amor de Deus, do seu carinho sem medida por nós. O solo, a água, as montanhas: tudo é carícia de Deus. A história da própria amizade com Deus desenrola-se sempre num espaço geográfico que se torna um sinal muito pessoal, e cada um de nós guarda na memória lugares cuja lembrança nos faz muito bem. Quem cresceu no meio de montes, quem na infância se sentava junto do riacho a beber, ou quem jogava numa praça do seu bairro, quando volta a esses lugares sente-se chamado a recuperar a sua própria identidade.
- 85.** Deus escreveu um livro estupendo, “cujas letras são representadas pela multidão de criaturas presentes no universo”.⁵⁴ E justamente afirmaram os bispos do Canadá que nenhuma criatura fica fora desta manifestação de Deus: “Desde os panoramas mais amplos às formas de vida mais frágeis, a natureza é um manancial incessante de encanto e reverência. Trata-se duma contínua revelação do divino”.⁵⁵ Os bispos do Japão, por sua vez, disseram algo muito sugestivo: “Sentir cada criatura que canta o hino da sua existência é viver jubilosamente no amor de Deus e na esperança”.⁵⁶ Esta contemplação da criação permite-nos descobrir qualquer ensinamento que Deus nos quer transmitir através de cada coisa, porque, “para o crente, contemplar a criação significa também escutar uma mensagem, ouvir uma voz paradoxal e silenciosa”.⁵⁷ Podemos afirmar que, “ao lado da revelação propriamente dita, contida nas Sagradas Escrituras, há uma manifestação divina no despontar do sol e no cair da noite”.⁵⁸ Prestando atenção a essa manifestação, o ser humano aprende a reconhecer-se a si mesmo na relação com as outras





criaturas: “Eu expresso-me exprimindo o mundo; exploro a minha sacralidade decifrando a do mundo”.⁵⁹

- 86.** O conjunto do universo, com as suas múltiplas relações, mostra melhor a riqueza inesgotável de Deus. São Tomás de Aquino sublinhava, sabiamente, que a multiplicidade e a variedade “provêm da intenção do primeiro agente”, o Qual quis que “o que falta a cada coisa, para representar a bondade divina, seja suprido pelas outras”,⁶⁰ pois a sua bondade “não pode ser convenientemente representada por uma só criatura”.⁶¹ Por isso, precisamos de individuar a variedade das coisas nas suas múltiplas relações.⁶² Assim, compreende-se melhor a importância e o significado de qualquer criatura, se a contemplarmos no conjunto do plano de Deus. Tal é o ensinamento do Catecismo: “A interdependência das criaturas é querida por Deus. O sol e a lua, o cedro e a florzinha, a água e o pardal: o espetáculo das suas incontáveis diversidades e desigualdades significa que nenhuma criatura se basta a si mesma. Elas só existem na dependência umas das outras, para se completarem mutuamente no serviço umas das outras”.⁶³





- 87.** Quando nos damos conta do reflexo de Deus em tudo o que existe, o coração experimenta o desejo de adorar o Senhor por todas as suas criaturas e juntamente com elas, como se vê neste gracioso cântico de São Francisco de Assis:

“Louvado sejas, meu Senhor,
com todas as tuas criaturas,
especialmente o meu senhor irmão sol,
o qual faz o dia e por ele nos alumia.
E ele é belo e radiante com grande esplendor:
de Ti, Altíssimo, nos dá ele a imagem.
Louvado sejas, meu Senhor,
pela irmã lua e pelas estrelas,
que no céu formaste claras, preciosas e belas.
Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão vento
pelo ar, pela nuvem, pelo sereno, e todo o tempo,
com o qual, às tuas criaturas, dás o sustento.
Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã água,
que é tão útil e humilde, e preciosa e casta.
Louvado sejas, meu Senhor, pelo irmão fogo,
pelo qual iluminas a noite:
ele é belo e alegre, vigoroso e forte”.⁶⁴

- 88.** Os bispos do Brasil sublinharam que toda a natureza, além de manifestar Deus, é lugar da sua presença. Em cada criatura, habita o seu Espírito vivificante, que nos chama a um relacionamento com Ele.⁶⁵ A descoberta desta presença estimula em nós o desenvolvimento das “virtudes ecológicas”.⁶⁶ Mas, quando dizemos isto, não esqueçamos que há também uma distância infinita, pois as coisas deste mundo não possuem a plenitude de Deus. Esquecê-lo, aliás, também não faria bem às criaturas, porque não reconheceríamos o seu lugar verdadeiro e próprio, acabando por lhes exigir indevidamente aquilo que, na sua pequenez, não nos podem dar.





V. Uma comunhão universal

- 89.** As criaturas deste mundo não podem ser consideradas um bem sem dono: “Todas são tuas, ó Senhor, que amas a vida” (*Sab* 11, 26). Isto gera a convicção de que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde. Quero lembrar que “Deus uniu-nos tão estreitamente ao mundo que nos rodeia, que a desertificação do solo é como uma doença para cada um, e podemos lamentar a extinção de uma espécie como se fosse uma mutilação”.⁶⁷
- 90.** Isto não significa igualar todos os seres vivos e tirar ao ser humano aquele seu valor peculiar que, simultaneamente, implica uma tremenda responsabilidade. Também não requer uma divinização da terra, que nos privaria da nossa vocação de colaborar com ela e proteger a sua fragilidade. Essas concepções acabariam por criar novos desequilíbrios, na tentativa de fugir da realidade que nos interpela.⁶⁸ Às vezes nota-se a obsessão de negar qualquer preeminência à pessoa humana, conduzindo-se uma luta em prol das outras espécies que não se vê na hora de defender igual dignidade entre os seres humanos. Devemos, certamente, ter a preocupação de que os outros seres vivos não sejam tratados de forma irresponsável, mas deveriam indignar-nos sobretudo as enormes desigualdades que existem entre nós, porque continuamos a tolerar que alguns se considerem mais dignos do que outros. Deixamos de notar que alguns se arrastam numa miséria degradante, sem possibilidades reais de melhoria, enquanto outros não sabem sequer que fazer ao que têm, ostentam vaidosamente uma suposta superioridade e deixam atrás de si um nível de desperdício tal que seria impossível generalizar sem destruir o planeta. Na prática, continuamos a admitir que alguns se sintam mais humanos que outros, como se tivessem nascido com maiores direitos.



- 91.** Não pode ser autêntico um sentimento de união íntima com os outros seres da natureza se ao mesmo tempo não houver no coração ternura, compaixão e preocupação pelos seres humanos. É evidente a incoerência de quem luta contra o tráfico de animais em risco de extinção, mas fica completamente indiferente perante o tráfico de pessoas, desinteressa-se dos pobres ou procura destruir outro ser humano de que não gosta. Isso compromete o sentido da luta pelo meio ambiente. Não é por acaso que São Francisco, no cântico em que louva a Deus pelas criaturas, acrescenta o seguinte: “Louvado sejas, meu Senhor, por aqueles que perdoam por teu amor”. Tudo está interligado. Por isso, exige-se uma preocupação pelo meio ambiente, unida ao amor sincero pelos seres humanos e a um compromisso constante com os problemas da sociedade.
- 92.** Além disso, quando o coração está verdadeiramente aberto a uma comunhão universal, nada e ninguém fica excluído desta fraternidade. Portanto, é verdade também que a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam de alguma forma por repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos. O coração é um só, e a própria miséria que leva a maltratar um animal não tarda a manifestar-se na relação com as outras pessoas. Todo o encarniçamento contra qualquer criatura “é contrário à dignidade humana”.⁶⁹ Não podemos considerar-nos grandes amantes da realidade, se excluimos dos nossos interesses alguma parte dela: “Paz, justiça e conservação da criação são três questões absolutamente ligadas, que não se poderão separar, tratando-as individualmente sob pena de cair novamente no reducionismo”.⁷⁰ Tudo está relacionado, e todos nós, seres humanos, caminhamos juntos como irmãos e irmãs numa peregrinação maravilhosa, entrelaçados pelo amor que Deus tem a cada uma das suas criaturas e que nos une também, com terna afeição, ao irmão sol, à irmã lua, ao irmão rio e à mãe terra.





VI. O destino comum dos bens

- 93.** Hoje, crentes e não crentes estão de acordo que a terra é, essencialmente, uma herança comum, cujos frutos devem beneficiar a todos. Para os crentes, isso torna-se uma questão de fidelidade ao Criador, porque Deus criou o mundo para todos. Por conseguinte, toda a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos. O princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, conseqüentemente, o direito universal ao seu uso é uma “regra de ouro” do comportamento social e o “primeiro princípio de toda a ordem ético-social”.⁷¹ A tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada, e salientou a função social de qualquer forma de propriedade privada. São João Paulo II lembrou essa doutrina, com grande ênfase, dizendo que “Deus deu a terra a todo o género humano, para que ela sustente todos os seus membros, sem excluir nem privilegiar ninguém”.⁷² São palavras densas e fortes. Insistiu que “não seria verdadeiramente digno do homem, um tipo de desenvolvimento que não respeitasse e promovesse os direitos humanos, pessoais e sociais, económicos e políticos, incluindo os direitos das nações e dos povos”.⁷³ Com grande clareza, explicou que “a Igreja defende, sim, o legítimo direito à propriedade privada, mas ensina, com não menor clareza, que sobre toda a propriedade particular pesa sempre uma hipoteca social, para que os bens sirvam ao destino geral que Deus lhes deu”.⁷⁴ Por isso, afirma que “não é segundo o desígnio de Deus gerir este dom de modo tal que os seus benefícios aproveitem só a alguns poucos”.⁷⁵ Isso põe seriamente em discussão os hábitos injustos duma parte da humanidade.⁷⁶
- 94.** O rico e o pobre têm igual dignidade, porque “quem os fez a ambos foi o Senhor” (*Pr* 22, 2); “Ele criou o pequeno e o grande” (*Sab* 6, 7) e “faz com que o sol se levante sobre os bons e os maus” (*Mt* 5, 45). Isso tem conseqüências práticas, como explicitaram os bispos do Paraguai: “Cada camponês tem direito natural de possuir um lote razoável de terra, onde possa estabelecer o seu lar, trabalhar para a subsistência da sua família e gozar de segurança existencial. Este direito deve ser de tal forma ga-



rantido, que o seu exercício não seja ilusório mas real. Isto significa que, além do título de propriedade, o camponês deve contar com meios de formação técnica, empréstimos, seguros e acesso ao mercado”.⁷⁷

- 95.** O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros. Por isso, os bispos da Nova Zelândia perguntavam-se que significado possa ter o mandamento “não matarás”, quando “uns vinte por cento da população mundial consomem recursos numa medida tal que roubam às nações pobres, e às gerações futuras, aquilo de que necessitam para sobreviver”.⁷⁸

VII. O olhar de Jesus

- 96.** Jesus retoma a fé bíblica no Deus criador e destaca um dado fundamental: Deus é Pai (cf. *Mt 11, 25*). Em colóquio com os seus discípulos, Jesus convidava-os a reconhecer a relação paterna que Deus tem com todas as criaturas e recordava-lhes, com comovente ternura, como cada uma delas era importante aos olhos d’Ele: “Não se vendem cinco pássaros por duas pequeninas moedas? Contudo, nenhum deles passa despercebido diante de Deus” (*Lc 12, 6*). “Olhai as aves do céu: não semeiam nem ceifam nem recolhem em celeiros; e o vosso Pai celeste alimenta-as” (*Mt 6, 26*).
- 97.** O Senhor podia convidar os outros a estar atentos à beleza que existe no mundo, porque Ele próprio vivia em contato permanente com a natureza e prestava-lhe uma atenção cheia de carinho e admiração. Quando percorria os quatro cantos da sua terra, detinha-Se a contemplar a beleza semeada por seu Pai e convidava os discípulos a individuarem, nas coisas, uma mensagem divina: “Levantai os olhos e vede os campos que estão doirados para a ceifa” (*Jo 4, 35*). “O Reino dos Céus é semelhante a um grão de mostarda que um homem tomou e semeou no seu campo. É a menor de todas as sementes; mas, depois de crescer, torna-se a maior planta do horto e transforma-se numa árvore” (*Mt 13, 31-32*).





- 98.** Jesus vivia em plena harmonia com a criação, com grande maravilha dos outros: “Quem é este, a quem até o vento e o mar obedecem?” (Mt 8, 27). Não Se apresentava como um asceta separado do mundo ou inimigo das coisas aprazíveis da vida. Falando de Si mesmo, declarou: “Veio o Filho do Homem que come e bebe, e dizem: ‘Aí está um glutão e bebedor de vinho’” (Mt 11, 19). Encontrava-Se longe das filosofias que desprezavam o corpo, a matéria e as realidades deste mundo. Todavia, ao longo da história, esses dualismos combatidos tiveram notável influência nalguns pensadores cristãos e desfiguraram o Evangelho. Jesus trabalhava com suas mãos, entrando diariamente em contato com matéria criada por Deus para a moldar com a sua capacidade de artesão. É digno de nota que a maior parte da sua existência terrena tenha sido consagrada a esta tarefa, levando uma vida simples que não despertava maravilha alguma: “Não é Ele o carpinteiro, o filho de Maria?” (Mc 6, 3). Assim santificou o trabalho, atribuindo-lhe um valor peculiar para o nosso amadurecimento. São João Paulo II ensinava que, “suportando o que há de penoso no trabalho em união com Cristo crucificado por nós, o homem colabora, de alguma forma, com o Filho de Deus na redenção da humanidade”.⁷⁹
- 99.** Segundo a compreensão cristã da realidade, o destino da criação inteira passa pelo mistério de Cristo, que nela está presente desde a origem: “Todas as coisas foram criadas por Ele e para Ele” (Cl 1, 16).⁸⁰ O prólogo do Evangelho de João (1, 1-18) mostra a atividade criadora de Cristo como Palavra divina (Logos). Mas o mesmo prólogo surpreende ao afirmar que esta Palavra “Se fez carne” (Jo 1, 14). Uma Pessoa da Santíssima Trindade inseriu-Se no universo criado, partilhando a própria sorte com ele até à cruz. Desde o início do mundo, mas de modo peculiar a partir da encarnação, o mistério de Cristo opera veladamente no conjunto da realidade natural, sem com isso afetar a sua autonomia.
- 100.** O Novo Testamento não nos fala só de Jesus terreno e da sua relação tão concreta e amorosa com o mundo; mostra-no-Lo também como ressuscitado e glorioso, presente em toda a criação com o seu domínio universal. “Foi n’Ele que aprouve a Deus fazer habitar toda a plenitude e, por Ele e para Ele, reconciliar todas as coisas [...], tan-



to as que estão na terra como as que estão no céu” (Cl 1, 19-20). Isso lança-nos para o fim dos tempos, quando o Filho entregar ao Pai todas as coisas “a fim de que Deus seja tudo em todos” (1 Cor 15, 28). Assim, as criaturas deste mundo já não nos aparecem como uma realidade meramente natural, porque o Ressuscitado as envolve misteriosamente e guia para um destino de plenitude. As próprias flores do campo e as aves que Ele, admirado, contemplou com os seus olhos humanos agora estão cheias da sua presença luminosa.





| CAPÍTULO TERCEIRO

A raiz humana da crise ecológica

101. Para nada serviria descrever os sintomas, se não reconhecêssemos a raiz humana da crise ecológica. Há um modo desordenado de conceber a vida e a ação do ser humano que contradiz a realidade até ao ponto de a arruinar. Não poderemos deter-nos a pensar nisto mesmo? Proponho, pois, que nos concentremos no paradigma tecnocrático dominante e no lugar que ocupa nele o ser humano e a sua ação no mundo.

I. A tecnologia: criatividade e poder

102. A humanidade entrou numa nova era, em que o poder da tecnologia nos põe diante duma encruzilhada. Somos herdeiros de dois séculos de ondas enormes de mudanças: a máquina a vapor, a ferrovia, o telégrafo, a eletricidade, o automóvel, o avião, as indústrias químicas, a medicina moderna, a informática e, mais recentemente, a revolução digital, a robótica, as biotecnologias e as nanotecnologias. É justo que nos alegremos com estes progressos e nos entusiasmemos à vista das amplas possibilidades que nos abrem estas novidades incessantes, porque “a ciência e a tecnologia são um produto estupendo da criatividade humana que Deus nos deu”.⁸¹ A transformação da natureza para fins úteis é uma característica do género humano, desde os seus primórdios; e assim a técnica “exprime a tensão do ânimo humano para uma gradual superação de certos condicionamentos materiais”.⁸² A tecnologia deu remédio a inúmeros males, que afligiam e limitavam o ser humano. Não podemos deixar de apreciar e agradecer os progressos alcançados especialmente na medicina, engenharia e comunicações. Como não havemos de reconhecer todos os esforços de tantos cientistas e técnicos que elaboraram alternativas para um desenvolvimento sustentável?



- 103.** A tecnociência, bem orientada, pode produzir coisas realmente valiosas para melhorar a qualidade de vida do ser humano, desde os objetos de uso doméstico até os grandes meios de transporte, pontes, edifícios, espaços públicos. É capaz também de produzir coisas belas e fazer o ser humano, imerso no mundo material, dar o “salto” para o âmbito da beleza. Poder-se-á negar a beleza de um avião ou de alguns arranha-céus? Há obras pictóricas e musicais de valor, obtidas com o recurso aos novos instrumentos técnicos. Assim, no desejo de beleza do artífice e em quem contempla esta beleza dá-se o salto para certa plenitude propriamente humana.
- 104.** Não podemos, porém, ignorar que a energia nuclear, a biotecnologia, a informática, o conhecimento do nosso próprio DNA e outras potencialidades que adquirimos nos dão um poder tremendo. Ou melhor: dão, àqueles que detêm o conhecimento e sobretudo o poder económico para o desfrutar, um domínio impressionante sobre o conjunto do género humano e do mundo inteiro. Nunca a humanidade teve tanto poder sobre si mesma, e nada garante que o utilizará bem, sobretudo se se considera a maneira como o está a fazer. Basta lembrar as bombas atómicas lançadas em pleno século XX, bem como a grande exibição de tecnologia ostentada pelo nazismo, o comunismo e outros regimes totalitários e que serviu para o extermínio de milhões de pessoas, sem esquecer que hoje a guerra dispõe de instrumentos cada vez mais mortíferos. Nas mãos de quem está e pode chegar a estar tanto poder? É tremendamente arriscado que resida numa pequena parte da humanidade.
- 105.** Tende-se a crer que “toda a aquisição de poder seja simplesmente progresso, aumento de segurança, de utilidade, de bem-estar, de força vital, de plenitude de valores”⁸³, como se a realidade, o bem e a verdade desabrochassem espontaneamente do próprio poder da tecnologia e da economia. A verdade é que “o homem moderno não foi educado para o reto uso do poder”⁸⁴, porque o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores, à consciência. Cada época tende a desenvolver uma reduzida autoconsciência dos





próprios limites. Por isso, é possível que hoje a humanidade não se dê conta da seriedade dos desafios que se lhe apresentam, e “cresce continuamente a possibilidade de o homem fazer mau uso do seu poder” quando “não existem normas de liberdade, mas apenas pre-tenidas necessidades de utilidade e segurança”.⁸⁵ O ser humano não é plenamente autônomo. A sua liberdade adoce, quando se entrega às forças cegas do inconsciente, das necessidades imediatas, do egoísmo, da violência brutal. Neste sentido, ele está nu e exposto frente ao seu próprio poder que continua a crescer, sem ter os instrumentos para o controlar. Talvez disponha de mecanismos superficiais, mas podemos afirmar que carece de uma ética sólida, uma cultura e uma espiritualidade que lhe ponham realmente um limite e o conttenham dentro dum lúcido domínio de si.

II. A globalização do paradigma tecnocrático

106. Mas o problema fundamental é outro e ainda mais profundo: o modo como realmente a humanidade assumiu a tecnologia e o seu desenvolvimento *juntamente com um paradigma homogêneo e unidimensional*. Nesse paradigma, sobressai uma concepção do sujeito que progressivamente, no processo lógico-racional, compreende e assim se apropria do objeto que se encontra fora. Um tal sujeito desenvolve-se ao estabelecer o método científico com a sua experimentação, que já é explicitamente uma técnica de posse, domínio e transformação. É como se o sujeito tivesse à sua frente a realidade informe totalmente disponível para a manipulação. Sempre se verificou a intervenção do ser humano sobre a natureza, mas durante muito tempo teve a característica de acompanhar, secundar as possibilidades oferecidas pelas próprias coisas; tratava-se de receber o que a realidade natural por si permitia, como que estendendo a mão. Mas, agora, o que interessa é extrair o máximo possível das coisas por imposição da mão humana, que tende a ignorar ou esquecer a realidade própria do que tem à sua frente. Por isso, o ser humano e as coisas deixaram de se dar amigavelmente a mão, tornando-se contendentes. Daqui, passa-se facilmente à ideia dum crescimento infinito ou ilimitado, que tanto entusiasmou os economistas, os teóricos da finança e da tecnologia.



Isso supõe a mentira da disponibilidade infinita dos bens do planeta, que leva a “espremê-lo” até ao limite e para além do mesmo. Trata-se do falso pressuposto de que “existe uma quantidade ilimitada de energia e de recursos a serem utilizados, que a sua regeneração é possível de imediato e que os efeitos negativos das manipulações da ordem natural podem ser facilmente absorvidos”.⁸⁶

107. Assim podemos afirmar que, na origem de muitas dificuldades do mundo atual, está principalmente a tendência, nem sempre consciente, de elaborar a metodologia e os objetivos da tecnociência segundo um paradigma de compreensão que condiciona a vida das pessoas e o funcionamento da sociedade. Os efeitos da aplicação desse modelo a toda a realidade, humana e social, constata-se na degradação do meio ambiente, mas isso é apenas um sinal do reducionismo que afeta a vida humana e a sociedade em todas as suas dimensões. É preciso reconhecer que os produtos da técnica não são neutros, porque criam uma trama que acaba por condicionar os estilos de vida e orientam as possibilidades sociais na linha dos interesses de determinados grupos de poder. Certas opções, que parecem puramente instrumentais, na realidade são opções sobre o tipo de vida social que se pretende desenvolver.

108. Não se consegue pensar que seja possível sustentar outro paradigma cultural e servir-se da técnica como mero instrumento, porque hoje o paradigma tecnocrático tornou-se tão dominante que é muito difícil prescindir dos seus recursos, e mais difícil ainda é utilizar os seus recursos sem ser dominados pela sua lógica. Tornou-se anticultural a escolha dum estilo de vida, cujos objetivos possam ser, pelo menos em parte, independentes da técnica, dos seus custos e do seu poder globalizante e massificador. Com efeito, a técnica tem tendência a fazer com que nada fique fora da sua lógica férrea, e “o homem que é o seu protagonista sabe que, em última análise, não se trata de utilidade nem de bem-estar, mas de domínio; domínio no sentido extremo da palavra”.⁸⁷ Por isso, “procura controlar os elementos da natureza e, conjuntamente, os da existência humana”.⁸⁸ Reduzem-se assim a capacidade de decisão, a liberdade mais genuína e o espaço para a criatividade alternativa dos indivíduos.





- 109.** O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política. A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano. A finança sufoca a economia real. Não se aprendeu a lição da crise financeira mundial e, muito lentamente, se aprende a lição do deterioramento ambiental. Nalguns círculos, defende-se que a economia atual e a tecnologia resolverão todos os problemas ambientais, do mesmo modo que se afirma, com linguagens não académicas, que os problemas da fome e da miséria no mundo serão resolvidos simplesmente com o crescimento do mercado. Não é uma questão de teorias económicas, que hoje talvez já ninguém se atreva a defender, mas da sua instalação no desenvolvimento concreto da economia. Aqueles que não o afirmam em palavras defendem-no com os fatos, quando parece não preocupar-se com o justo nível da produção, uma melhor distribuição da riqueza, um cuidado responsável do meio ambiente ou os direitos das gerações futuras. Com os seus comportamentos, afirmam que é suficiente o objetivo da maximização dos ganhos. Mas o mercado, por si mesmo, não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social.⁸⁹ Entretanto temos um “superdesenvolvimento dissipador e consumista que contrasta, de modo inadmissível, com perduráveis situações de miséria desumanizadora”,⁹⁰ mas não se criam, de forma suficientemente rápida, instituições económicas e programas sociais que permitam aos mais pobres terem regularmente acesso aos recursos básicos. Não temos suficiente consciência de quais sejam as raízes mais profundas dos desequilíbrios atuais: estes têm a ver com a orientação, os fins, o sentido e o contexto social do crescimento tecnológico e económico.
- 110.** A especialização própria da tecnologia comporta grande dificuldade para se conseguir um olhar de conjunto. A fragmentação do saber realiza a sua função no momento de obter aplicações concretas, mas frequentemente leva a perder o sentido da totalidade, das relações que existem entre as coisas, do horizonte alargado: um sentido que se torna irrelevante. Isso impede de individuar caminhos adequados para resolver os problemas mais complexos do mundo atual, sobre-



tudo os do meio ambiente e dos pobres, que não se podem enfrentar a partir duma única perspectiva nem dum único tipo de interesses. Uma ciência, que pretenda oferecer soluções para os grandes problemas, deveria necessariamente ter em conta tudo o que o conhecimento gerou nas outras áreas do saber, incluindo a filosofia e a ética social. Mas este é atualmente um procedimento difícil de seguir. Por isso também não se consegue reconhecer verdadeiros horizontes éticos de referência. A vida passa a ser uma rendição às circunstâncias condicionadas pela técnica, entendida como o recurso principal para interpretar a existência. Na realidade concreta que nos interpela, aparecem vários sintomas que mostram o erro, tais como a degradação ambiental, a ansiedade, a perda do sentido da vida e da convivência social. Assim se demonstra uma vez mais que “a realidade é superior à ideia”.⁹¹

- 111.** A cultura ecológica não se pode reduzir a uma série de respostas urgentes e parciais para os problemas que vão surgindo à volta da degradação ambiental, do esgotamento das reservas naturais e da poluição. Deveria ser um olhar diferente, um pensamento, uma política, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático. Caso contrário, até as melhores iniciativas ecologistas podem acabar bloqueadas na mesma lógica globalizada. Buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial.
- 112.** Todavia é possível voltar a ampliar o olhar, e a liberdade humana é capaz de limitar a técnica, orientá-la e colocá-la ao serviço doutro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral. De facto verifica-se a libertação do paradigma tecnocrático nalgumas ocasiões. Por exemplo, quando comunidades de pequenos produtores optam por sistemas de produção menos poluentes, defendendo um modelo não consumista de vida, alegria e convivência. Ou quando a técnica tem em vista prioritariamente resolver os problemas concretos dos outros, com o compromisso de os ajudar a viver com mais dignidade e





menor sofrimento. E ainda quando a busca criadora do belo e a sua contemplação conseguem superar o poder objetivador numa espécie de salvação que acontece na beleza e na pessoa que a contempla. A humanidade autêntica, que convida a uma nova síntese, parece habitar no meio da civilização tecnológica de forma quase imperceptível, como a neblina que filtra por baixo da porta fechada. Será uma promessa permanente que, apesar de tudo, desabrocha como uma obstinada resistência daquilo que é autêntico?

113. Além disso, as pessoas parecem já não acreditar num futuro feliz nem confiam cegamente num amanhã melhor a partir das condições atuais do mundo e das capacidades técnicas. Tomam consciência de que o progresso da ciência e da técnica não equivale ao progresso da humanidade e da história, e vislumbram que os caminhos fundamentais para um futuro feliz são outros. Apesar disso, também não se imaginam renunciando às possibilidades que oferece a tecnologia. A humanidade mudou profundamente, e o avolumar-se de constantes novidades consagra uma fugacidade que nos arrasta à superfície numa única direção. Torna-se difícil parar para recuperarmos a profundidade da vida. Se a arquitetura reflete o espírito duma época, as megaestruturas e as casas em série expressam o espírito da técnica globalizada, em que a permanente novidade dos produtos se une a um tédio enfadonho. Não nos resignemos a isto nem renunciemos a perguntar-nos pelos fins e o sentido de tudo. Caso contrário, apenas legitimaremos o estado de facto e precisaremos de mais sucedâneos para suportar o vazio.

114. O que está a acontecer põe-nos perante a urgência de avançar numa corajosa revolução cultural. A ciência e a tecnologia não são neutras, mas podem, desde o início até ao fim dum processo, envolver diferentes intenções e possibilidades que se podem configurar de várias maneiras. Ninguém quer o regresso à Idade da Pedra, mas é indispensável abrandar a marcha para olhar a realidade doutra forma, recolher os avanços positivos e sustentáveis e ao mesmo tempo recuperar os valores e os grandes objetivos arrasados por um desenvolvimento megalómano.



- 115.** O antropocentrismo moderno acabou, paradoxalmente, por colocar a razão técnica acima da realidade, porque este ser humano “já não sente a natureza como norma válida nem como um refúgio vivente. Sem se pôr qualquer hipótese, vê-a, objetivamente, como espaço e matéria na qual realizar uma obra em que se imerge completamente, sem se importar com o que possa suceder a ela”.⁹² Assim debilita-se o valor intrínseco do mundo. Mas, se o ser humano não redescobre o seu verdadeiro lugar, compreende-se mal a si mesmo e acaba por contradizer a sua própria realidade. “Não só a terra foi dada por Deus ao homem, que a deve usar respeitando a intenção originária de bem, segundo a qual lhe foi entregue; mas o homem é doado a si mesmo por Deus, devendo por isso respeitar a estrutura natural e moral de que foi dotado.”⁹³
- 116.** Nos tempos modernos, verificou-se um notável excesso antropocêntrico, que hoje, com outra roupagem, continua a minar toda a referência a algo de comum e qualquer tentativa de reforçar os laços sociais. Por isso, chegou a hora de prestar novamente atenção à realidade com os limites que a mesma impõe e que, por sua vez, constituem a possibilidade dum desenvolvimento humano e social mais saudável e fecundo. Uma apresentação inadequada da antropologia cristã acabou por promover uma concepção errada da relação do ser humano com o mundo. Muitas vezes foi transmitido um sonho prometeico de domínio sobre o mundo, que provocou a impressão de que o cuidado da natureza fosse atividade de fracos. Mas a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável.⁹⁴
- 117.** A falta de preocupação por medir os danos à natureza e o impacto ambiental das decisões é apenas o reflexo evidente do desinteresse em reconhecer a mensagem que a natureza traz inscrita nas suas próprias estruturas. Quando, na própria realidade, não se reconhece a importância dum pobre, dum embrião humano, dum pessoa com deficiência – só para dar alguns exemplos –, dificilmente se saberá escutar os gritos da própria natureza. Tudo está interligado. Se o ser humano se declara autónomo da realidade e se constitui do-





minador absoluto, desmorona-se a própria base da sua existência, porque “em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus, e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza”.⁹⁵

118. Esta situação leva-nos a uma esquizofrenia permanente, que se estende da exaltação tecnocrática, que não reconhece aos outros seres um valor próprio, até à reação de negar qualquer valor peculiar ao ser humano. Contudo não se pode prescindir da humanidade. Não haverá uma nova relação com a natureza sem um ser humano novo. Não há ecologia sem uma adequada antropologia. Quando a pessoa humana é considerada apenas mais um ser entre outros, que provém de jogos do acaso ou dum determinismo físico, “corre o risco de atenuar-se, nas consciências, a noção da responsabilidade”.⁹⁶ Um antropocentrismo desordenado não deve necessariamente ser substituído por um “biocentrismo”, porque isto implicaria introduzir um novo desequilíbrio que não só não resolverá os problemas existentes, mas acrescentará outros. Não se pode exigir do ser humano um compromisso para com o mundo, se ao mesmo tempo não se reconhecem e valorizam as suas peculiares capacidades de conhecimento, vontade, liberdade e responsabilidade.

119. A crítica do antropocentrismo desordenado não deveria deixar em segundo plano também o valor das relações entre as pessoas. Se a crise ecológica é uma expressão ou uma manifestação externa da crise ética, cultural e espiritual da modernidade, não podemos iludir-nos de sanar a nossa relação com a natureza e o meio ambiente, sem curar todas as relações humanas fundamentais. Quando o pensamento cristão reivindica, para o ser humano, um valor peculiar acima das outras criaturas, suscita a valorização de cada pessoa humana e, assim, estimula o reconhecimento do outro. A abertura a um “tu” capaz de conhecer, amar e dialogar continua a ser a grande nobreza da pessoa humana. Por isso, para uma relação adequada com o mundo criado, não é necessário diminuir a dimensão social do ser humano nem a sua dimensão transcendente, a sua abertura ao “Tu” divino.



Com efeito, não se pode propor uma relação com o ambiente, prescindindo da relação com as outras pessoas e com Deus. Seria um individualismo romântico disfarçado de beleza ecológica e um confinamento asfíxiante na imanência.

120. Uma vez que tudo está relacionado, também não é compatível a defesa da natureza com a justificação do aborto. Não parece viável um percurso educativo para acolher os seres frágeis que nos rodeiam e que, às vezes, são molestos e inoportunos, quando não se dá proteção a um embrião humano ainda que a sua chegada seja causa de incómodos e dificuldades: “Se se perde a sensibilidade pessoal e social ao acolhimento duma nova vida, definham também outras formas de acolhimento úteis à vida social”.⁹⁷

121. Espera-se ainda o desenvolvimento duma nova síntese, que ultrapasse as falsas dialéticas dos últimos séculos. O próprio cristianismo, mantendo-se fiel à sua identidade e ao tesouro de verdade que recebeu de Jesus Cristo, não cessa de se repensar e reformular em diálogo com as novas situações históricas, deixando desabrochar assim a sua eterna novidade.⁹⁸





O relativismo prático

122. Um antropocentrismo desordenado gera um estilo de vida desordenado. Na exortação apostólica *Evangelii gaudium*, referi-me ao relativismo prático que caracteriza a nossa época e que é “ainda mais perigoso que o doutrinal”.⁹⁹ Quando o ser humano se coloca no centro, acaba por dar prioridade absoluta aos seus interesses contingentes, e tudo o mais se torna relativo. Por isso, não deveria surpreender que, juntamente com a onnipresença do paradigma tecnocrático e a adoração do poder humano sem limites, se desenvolva nos indivíduos este relativismo no qual tudo o que não serve os próprios interesses imediatos se torna irrelevante. Nisto, há uma lógica que permite compreender como se alimentam mutuamente diferentes atitudes, que provocam ao mesmo tempo a degradação ambiental e a social.

123. A cultura do relativismo é a mesma patologia que impele uma pessoa a aproveitar-se de outra e a tratá-la como mero objeto, obrigando-a a trabalhos forçados, ou reduzindo-a à escravidão por causa duma dívida. É a mesma lógica que leva à exploração sexual das crianças, ou ao abandono dos idosos que não servem os interesses próprios. É também a lógica interna daqueles que dizem: “Deixemos que as forças invisíveis do mercado regulem a economia, porque os seus efeitos sobre a sociedade e a natureza são danos inevitáveis”. Se não há verdades objetivas nem princípios estáveis, fora da satisfação das aspirações próprias e das necessidades imediatas, que limites pode haver para o tráfico de seres humanos, a criminalidade organizada, o narcotráfico, o comércio de diamantes ensanguentados e de peles de animais em vias de extinção? Não é a mesma lógica relativista a que justifica a compra de órgãos dos pobres com a finalidade de os vender ou utilizar para experimentação, ou o descarte de crianças porque não correspondem ao desejo de seus pais? É a mesma lógica do “usa e joga fora” que produz tantos resíduos, só pelo desejo desordenado de consumir mais do que realmente se tem necessidade. Portanto, não podemos pensar que os programas políticos ou a força da lei sejam suficientes para evitar os comportamentos que afetam o meio ambiente, porque,



quando é a cultura que se corrompe deixando de reconhecer qualquer verdade objetiva ou quaisquer princípios universalmente válidos, as leis só se poderão entender como imposições arbitrárias e obstáculos a evitar.

A necessidade de defender o trabalho

124. Em qualquer abordagem de ecologia integral que não exclua o ser humano, é indispensável incluir o valor do trabalho, tão sabiamente desenvolvido por São João Paulo II na sua encíclica *Laborem exercens*. Recordemos que, segundo a narração bíblica da criação, Deus colocou o ser humano no jardim recém-criado (cf. *Gn 2, 15*), não só para cuidar do existente (guardar), mas também para trabalhar nele a fim de que produzisse frutos (cultivar). Assim, os operários e os artesãos “asseguram uma criação perpétua” (*Sir 38, 34*). Na realidade, a intervenção humana que favorece o desenvolvimento prudente da criação é a forma mais adequada de cuidar dela, porque implica colocar-se como instrumento de Deus para ajudar a fazer desabrochar as potencialidades que Ele mesmo inseriu nas coisas: “O Senhor produziu da terra os medicamentos; e o homem sensato não os desprezará” (*Sir 38, 4*).

125. Se procurarmos pensar quais possam ser as relações adequadas do ser humano com o mundo que o rodeia, surge a necessidade duma concepção correta do trabalho, porque, falando da relação do ser humano com as coisas, impõe-se-nos a questão relativa ao sentido e finalidade da ação humana sobre a realidade. Não falamos apenas do trabalho manual ou do trabalho da terra, mas de qualquer atividade que implique alguma transformação do existente, desde a elaboração dum balanço social até ao projeto dum progresso tecnológico. Qualquer forma de trabalho pressupõe uma concepção sobre a relação que o ser humano pode ou deve estabelecer com o outro diverso de si mesmo. A espiritualidade cristã, a par da admiração contemplativa das criaturas que encontramos em São Francisco de Assis, desenvolveu também uma rica e sadia compreensão do trabalho, como podemos encontrar, por exemplo, na vida do Beato Carlos de Foucauld e seus discípulos.





- 126.** Algo se pode recolher também da longa tradição monástica. Nos primórdios, esta favorecia de certo modo a fuga do mundo, procurando afastar-se da decadência urbana. Por isso, os monges buscavam o deserto, convencidos de que fosse o lugar adequado para reconhecer a presença de Deus. Mais tarde, São Bento de Núrsia quis que os seus monges vivessem em comunidade, unindo oração e estudo com o trabalho manual (“*Ora et labora*”). Essa introdução do trabalho manual impregnada de sentido espiritual revelou-se revolucionária. Aprendeu-se a buscar o amadurecimento e a santificação na compenetração entre o recolhimento e o trabalho. Tal maneira de viver o trabalho torna-nos mais capazes de ter cuidado e respeito pelo meio ambiente, impregnando de sadia sobriedade a nossa relação com o mundo.
- 127.** Afirmamos que “o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida económico-social”.¹⁰⁰ Apesar disso, quando no ser humano se deteriora a capacidade de contemplar e respeitar, criam-se as condições para se desfigurar o sentido do trabalho.¹⁰¹ Convém recordar sempre que o ser humano é “capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual”.¹⁰² O trabalho deveria ser o âmbito desse multiforme desenvolvimento pessoal, no qual estão em jogo muitas dimensões da vida: a criatividade, a projeção do futuro, o desenvolvimento das capacidades, a exercitação dos valores, a comunicação com os outros, uma atitude de adoração. Por isso, a realidade social do mundo atual exige que, acima dos limitados interesses das empresas duma discutível racionalidade económica, “se continue a perseguir como prioritário o objetivo do acesso ao trabalho para todos”.¹⁰³
- 128.** Somos chamados ao trabalho desde a nossa criação. Não se deve procurar que o progresso tecnológico substitua cada vez mais o trabalho humano: procedendo assim, a humanidade prejudicar-se-ia a si mesma. O trabalho é uma necessidade, faz parte do sentido da vida nesta terra, é caminho de maturação, desenvolvimento humano e realização pessoal. Neste sentido, ajudar os pobres com o dinheiro deve ser sempre um remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida



digna através do trabalho. Mas a orientação da economia favoreceu um tipo de progresso tecnológico cuja finalidade é reduzir os custos de produção com base na diminuição dos postos de trabalho, que são substituídos por máquinas. É mais um exemplo de como a ação do homem se pode voltar contra si mesmo. A diminuição dos postos de trabalho “tem também um impacto negativo no plano económico com a progressiva corrosão do ‘capital social’, isto é, daquele conjunto de relações de confiança, de credibilidade, de respeito das regras, indispensável em qualquer convivência civil”.¹⁰⁴ Em suma, “os custos humanos são sempre também custos económicos, e as disfunções económicas acarretam sempre também custos humanos”.¹⁰⁵ Renunciar a investir nas pessoas para se obter maior receita imediata é um péssimo negócio para a sociedade.

- 129.** Para se conseguir continuar a dar emprego, é indispensável promover uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial. Por exemplo, há uma grande variedade de sistemas alimentares rurais de pequena escala que continuam a alimentar a maior parte da população mundial, utilizando uma porção reduzida de terreno e de água e produzindo menos resíduos, quer em pequenas parcelas agrícolas e hortas, quer na caça e recolha de produtos silvestres, quer na pesca artesanal. As economias de larga escala, especialmente no setor agrícola, acabam por forçar os pequenos agricultores a vender as suas terras ou a abandonar as suas culturas tradicionais. As tentativas feitas por alguns deles no sentido de desenvolverem outras formas de produção, mais diversificadas, resultam inúteis por causa da dificuldade de ter acesso aos mercados regionais e globais, ou porque a infraestrutura de venda e transporte está ao serviço das grandes empresas. As autoridades têm o direito e a responsabilidade de adotar medidas de apoio claro e firme aos pequenos produtores e à diversificação da produção. Às vezes, para que haja uma liberdade económica da qual todos realmente se beneficiem, pode ser necessário pôr limites àqueles que detêm maiores recursos e poder financeiro. A simples proclamação da liberdade económica, enquanto as condições reais impedem que muitos possam efetivamente ter acesso a ela e, ao mesmo tempo, se reduz o acesso ao trabalho, torna-se um discurso contraditório que desonra a política. A atividade empresarial, que





é uma nobre vocação orientada para produzir riqueza e melhorar o mundo para todos, pode ser uma maneira muito fecunda de promover a região onde instala os seus empreendimentos, sobretudo se pensa que a criação de postos de trabalho é parte imprescindível do seu serviço ao bem comum.

A inovação biológica a partir da pesquisa

130. Na visão filosófica e teológica do ser humano e da criação que procurei propor, aparece claro que a pessoa humana, com a peculiaridade da sua razão e da sua sabedoria, não é um fator externo que deva ser totalmente excluído. No entanto, embora o ser humano possa intervir no mundo vegetal e animal e fazer uso dele quando é necessário para a sua vida, o Catecismo ensina que as experimentações sobre os animais só são legítimas “desde que não ultrapassem os limites do razoável e contribuam para curar ou poupar vidas humanas”.¹⁰⁶ Recorda, com firmeza, que o poder humano tem limites e que “é contrário à dignidade humana fazer sofrer inutilmente os animais e dispor indiscriminadamente das suas vidas”.¹⁰⁷ Todo o uso e experimentação “exige um respeito religioso pela integridade da criação”.¹⁰⁸

131. Quero recolher aqui a posição equilibrada de São João Paulo II, pondo em destaque os benefícios dos progressos científicos e tecnológicos, que “manifestam quanto é nobre a vocação do homem para participar de modo responsável na ação criadora de Deus”, mas ao mesmo tempo recordava que “toda e qualquer intervenção numa área determinada do ecossistema não pode prescindir da consideração das suas consequências noutras áreas”.¹⁰⁹ Afirmava que a Igreja aprecia a contribuição “do estudo e das aplicações da biologia molecular, completada por outras disciplinas como a genética e a sua aplicação tecnológica na agricultura e na indústria”,¹¹⁰ embora dissesse também que isto não deve levar a uma “indiscriminada manipulação genética”¹¹¹ que ignore os efeitos negativos dessas intervenções. Não é possível frenar a criatividade humana. Se não se pode proibir a um artista que exprima a sua capacidade criativa, também não se pode obstaculizar quem possui dons especiais para o progresso científico e tecnológico, cujas capacidades foram dadas por Deus para o serviço dos outros. Ao mes-



mo tempo, não se pode deixar de considerar os objetivos, os efeitos, o contexto e os limites éticos de tal atividade humana que é uma forma de poder com grandes riscos.

- 132.** Neste quadro, deveria situar-se toda e qualquer reflexão acerca da intervenção humana sobre o mundo vegetal e animal que implique hoje mutações genéticas geradas pela biotecnologia, a fim de aproveitar as possibilidades presentes na realidade material. O respeito da fé pela razão pede para se prestar atenção àquilo que a própria ciência biológica, desenvolvida independentemente dos interesses económicos, possa ensinar a propósito das estruturas biológicas e das suas possibilidades e mutações. Em todo o caso, é legítima uma intervenção que atue sobre a natureza “para a ajudar a desenvolver-se na sua própria linha, a da criação, querida por Deus”.¹¹²
- 133.** É difícil emitir um juízo geral sobre o desenvolvimento de organismos geneticamente modificados (OGM), vegetais ou animais, para fins medicinais ou agropecuários, porque podem ser muito diferentes entre si e requerer distintas considerações. Além disso, os riscos nem sempre se devem atribuir à própria técnica, mas à sua aplicação inadequada ou excessiva. Na realidade, muitas vezes as mutações genéticas foram e continuam a ser produzidas pela própria natureza. E mesmo as provocadas pelo ser humano não são um fenómeno moderno. A domesticação de animais, o cruzamento de espécies e outras práticas antigas e universalmente seguidas podem incluir-se nestas considerações. É oportuno recordar que o início dos progressos científicos sobre cereais transgénicos foi a observação de bactérias que, de forma natural e espontânea, produziam uma modificação no genoma dum vegetal. Mas, na natureza, tais processos têm um ritmo lento, que não se compara com a velocidade imposta pelos avanços tecnológicos atuais, mesmo quando esses avanços se baseiam num desenvolvimento científico de vários séculos.
- 134.** Embora não disponhamos de provas definitivas acerca do dano que poderiam causar os cereais transgénicos aos seres humanos e apesar de, nalgumas regiões, a sua utilização ter produzido um crescimento económico que contribuiu para resolver determinados problemas, há





dificuldades importantes que não devem ser minimizadas. Em muitos lugares, na sequência da introdução dessas culturas, constata-se uma concentração de terras produtivas nas mãos de poucos, devido ao “progressivo desaparecimento de pequenos produtores, que, em consequência da perda das terras cultivadas, se viram obrigados a retirar-se da produção direta”.¹¹³ Os mais frágeis deles tornam-se trabalhadores precários, e muitos assalariados agrícolas acabam por emigrar para miseráveis aglomerados das cidades. A expansão dessas culturas destrói a complexa trama dos ecossistemas, diminui a diversidade na produção e afeta o presente ou o futuro das economias regionais. Em vários países, nota-se uma tendência para o desenvolvimento de oligopólios na produção de sementes e outros produtos necessários para o cultivo, e a dependência agrava-se quando se pensa na produção de sementes estéreis que acabam por obrigar os agricultores a comprá-las às empresas produtoras.

- 135.** Sem dúvida, há necessidade de uma atenção constante, que tenha em consideração todos os aspectos éticos implicados. Para isso, é preciso assegurar um debate científico e social que seja responsável e amplo, capaz de considerar toda a informação disponível e chamar as coisas pelo seu nome. Às vezes não se coloca sobre a mesa a informação completa, mas é selecionada de acordo com os próprios interesses, sejam eles políticos, económicos ou ideológicos. Isso torna difícil elaborar um juízo equilibrado e prudente sobre as várias questões, tendo presente todas as variáveis em jogo. É necessário dispor de espaços de debate, nos quais todos aqueles que poderiam de algum modo ver-se, direta ou indiretamente, afetados (agricultores, consumidores, autoridades, cientistas, produtores de sementes, populações vizinhas dos campos tratados e outros) tenham possibilidade de expor as suas problemáticas ou ter acesso a uma informação ampla e fidedigna para adotar decisões tendentes ao bem comum presente e futuro. A questão dos OGM é de carácter complexo, que requer ser abordada com um olhar abrangente de todos os aspectos, o que exigiria pelo menos um maior esforço para financiar distintas linhas de pesquisa autónoma e interdisciplinar que possam trazer nova luz.



136. Além disso, é preocupante constatar que alguns movimentos ecologistas defendem a integridade do meio ambiente e, com razão, reclamam a imposição de determinados limites à pesquisa científica, mas não aplicam esses mesmos princípios à vida humana. Muitas vezes justifica-se que se ultrapassem todos os limites, quando feitas experiências com embriões humanos vivos. Esquece-se de que o valor inalienável do ser humano é independente do seu grau de desenvolvimento. Aliás, quando a técnica ignora os grandes princípios éticos acaba por considerar legítima qualquer prática. Como vimos neste capítulo, a técnica separada da ética dificilmente será capaz de autolimitar o seu poder.





| CAPÍTULO QUARTO

Uma ecologia integral

137. Dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspetos da crise mundial, proponho que nos detenhamos agora a refletir sobre os diferentes elementos duma ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais.

I. Ecologia ambiental, económica e social

138. A ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem, e isso exige sentar-se a pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência duma sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. Nunca é demais insistir que tudo está interligado. O tempo e o espaço não são independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatómicas se podem considerar separadamente. Assim como os vários componentes do planeta – físicos, químicos e biológicos – estão relacionados entre si, assim também as espécies vivas formam uma trama que nunca acabaremos de individuar e compreender. Boa parte da nossa informação genética é partilhada com muitos seres vivos. Por isso, os conhecimentos fragmentários e isolados podem tornar-se uma forma de ignorância quando resistem a integrar-se numa visão mais ampla da realidade.

139. Quando falamos de “meio ambiente”, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isso impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a rea-



lidade. Dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza.

- 140.** Devido à quantidade e variedade de elementos a ter em conta na hora de determinar o impacto ambiental dum empreendimento concreto, torna-se indispensável dar aos pesquisadores um papel preponderante e facilitar a sua interação com uma ampla liberdade académica. Essa pesquisa constante deveria permitir reconhecer também como as diferentes criaturas se relacionam, formando aquelas unidades maiores que hoje chamamos “ecossistemas”. Temo-los em conta não só para determinar qual é o seu uso razoável, mas também porque possuem um valor intrínseco, independente de tal uso. Assim como cada organismo é bom e admirável em si mesmo pelo fato de ser uma criatura de Deus, o mesmo se pode dizer do conjunto harmónico de organismos num determinado espaço, funcionando como um sistema. Embora não tenhamos consciência disso, dependemos desse conjunto para a nossa própria existência. Convém recordar que os ecossistemas intervêm na retenção do anidrido carbónico, na purificação da água, na contraposição a doenças e pragas, na composição do solo, na decomposição dos resíduos, e muitíssimos outros serviços que esquecemos ou ignoramos. Quando se dão conta disso, muitas pessoas voltam a tomar consciência de que vivemos e agimos a partir duma realidade que nos foi previamente dada, que é anterior às nossas capacidades e à nossa existência. Por isso, quando se fala de “uso sustentável”, é preciso incluir sempre uma consideração sobre a capacidade regenerativa de cada ecossistema nos seus diversos setores e aspetos.





141. Além disso, o crescimento econômico tende a gerar automatismos e a homogeneizar, a fim de simplificar os processos e reduzir os custos. Por isso, é necessária uma ecologia econômica, capaz de induzir a considerar a realidade de forma mais ampla. Com efeito, “a proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada isoladamente”.¹¹⁴ Mas, ao mesmo tempo, torna-se atual a necessidade imperiosa do humanismo, que faz apelo aos distintos saberes, incluindo o econômico, para uma visão mais integral e integradora. Hoje, a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente. Há uma interação entre os ecossistemas e entre os diferentes mundos de referência social e, assim, se demonstra mais uma vez que “o todo é superior à parte”.¹¹⁵

142. Se tudo está relacionado, também o estado de saúde das instituições duma sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana: “toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais”.¹¹⁶ Neste sentido, a ecologia social é necessariamente institucional e progressivamente alcança as diferentes dimensões, que vão desde o grupo social primário, a família, até à vida internacional, passando pela comunidade local e a nação. Dentro de cada um dos níveis sociais e entre eles, desenvolvem-se as instituições que regulam as relações humanas. Tudo o que as danifica comporta efeitos nocivos, como a perda da liberdade, a injustiça e a violência. Vários países são governados por um sistema institucional precário, à custa do sofrimento do povo e para benefício daqueles que lucram com este estado de coisas. Tanto dentro da administração do Estado, como nas diferentes expressões da sociedade civil, ou nas relações dos habitantes entre si, registam-se, com demasiada frequência, comportamentos ilegais. As leis podem estar redigidas de forma correta, mas muitas vezes permanecem letra morta. Poder-se-á, assim, esperar que a legislação e as normativas relativas ao meio ambiente sejam realmente eficazes? Sabemos, por exemplo, que países dotados duma legislação clara sobre a proteção



das florestas continuam a ser testemunhas mudas da sua frequente violação. Além disso, o que acontece numa região influi, direta ou indiretamente, nas outras regiões. Assim, por exemplo, o consumo de drogas nas sociedades opulentas provoca uma constante ou crescente procura de produtos que provêm de regiões empobrecidas, onde se corrompem comportamentos, se destroem vidas e se acaba por degradar o meio ambiente.

II. Ecologia cultural

143. A par do património natural, encontra-se igualmente ameaçado um património histórico, artístico e cultural. Faz parte da identidade comum de um lugar, servindo de base para construir uma cidade habitável. Não se trata de destruir e criar novas cidades hipoteticamente mais ecológicas, onde nem sempre resulta desejável viver. É preciso integrar a história, a cultura e a arquitetura dum lugar, salvaguardando a sua identidade original. Por isso, a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo. Mais diretamente, pede que se preste atenção às culturas locais, quando se analisam questões relacionadas com o meio ambiente, fazendo dialogar a linguagem técnico-científica com a linguagem popular. É a cultura – entendida não só como os monumentos do passado, mas especialmente no seu sentido vivo, dinâmico e participativo – que não se pode excluir na hora de repensar a relação do ser humano com o meio ambiente.

144. A visão consumista do ser humano, incentivada pelos mecanismos da economia globalizada atual, tende a homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da humanidade. Por isso, pretender resolver todas as dificuldades através de normativas uniformes ou por intervenções técnicas leva a negligenciar a complexidade das problemáticas locais, que requerem a participação ativa dos habitantes. Os novos processos em gestação nem sempre se podem integrar dentro de modelos estabelecidos do exterior, mas hão-de ser provenientes da própria cultura local. Assim como a vida e o mundo são dinâmicos, assim também o cuidado do mundo deve ser





flexível e dinâmico. As soluções meramente técnicas correm o risco de tomar em consideração sintomas que não correspondem às problemáticas mais profundas. É preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, dando assim provas de compreender que o desenvolvimento dum grupo social supõe um processo histórico no âmbito dum contexto cultural e requer constantemente o protagonismo dos atores sociais locais a partir da sua própria cultura. Nem mesmo a noção da qualidade de vida se pode impor, mas deve ser entendida dentro do mundo de símbolos e hábitos próprios de cada grupo humano.

- 145.** Muitas formas de intensa exploração e degradação do meio ambiente podem esgotar não só os meios locais de subsistência, mas também os recursos sociais que consentiram um modo de viver que sustentou, durante longo tempo, uma identidade cultural e um sentido da existência e da convivência social. O desaparecimento duma cultura pode ser tanto ou mais grave do que o desaparecimento duma espécie animal ou vegetal. A imposição dum estilo hegemónico de vida ligado a um modo de produção pode ser tão nocivo como a alteração dos ecossistemas.
- 146.** Nesse sentido, é indispensável prestar uma atenção especial às comunidades aborígenes com as suas tradições culturais. Não são apenas uma minoria entre outras, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afectam os seus espaços. Com efeito, para eles, a terra não é um bem económico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam de interagir para manter a sua identidade e os seus valores. Eles, quando permanecem nos seus territórios, são quem melhor os cuida. Em várias partes do mundo, porém, são objeto de pressões para que abandonem suas terras e as deixem livres para projetos extrativos e agropecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura.



III. Ecologia da vida quotidiana

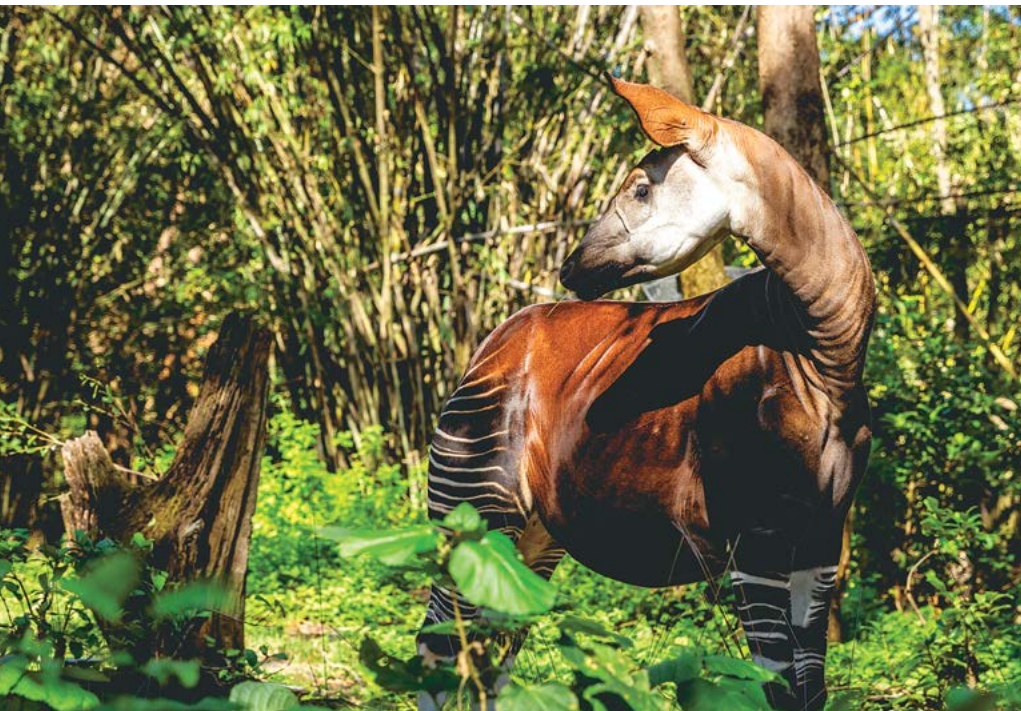
- 147.** Para se poder falar de autêntico progresso, será preciso verificar que se produza uma melhoria global na qualidade de vida humana; isso implica analisar o espaço onde as pessoas transcorrem a sua existência. Os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, sentir e agir. Ao mesmo tempo, no nosso quarto, na nossa casa, no nosso lugar de trabalho e no nosso bairro, usamos o ambiente para exprimir a nossa identidade. Esforçamo-nos por nos adaptar ao ambiente e, quando este aparece desordenado, caótico ou cheio de poluição visiva e acústica, o excesso de estímulos põe à prova as nossas tentativas de desenvolver uma identidade integrada e feliz.
- 148.** Admirável é a criatividade e generosidade de pessoas e grupos que são capazes de dar a volta às limitações do ambiente, modificando os efeitos adversos dos condicionalismos e aprendendo a orientar a sua existência no meio da desordem e precariedade. Por exemplo, nalguns lugares onde as fachadas dos edifícios estão muito deterioradas, há pessoas que cuidam com muita dignidade o interior das suas habitações, ou que se sentem bem pela cordialidade e amizade das pessoas. A vida social positiva e benfazeja dos habitantes enche de luz um ambiente à primeira vista inabitável. É louvável a ecologia humana que os pobres conseguem desenvolver, no meio de tantas limitações. A sensação de sufocamento, produzida pelos aglomerados residenciais e pelos espaços com alta densidade populacional, é contrastada se se desenvolvem calorosas relações humanas de vizinhança, se se criam comunidades, se as limitações ambientais são compensadas na interioridade de cada pessoa que se sente inserida numa rede de comunhão e pertença. Desse modo, qualquer lugar deixa de ser um inferno e torna-se o contexto duma vida digna.
- 149.** Inversamente está provado que a penúria extrema vivida nalguns ambientes privados de harmonia, magnanimidade e possibilidade de integração facilita o aparecimento de comportamentos desumanos e a manipulação das pessoas por organizações criminosas. Para os habitantes de bairros periféricos muito precários, a experiência diária de





passar da superlotação ao anonimato social, que se vive nas grandes cidades, pode provocar uma sensação de desenraizamento que favorece comportamentos antissociais e violência. Todavia tenho a peito reiterar que o amor é mais forte. Muitas pessoas, nessas condições, são capazes de tecer laços de pertença e convivência que transformam a superlotação numa experiência comunitária, onde se derrubam os muros do eu e superam as barreiras do egoísmo. Essa experiência de salvação comunitária é o que muitas vezes suscita reações criativas para melhorar um edifício ou um bairro.¹¹⁷

- 150.** Dada a relação entre os espaços urbanizados e o comportamento humano, aqueles que projetam edifícios, bairros, espaços públicos e cidades precisam da contribuição dos vários saberes que permitem compreender os processos, o simbolismo e os comportamentos das pessoas. Não é suficiente a busca da beleza no projeto, porque tem ainda mais valor servir outro tipo de beleza: a qualidade de vida das pessoas, a sua harmonia com o ambiente, o encontro e ajuda mútua. Por isso também é tão importante que o ponto de vista dos habitantes do lugar contribua sempre para a análise da planificação urbanista.





- 151.** É preciso cuidar dos espaços comuns, dos marcos visuais e das estruturas urbanas que melhoram o nosso sentido de pertença, a nossa sensação de enraizamento, o nosso sentimento de “estar em casa” dentro da cidade que nos envolve e une. É importante que as diferentes partes duma cidade estejam bem integradas e que os habitantes possam ter uma visão de conjunto em vez de se encerrarem num bairro, renunciando a viver a cidade inteira como um espaço próprio partilhado com os outros. Toda a intervenção na paisagem urbana ou rural deveria considerar que os diferentes elementos do lugar formam um todo, sentido pelos habitantes como um contexto coerente com a sua riqueza de significados. Assim, os outros deixam de ser estranhos e podemos senti-los como parte de um “nós” que construímos juntos. Pela mesma razão, tanto no meio urbano como no rural, convém preservar alguns espaços onde se evitem intervenções humanas que os alterem constantemente.
- 152.** A falta de habitação é grave em muitas partes do mundo, tanto nas áreas rurais como nas grandes cidades, nomeadamente porque os orçamentos estatais em geral cobrem apenas uma pequena parte da procura. E não só os pobres, mas uma grande parte da sociedade encontra sérias dificuldades para ter uma casa própria. A propriedade da casa tem muita importância para a dignidade das pessoas e o desenvolvimento das famílias. Trata-se duma questão central da ecologia humana. Se num lugar concreto já se desenvolveram aglomerados caóticos de casas precárias, trata-se primariamente de urbanizar estes bairros, não de erradicar e expulsar os habitantes. Mas, quando os pobres vivem em subúrbios poluídos ou aglomerados perigosos, “no caso de ter de se proceder à sua deslocação, para não acrescentar mais sofrimento ao que já padecem, é necessário fornecer-lhes uma adequada e prévia informação, oferecer-lhes alternativas de alojamentos dignos e envolver diretamente os interessados”.¹¹⁸ Ao mesmo tempo, a criatividade deveria levar à integração dos bairros precários numa cidade acolhedora: “Como são belas as cidades que superam a desconfiança doentia e integram os que são diferentes, fazendo desta integração um novo fator de progresso! Como são encantadoras as cidades que, já no seu projeto arquitectónico, estão cheias de espaços que unem, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro!”¹¹⁹





- 153.** Nas cidades, a qualidade de vida está largamente relacionada com os transportes, que muitas vezes são causa de grandes tribulações para os habitantes. Nelas, circulam muitos carros utilizados por uma ou duas pessoas, pelo que o tráfego torna-se intenso, eleva-se o nível de poluição, consomem-se enormes quantidades de energia não renovável e torna-se necessária a construção de mais estradas e parques de estacionamento que prejudicam o tecido urbano. Muitos especialistas estão de acordo sobre a necessidade de dar prioridade ao transporte público. Mas é difícil que algumas medidas consideradas necessárias sejam pacificamente acolhidas pela sociedade, sem uma melhoria substancial do referido transporte, que, em muitas cidades, comporta um tratamento indigno das pessoas devido à superlotação, ao desconforto, ou à reduzida frequência dos serviços e à insegurança.
- 154.** O reconhecimento da dignidade peculiar do ser humano contrasta frequentemente com a vida caótica que têm de fazer as pessoas nas nossas cidades. Mas isso não deveria levar a esquecer o estado de abandono e desleixo que sofrem também alguns habitantes das áreas rurais, onde não chegam os serviços essenciais e há trabalhadores reduzidos a situações de escravidão, sem direitos nem expectativas duma vida mais dignificante.
- 155.** A ecologia humana implica também algo de muito profundo que é indispensável para se poder criar um ambiente mais dignificante: a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza. Bento XVI dizia que existe uma “ecologia do homem”, porque “também o homem possui uma natureza, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece”.¹²⁰ Nesta linha, é preciso reconhecer que o nosso corpo nos põe em relação direta com o meio ambiente e com os outros seres vivos. A aceitação do próprio corpo como dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum; pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se numa lógica, por vezes subtil, de domínio sobre a criação. Aprender a aceitar o próprio corpo, a cuidar dele e a respeitar os seus significados é essencial para uma verdadeira ecologia humana. Também é necessário ter apreço pelo



próprio corpo na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente. Assim, é possível aceitar com alegria o dom específico do outro ou da outra, obra de Deus criador, e enriquecer-se mutuamente. Portanto, não é salutar um comportamento que pretenda “cancelar a diferença sexual, porque já não sabe confrontar-se com ela”.¹²¹





IV. O princípio do bem comum

- 156.** A ecologia humana é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social. É “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição”.¹²²
- 157.** O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral. Exige também os dispositivos de bem-estar e segurança social e o desenvolvimento dos vários grupos intermédios, aplicando o princípio da subsidiariedade. Entre tais grupos, destaca-se de forma especial a família como célula basilar da sociedade. Por fim, o bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja violação gera sempre violência. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum.
- 158.** Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres. Essa opção implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas – como procurei mostrar na exortação apostólica *Evangelii gaudium*¹²³ – exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efetiva realização do bem comum.



V. A justiça intergeracional

159. A noção de bem comum engloba também as gerações futuras. As crises económicas internacionais mostraram, de forma atroz, os efeitos nocivos que traz consigo o desconhecimento de um destino comum, do qual não podem ser excluídos aqueles que virão depois de nós. Já não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional. Quando pensamos na situação em que se deixa o planeta às gerações futuras, entramos noutra lógica: a do dom gratuito, que recebemos e comunicamos. Se a terra nos é dada, não podemos pensar apenas a partir dum critério utilitarista de eficiência e produtividade para lucro individual. Não estamos a falar duma atitude opcional, mas duma questão essencial de justiça, pois a terra que recebemos pertence também àqueles que hão-de vir. Os bispos de Portugal exortaram a assumir este dever de justiça: “O ambiente situa-se na lógica da recepção. É um empréstimo que cada geração recebe e deve transmitir à geração seguinte”.¹²⁴ Uma ecologia integral possui esta perspectiva ampla.

160. Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer? Essa pergunta não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode pôr a questão de forma fragmentária. Quando nos interrogamos acerca do mundo que queremos deixar, referimo-nos sobretudo à sua orientação geral, ao seu sentido, aos seus valores. Se não pulsa nelas esta pergunta de fundo, não creio que as nossas preocupações ecológicas possam alcançar efeitos importantes. Mas, se esta pergunta é posta com coragem, leva-nos inexoravelmente a outras questões muito diretas: Com que finalidade passamos por este mundo? Para que viemos a esta vida? Para que trabalhamos e lutamos? Que necessidade tem de nós esta terra? Por isso, já não basta dizer que devemos preocupar-nos com as gerações futuras; exige-se ter consciência de que é a nossa própria dignidade que está em jogo. Somos nós os primeiros interessados em deixar um planeta habitável para a humanidade que nos vai suceder. Trata-se de um drama para nós mesmos, porque isto chama em causa o significado da nossa passagem por esta terra.





- 161.** As previsões catastróficas já não se podem olhar com desprezo e ironia. Às próximas gerações, poderíamos deixar demasiadas ruínas, desertos e lixo. O ritmo de consumo, desperdício e alteração do meio ambiente superou de tal maneira as possibilidades do planeta que o estilo de vida atual – por ser insustentável – só pode desembocar em catástrofes, como aliás já está a acontecer periodicamente em várias regiões. A atenuação dos efeitos do desequilíbrio atual depende do que fizermos agora, sobretudo se pensarmos na responsabilidade que nos atribuirão aqueles que deverão suportar as piores consequências.
- 162.** A dificuldade em levar a sério este desafio tem a ver com uma deterioração ética e cultural, que acompanha a deterioração ecológica. O homem e a mulher deste mundo pós-moderno correm o risco permanente de se tornar profundamente individualistas, e muitos problemas sociais de hoje estão relacionados com a busca egoísta duma satisfação imediata, com as crises dos laços familiares e sociais, com as dificuldades em reconhecer o outro. Muitas vezes há um consumo excessivo e míope dos pais que prejudica os próprios filhos, que sentem cada vez mais dificuldade em comprar casa própria e fundar uma família. Além disso esta falta de capacidade para pensar seriamente nas futuras gerações está ligada com a nossa incapacidade de alargar o horizonte das nossas preocupações e pensar naqueles que permanecem excluídos do desenvolvimento. Não percamos tempo a imaginar os pobres do futuro, é suficiente que recordemos os pobres de hoje, que poucos anos têm para viver nesta terra e não podem continuar a esperar. Por isso, “para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração”.¹²⁵



| CAPÍTULO QUINTO

Algumas linhas de orientação e ação

163. Procurei examinar a situação atual da humanidade, tanto nas brechas do planeta que habitamos, como nas causas mais profundamente humanas da degradação ambiental. Embora esta contemplação da realidade em si mesma já nos indique a necessidade duma mudança de rumo e sugira algumas ações, procuremos agora delinear grandes percursos de diálogo que nos ajudem a sair da espiral de autodestruição onde estamos a afundar.

I. O diálogo sobre o meio ambiente na política internacional

164. Desde meados do século passado e superando muitas dificuldades, foi-se consolidando a tendência de conceber o planeta como pátria e a humanidade como povo que habita uma casa comum. Um mundo interdependente não significa unicamente compreender que as consequências danosas dos estilos de vida, produção e consumo afetam a todos, mas principalmente procurar que as soluções sejam propostas a partir duma perspectiva global e não apenas para defesa dos interesses de alguns países. A interdependência obriga-nos a pensar num único mundo, num projeto comum. Mas a mesma inteligência que foi utilizada para um enorme desenvolvimento tecnológico não consegue encontrar formas eficazes de gestão internacional para resolver as graves dificuldades ambientais e sociais. Para enfrentar os problemas de fundo, que não se podem resolver com ações de países isolados, torna-se indispensável um consenso mundial que leve, por exemplo, a programar uma agricultura sustentável e diversificada, desenvolver formas de energia renováveis e pouco poluidoras, fomentar uma maior eficiência energética, promover uma gestão mais adequada dos recursos florestais e marinhos, garantir a todos o acesso à água potável.





- 165.** Sabemos que a tecnologia baseada nos combustíveis fósseis – altamente poluentes, sobretudo o carvão mas também o petróleo e, em menor medida, o gás – deve ser, progressivamente e sem demora, substituída. Enquanto aguardamos por um amplo desenvolvimento das energias renováveis, que já deveria ter começado, é legítimo optar pelo mal menor ou recorrer a soluções transitórias. Todavia, na comunidade internacional, não se consegue suficiente acordo sobre a responsabilidade de quem deve suportar os maiores custos da transição energética. Nas últimas décadas, as questões ambientais deram origem a um amplo debate público, que fez crescer na sociedade civil espaços de notável compromisso e generosa dedicação. A política e a indústria reagem com lentidão, longe de estar à altura dos desafios mundiais. Neste sentido, pode-se dizer que, enquanto a humanidade do período pós-industrial talvez fique recordada como uma das mais irresponsáveis da história, espera-se que a humanidade dos inícios do século XXI possa ser lembrada por ter assumido com generosidade as suas graves responsabilidades.
- 166.** O movimento ecológico mundial já percorreu um longo caminho, enriquecido pelo esforço de muitas organizações da sociedade civil. Não seria possível mencioná-las todas aqui, nem repassar a história das suas contribuições. Mas, graças a tanta dedicação, as questões ambientais têm estado cada vez mais presentes na agenda pública e tornaram-se um convite permanente a pensar a longo prazo. Apesar disso, as cimeiras mundiais sobre o meio ambiente dos últimos anos não corresponderam às expectativas, porque não alcançaram, por falta de decisão política, acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes.
- 167.** Dentre elas, há que recordar a Cimeira da Terra, celebrada em 1992 no Rio de Janeiro. Lá se proclamou que “os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável”.¹²⁶ Retomando alguns conteúdos da Declaração de Estocolmo (1972), sancionou, entre outras coisas, a cooperação internacional no cuidado do ecossistema de toda a terra, a obrigação de quem contaminar assumir economicamente os custos derivados,



o dever de avaliar o impacto ambiental de toda e qualquer obra ou projeto. Propôs o objetivo de estabilizar as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera para inverter a tendência do aquecimento global. Também elaborou uma agenda com um programa de ação e uma convenção sobre biodiversidade, declarou princípios em matéria florestal. Embora tal cimeira marcasse um passo em frente e fosse verdadeiramente profética para a sua época, os acordos tiveram um baixo nível de implementação, porque não se estabeleceram adequados mecanismos de controle, revisão periódica e sanção das violações. Os princípios enunciados continuam a requerer caminhos eficazes e ágeis de realização prática.

168. Como experiências positivas, pode-se mencionar, por exemplo, a Convenção de Basileia sobre os resíduos perigosos, com um sistema de notificação, níveis estipulados e controles, e também a Convenção vinculante sobre o comércio internacional das espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas de extinção, que prevê missões de verificação do seu efetivo cumprimento. Graças à Convenção de Viena para a proteção da camada de ozono e a respectiva implementação através do Protocolo de Montreal e as suas emendas, o problema da diminuição da referida camada parece ter entrado numa fase de solução.

169. No cuidado da biodiversidade e no contraste à desertificação, os avanços foram muito menos significativos. Relativamente às mudanças climáticas, os progressos são, infelizmente, muito escassos. A redução de gases com efeito de estufa requer honestidade, coragem e responsabilidade, sobretudo dos países mais poderosos e mais poluentes. A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, chamada Rio+20 (Rio de Janeiro 2012), emitiu uma Declaração Final extensa mas ineficaz. As negociações internacionais não podem avançar significativamente por causa das posições dos países que privilegiam os seus interesses nacionais sobre o bem comum global. Aqueles que hão-de sofrer as consequências que tentamos dissimular recordarão esta falta de consciência e de responsabilidade. Durante o período de elaboração desta enéutica, o debate adquiriu particular intensidade. Nós, crentes, não





podemos deixar de rezar a Deus pela evolução positiva nos debates atuais, para que as gerações futuras não sofram as consequências de demoras imprudentes.

170. Algumas das estratégias para a baixa emissão de gases poluentes apostam na internacionalização dos custos ambientais, com o perigo de impor aos países de menores recursos pesados compromissos de redução de emissões comparáveis aos dos países mais industrializados. A imposição dessas medidas penaliza os países mais necessitados de desenvolvimento. Assim, acrescenta-se uma nova injustiça sob a capa do cuidado do meio ambiente. Como sempre, a corda quebra pelo ponto mais fraco. Uma vez que os efeitos das mudanças climáticas se farão sentir durante muito tempo, mesmo que agora sejam tomadas medidas rigorosas, alguns países com escassos recursos precisarão de ajuda para se adaptar a efeitos que já estão a produzir-se e afetam as suas economias. É verdade que há responsabilidades comuns, mas diferenciadas, pelo simples motivo – como disseram os bispos da Bolívia – que “os países que foram beneficiados por um alto grau de industrialização, à custa duma enorme emissão de gases com efeito de estufa, têm maior responsabilidade em contribuir para a solução dos problemas que causaram”.¹²⁷





- 171.** A estratégia de compra-venda de “créditos de emissão” pode levar a uma nova forma de especulação, que não ajudaria a reduzir a emissão global de gases poluentes. Este sistema parece ser uma solução rápida e fácil, com a aparência dum certo compromisso com o meio ambiente, mas que não implica de forma alguma uma mudança radical à altura das circunstâncias. Pelo contrário, pode tornar-se um diversivo que permite sustentar o consumo excessivo de alguns países e setores.
- 172.** Para os países pobres, as prioridades devem ser a erradicação da miséria e o desenvolvimento social dos seus habitantes; ao mesmo tempo devem examinar o nível escandaloso de consumo de alguns setores privilegiados da sua população e contrastar melhor a corrupção. Sem dúvida, devem também desenvolver formas menos poluentes de produção de energia, mas para isso precisam de contar com a ajuda dos países que cresceram muito à custa da atual poluição do planeta. O aproveitamento direto da energia solar, tão abundante, exige que se estabeleçam mecanismos e subsídios tais que os países em vias de desenvolvimento possam ter acesso a transferência de tecnologias, assistência técnica e recursos financeiros, mas sempre prestando atenção às condições concretas, pois “nem sempre se avalia adequadamente a compatibilidade dos sistemas com o contexto para o qual são projetados”.¹²⁸ Os custos seriam baixos se comparados com os riscos das mudanças climáticas. Em todo caso, trata-se primariamente duma decisão ética, fundada na solidariedade de todos os povos.
- 173.** Urgem acordos internacionais que se cumpram, dada a escassa capacidade das instâncias locais para intervirem de maneira eficaz. As relações entre os Estados devem salvaguardar a soberania de cada um, mas também estabelecer caminhos consensuais para evitar catástrofes locais que acabariam por danificar a todos. São necessários padrões reguladores globais que imponham obrigações e impeçam ações inaceitáveis, como o facto de países poderosos descarregarem, sobre outros países, resíduos industriais altamente poluentes.





- 174.** Mencionemos também o sistema de governança dos oceanos. Com efeito, embora tenha havido várias convenções internacionais e regionais, a fragmentação e a falta de severos mecanismos de regulamentação, controle e sanção acabam por minar todos os esforços. O problema crescente dos resíduos marinhos e da proteção das áreas marinhas para além das fronteiras nacionais continua a representar um desafio especial. Em definitivo, precisamos de um acordo sobre os regimes de governança para toda a gama dos chamados bens comuns globais.
- 175.** A lógica que dificulta a tomada de decisões drásticas para inverter a tendência ao aquecimento global é a mesma que não permite cumprir o objetivo de erradicar a pobreza. Precisamos duma reação global mais responsável, que implique enfrentar, contemporaneamente, a redução da poluição e o desenvolvimento dos países e regiões pobres. O século XXI, mantendo um sistema de governança próprio de épocas passadas, assiste a uma perda de poder dos Estados nacionais, sobretudo porque a dimensão económico-financeira, de carácter transnacional, tende a prevalecer sobre a política. Neste contexto, torna-se indispensável a maturação de instituições internacionais mais fortes e eficazmente organizadas, com autoridades designadas de maneira imparcial por meio de acordos entre os governos nacionais e dotadas de poder de sancionar. Como afirmou Bento XVI, na linha desenvolvida até agora pela doutrina social da Igreja, “para o governo da economia mundial, para sanar as economias atingidas pela crise de modo a prevenir o agravamento da mesma e consequentes maiores desequilíbrios, para realizar um oportuno e integral desarmamento, a segurança alimentar e a paz, para garantir a salvaguarda do ambiente e para regulamentar os fluxos migratórios urge a presença de uma verdadeira Autoridade política mundial, delineada já pelo meu predecessor, [São] João XXIII”.¹²⁹ Nesta perspectiva, a diplomacia adquire uma importância inédita, chamada a promover estratégias internacionais para prevenir os problemas mais graves que acabam por afetar a todos.



II. O diálogo para novas políticas nacionais e locais

- 176.** Há vencedores e vencidos não só entre os países, mas também dentro dos países pobres, onde se devem identificar as diferentes responsabilidades. Por isso, as questões relacionadas com o meio ambiente e com o desenvolvimento económico já não se podem olhar apenas a partir das diferenças entre os países, mas exigem que se preste atenção às políticas nacionais e locais.
- 177.** Perante a possibilidade duma utilização irresponsável das capacidades humanas, são funções inadiáveis de cada Estado planificar, coordenar, vigiar e sancionar dentro do respectivo território. Como pode a sociedade organizar e salvaguardar o seu futuro num contexto de constantes inovações tecnológicas? Um fator que atua como moderador efectivo é o direito, que estabelece as regras para as condutas permitidas à luz do bem comum. Os limites que uma sociedade sã, madura e soberana deve impor têm a ver com previsão e precaução, regulamentações adequadas, vigilância sobre a aplicação das normas, contraste da corrupção, ações de controle operacional sobre o aparecimento de efeitos não desejados dos processos de produção, e oportuna intervenção perante riscos incertos ou potenciais. Existe uma crescente jurisprudência que visa reduzir os efeitos poluentes dos empreendimentos. Mas a estrutura política e institucional não existe apenas para evitar malversações, mas para incentivar as boas práticas, estimular a criatividade que busca novos caminhos, facilitar as iniciativas pessoais e coletivas.
- 178.** O drama duma política focalizada nos resultados imediatos, apoiada também por populações consumistas, torna necessário produzir crescimento a curto prazo. Respondendo a interesses eleitorais, os governos não se aventuram facilmente a irritar a população com medidas que possam afetar o nível de consumo ou pôr em risco investimentos estrangeiros. A construção míope do poder frena a inserção duma agenda ambiental com visão ampla na agenda pública dos governos. Esquece-se, assim, que “o tempo é superior ao espaço”¹³⁰ e que sempre somos mais fecundos quando temos maior preocupação por gerar processos





do que por dominar espaços de poder. A grandeza política mostra-se quando, em momentos difíceis, se trabalha com base em grandes princípios e pensando no bem comum a longo prazo. O poder político tem muita dificuldade em assumir este dever num projeto de nação.

179. Nalguns lugares, estão a desenvolver-se cooperativas para a exploração de energias renováveis, que consentem o autoabastecimento local e até mesmo a venda da produção em excesso. Este exemplo simples indica que, enquanto a ordem mundial existente se revela impotente para assumir responsabilidades, a instância local pode fazer a diferença. Com efeito, aqui é possível gerar uma maior responsabilidade, um forte sentido de comunidade, uma especial capacidade de solicitude e uma criatividade mais generosa, um amor apaixonado pela própria terra, tal como se pensa naquilo que se deixa aos filhos e netos. Esses valores têm um enraizamento muito profundo nas populações aborígenes. Dado que o direito por vezes se mostra insuficiente devido à corrupção, requer-se uma decisão política sob pressão da população. A sociedade, através de organismos não governamentais e associações intermédias, deve forçar os governos a desenvolver normativas, procedimentos e controles mais rigorosos. Se os cidadãos não controlam o poder político – nacional, regional e municipal –, também não é possível combater os danos ambientais. Além disso, as legislações municipais podem ser mais eficazes se houver acordos entre populações vizinhas para sustentarem as mesmas políticas ambientais.

180. Não se pode pensar em receitas uniformes, porque há problemas e limites específicos de cada país ou região. Também é verdade que o realismo político pode exigir medidas e tecnologias de transição, desde que estejam acompanhadas pelo projeto e a aceitação de compromissos graduais vinculativos. Ao mesmo tempo, porém, a nível nacional e local, há sempre muito que fazer, como, por exemplo, promover formas de poupança energética. Isto implica favorecer modalidades de produção industrial com a máxima eficiência energética e menor utilização de matérias-primas, retirando do mer-



cado os produtos pouco eficazes do ponto de vista energético ou mais poluentes. Podemos mencionar também uma boa gestão dos transportes ou técnicas de construção e reestruturação de edifícios que reduzam o seu consumo energético e o seu nível de poluição. Além disso, a ação política local pode orientar-se para a alteração do consumo, o desenvolvimento duma economia de resíduos e reciclagem, a proteção de determinadas espécies e a programação duma agricultura diversificada com a rotação de culturas. É possível favorecer a melhoria agrícola de regiões pobres através de investimentos em infraestruturas rurais, na organização do mercado local ou nacional, em sistemas de irrigação, no desenvolvimento de técnicas agrícolas sustentáveis. Podem-se facilitar formas de cooperação ou de organização comunitária que defendam os interesses dos pequenos produtores e salvaguardem da predação os ecossistemas locais. É tanto o que se pode fazer!

- 181.** Indispensável é a continuidade, porque não se podem modificar as políticas relativas às alterações climáticas e à proteção ambiental todas as vezes que muda um governo. Os resultados requerem muito tempo e comportam custos imediatos com efeitos que não poderão ser exibidos no período de vida dum governo. Por isso, sem a pressão da população e das instituições, haverá sempre relutância a intervir, e mais ainda quando houver urgências a resolver. Para um político, assumir essas responsabilidades com os custos que implicam não corresponde à lógica efficientista e imediatista atual da economia e da política, mas, se ele tiver a coragem de o fazer, poderá novamente reconhecer a dignidade que Deus lhe deu como pessoa e deixará, depois da sua passagem por esta história, um testemunho de generosa responsabilidade. Importa dar um lugar preponderante a uma política salutar, capaz de reformar as instituições, coordená-las e dotá-las de bons procedimentos, que permitam superar pressões e inércias viciosas. Todavia é preciso acrescentar que os melhores dispositivos acabam por sucumbir, quando faltam as grandes metas, os valores, uma compreensão humanista e rica de significado, capazes de conferir a cada sociedade uma orientação nobre e generosa.





III. Diálogo e transparência nos processos decisórios

- 182.** A previsão do impacto ambiental dos empreendimentos e projetos requer processos políticos transparentes e sujeitos a diálogo, enquanto a corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental dum projeto em troca de favores, frequentemente leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar e a um debate profundo.
- 183.** Um estudo de impacto ambiental não deveria ser posterior à elaboração dum projeto produtivo ou de qualquer política, plano ou programa. Há-de inserir-se desde o princípio e elaborar-se de forma interdisciplinar, transparente e independente de qualquer pressão económica ou política. Deve aparecer unido à análise das condições de trabalho e dos possíveis efeitos na saúde física e mental das pessoas, na economia local, na segurança. Assim os resultados económicos poder-se-ão prever de forma mais realista, tendo em conta os cenários possíveis e, eventualmente, antecipando a necessidade dum investimento maior para resolver efeitos indesejáveis que possam ser corrigidos. É sempre necessário alcançar consenso entre os vários atores sociais, que podem trazer diferentes perspectivas, soluções e alternativas. Mas, no debate, devem ter um lugar privilegiado os moradores locais, aqueles mesmos que se interrogam sobre o que desejam para si e para os seus filhos e podem ter em consideração as finalidades que transcendem o interesse económico imediato. É preciso abandonar a ideia de “intervenções” sobre o meio ambiente, para dar lugar a políticas pensadas e debatidas por todas as partes interessadas. A participação requer que todos sejam adequadamente informados sobre os vários aspetos e os diferentes riscos e possibilidades, e não se reduza à decisão inicial sobre um projeto, mas implique também ações de controle ou monitoramento constante. É necessário haver sinceridade e verdade nas discussões científicas e políticas, sem se limitar a considerar o que é permitido ou não pela legislação.



- 184.** Quando surgem eventuais riscos para o meio ambiente que afetam o bem comum presente e futuro, esta situação exige “que as decisões sejam baseadas num confronto entre riscos e benefícios previsíveis para cada opção alternativa possível”.¹³¹ Isto vale sobretudo quando um projeto pode causar um incremento na exploração dos recursos naturais, nas emissões ou descargas, na produção de resíduos, ou então uma mudança significativa na paisagem, no *habitat* de espécies protegidas ou num espaço público. Alguns projetos, não apoiados por uma análise bem cuidada, podem afetar profundamente a qualidade de vida dum lugar, devido a questões muito diferentes entre si, como, por exemplo, uma poluição acústica não prevista, a redução do horizonte visual, a perda de valores culturais, os efeitos do uso da energia nuclear. A cultura consumista, que dá prioridade ao curto prazo e aos interesses privados, pode favorecer análises demasiado rápidas ou consentir a ocultação de informação.
- 185.** Em qualquer discussão sobre um empreendimento, dever-se-ia pôr uma série de perguntas para poder discernir se o mesmo levará a um desenvolvimento verdadeiramente integral: Para que fim? Por qual motivo? Onde? Quando? De que maneira? A quem ajuda? Quais são os riscos? A que preço? Quem paga as despesas e como o fará? Neste exame, há questões que devem ter prioridade. Por exemplo, sabemos que a água é um recurso escasso e indispensável, sendo um direito fundamental que condiciona o exercício doutros direitos humanos. Isto está, sem dúvida, acima de toda a análise de impacto ambiental duma região.
- 186.** Na Declaração do Rio, de 1992, afirma-se que, “quando existem ameaças de danos graves ou irreversíveis, a falta de certezas científicas absolutas não poderá constituir um motivo para adiar a adoção de medidas eficazes”¹³² que impeçam a degradação do meio ambiente. Este princípio de precaução permite a proteção dos mais fracos, que dispõem de poucos meios para se defender e fornecer provas irrefutáveis. Se a informação objetiva leva a prever um dano grave e irreversível, mesmo que não haja uma comprovação indiscutível, seja o projeto que for deverá suspender-se ou modificar-se. Assim, inverte-se o ônus da pro-





va já que, nestes casos, é preciso fornecer uma demonstração objetiva e contundente de que a atividade proposta não vai gerar danos graves ao meio ambiente ou às pessoas que nele habitam.

- 187.** Isto não implica opor-se a toda e qualquer inovação tecnológica que permita melhorar a qualidade de vida duma população. Mas, em todo o caso, deve permanecer de pé que a rentabilidade não pode ser o único critério a ter em conta e, na hora em que aparecessem novos elementos de juízo a partir de ulteriores dados informativos, deveria haver uma nova avaliação com a participação de todas as partes interessadas. O resultado do debate pode ser a decisão de não avançar num projeto, mas poderia ser também a sua modificação ou a elaboração de propostas alternativas.
- 188.** Há discussões sobre problemas relativos ao meio ambiente em que é difícil chegar a um consenso. Repito uma vez mais que a Igreja não pretende definir as questões científicas nem substituir-se à política, mas convido a um debate honesto e transparente, para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum.





IV. Política e economia em diálogo para a plenitude humana

- 189.** A política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana. A salvação dos bancos a todo o custo, fazendo pagar o preço à população, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro, reafirma um domínio absoluto da finança que não tem futuro e só poderá gerar novas crises depois duma longa, custosa e aparente cura. A crise financeira dos anos 2007 e 2008 era a ocasião para o desenvolvimento duma nova economia mais atenta aos princípios éticos e para uma nova regulamentação da atividade financeira especulativa e da riqueza virtual. Mas não houve uma reação que fizesse repensar os critérios obsoletos que continuam a governar o mundo. A produção não é sempre racional, e muitas vezes está ligada a variáveis económicas que atribuem aos produtos um valor que não corresponde ao seu valor real. Isto leva frequentemente a uma superprodução dalgumas mercadorias, com um impacto ambiental desnecessário, que simultaneamente danifica muitas economias regionais.¹³³ Habitualmente, a bolha financeira é também uma bolha produtiva. Em suma, o que não se enfrenta com energia é o problema da economia real, aquela que torna possível, por exemplo, que se diversifique e melhore a produção, que as empresas funcionem adequadamente, que as pequenas e médias empresas se desenvolvam e criem postos de trabalho.
- 190.** Neste contexto, sempre se deve recordar que “a proteção ambiental não pode ser assegurada somente com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. O ambiente é um dos bens que os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente”.¹³⁴ Mais uma vez repito que convém evitar uma concepção mágica do mercado, que tende a pensar que os problemas se resolvem apenas com o crescimento dos lucros das empresas ou dos indivíduos. Será realista esperar que quem está obcecado com a maximização dos lucros se detenha a considerar os efeitos ambientais que deixará





às próximas gerações? Dentro do esquema do ganho não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas que podem ser gravemente alterados pela intervenção humana. Além disso, quando se fala de biodiversidade, no máximo pensa-se nela como um reservatório de recursos económicos que poderia ser explorado, mas não se considera seriamente o valor real das coisas, o seu significado para as pessoas e as culturas, os interesses e as necessidades dos pobres.

191. Quando se colocam estas questões, alguns reagem acusando os outros de pretender parar, irracionalmente, o progresso e o desenvolvimento humano. Mas temos de nos convencer que reduzir um determinado ritmo de produção e consumo pode dar lugar a outra modalidade de progresso e desenvolvimento. Os esforços para um uso sustentável dos recursos naturais não são gasto inútil, mas um investimento que poderá proporcionar outros benefícios económicos a médio prazo. Se não temos vista curta, podemos descobrir que pode ser muito rentável a diversificação duma produção mais inovadora e com menor impacto ambiental. Trata-se de abrir caminho a oportunidades diferentes, que não implicam frenar a criatividade humana nem o seu sonho de progresso, mas orientar esta energia por novos canais.

192. Por exemplo, um percurso de desenvolvimento produtivo mais criativo e mais bem orientado poderia corrigir a disparidade entre o excessivo investimento tecnológico no consumo e o escasso investimento para resolver os problemas urgentes da humanidade; poderia gerar formas inteligentes e rentáveis de reutilização, recuperação funcional e reciclagem; poderia melhorar a eficiência energética das cidades... A diversificação produtiva oferece à inteligência humana possibilidades muito amplas de criar e inovar, ao mesmo tempo que protege o meio ambiente e cria mais oportunidades de trabalho. Esta seria uma criatividade capaz de fazer reflorescer a nobreza do ser humano, porque é mais dignificante usar a inteligência, com audácia e responsabilidade, para encontrar formas de desenvolvimento sustentável e equitativo, no quadro duma concepção mais ampla da qualidade de vida. Ao contrário, é



menos dignificante e criativo e mais superficial insistir na criação de formas de espoliação da natureza só para oferecer novas possibilidades de consumo e de ganho imediato.

193. Assim, se nalguns casos o desenvolvimento sustentável implicará novas modalidades para crescer, noutras casos – face ao crescimento ganancioso e irresponsável, que se verificou ao longo de muitas décadas – devemos pensar também em abrandar um pouco a marcha, pôr alguns limites razoáveis e até mesmo retroceder antes que seja tarde. Sabemos que é insustentável o comportamento daqueles que consomem e destroem cada vez mais, enquanto outros ainda não podem viver de acordo com a sua dignidade humana. Por isso, chegou a hora de aceitar um certo decréscimo do consumo nalgumas partes do mundo, fornecendo recursos para que se possa crescer de forma saudável noutras partes. Bento XVI dizia que “é preciso que as sociedades tecnologicamente avançadas estejam dispostas a favorecer comportamentos caracterizados pela sobriedade, diminuindo as próprias necessidades de energia e melhorando as condições da sua utilização”.¹³⁵

194. Para que apareçam novos modelos de progresso, precisamos de “converter o modelo de desenvolvimento global”¹³⁶, e isto implica refletir responsabilmente “sobre o sentido da economia e dos seus objetivos, para corrigir as suas disfunções e deturpações”.¹³⁷ Não é suficiente conciliar, a meio termo, o cuidado da natureza com o ganho financeiro, ou a preservação do meio ambiente com o progresso. Neste campo, os meios-termos são apenas um pequeno adiamento do colapso. Trata-se simplesmente de redefinir o progresso. Um desenvolvimento tecnológico e económico, que não deixa um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior, não se pode considerar progresso. Além disso, muitas vezes a qualidade real de vida das pessoas diminui – pela deterioração do ambiente, a baixa qualidade dos produtos alimentares ou o esgotamento de alguns recursos – no contexto dum crescimento da economia. Então, muitas vezes, o discurso do crescimento sustentável torna-se um diversivo e um meio de justificação que absorve valores do discurso ecologista





dentro da lógica da finança e da tecnocracia, e a responsabilidade social e ambiental das empresas reduz-se, na maior parte dos casos, a uma série de ações de publicidade e imagem.

- 195.** O princípio da maximização do lucro, que tende a isolar-se de todas as outras considerações, é uma distorção conceptual da economia: desde que aumente a produção, pouco interessa que isso se consiga à custa dos recursos futuros ou da saúde do meio ambiente; se o derrube duma floresta aumenta a produção, ninguém insere no respectivo cálculo a perda que implica desertificar um território, destruir a biodiversidade ou aumentar a poluição. Por outras palavras, as empresas obtêm lucros calculando e pagando uma parte ínfima dos custos. Poder-se-ia considerar ético somente um comportamento em que “os custos económicos e sociais derivados do uso dos recursos ambientais comuns sejam reconhecidos de maneira transparente e plenamente suportados por quem deles usufrui e não por outras populações nem pelas gerações futuras”.¹³⁸ A mentalidade utilitária, que fornece apenas uma análise estática da realidade em função de necessidades atuais, está presente tanto quando é o mercado que atribui os recursos como quando o faz um Estado planificador.
- 196.** Qual é o lugar da política? Recordemos o princípio da subsidiariedade, que dá liberdade para o desenvolvimento das capacidades presentes a todos os níveis, mas simultaneamente exige mais responsabilidade pelo bem comum a quem tem mais poder. É verdade que, hoje, alguns setores económicos exercem mais poder do que os próprios Estados. Mas não se pode justificar uma economia sem política, porque seria incapaz de promover outra lógica para governar os vários aspetos da crise atual. A lógica que não deixa espaço para uma sincera preocupação pelo meio ambiente é a mesma em que não encontra espaço a preocupação por integrar os mais frágeis, porque, “no modelo ‘do êxito’ e ‘individualista’ em vigor, parece que não faz sentido investir para que os lentos, fracos ou menos dotados possam também singrar na vida”.¹³⁹



197. Precisamos duma política que pense com visão ampla e leve por diante uma reformulação integral, abrangendo num diálogo interdisciplinar os vários aspetos da crise. Muitas vezes, a própria política é responsável pelo seu descrédito, devido à corrupção e à falta de boas políticas públicas. Se o Estado não cumpre o seu papel numa região, alguns grupos económicos podem-se apresentar como benfeitores e apropriar-se do poder real, sentindo-se autorizados a não observar certas normas até se chegar às diferentes formas de criminalidade organizada, tráfico de pessoas, narcotráfico e violência muito difícil de erradicar. Se a política não é capaz de romper uma lógica perversa e perde-se também em discursos inconsistentes, continuaremos sem enfrentar os grandes problemas da humanidade. Uma estratégia de mudança real exige repensar a totalidade dos processos, pois não basta incluir considerações ecológicas superficiais enquanto não se puser em discussão a lógica subjacente à cultura atual. Uma política sã deveria ser capaz de assumir este desafio.







198. A política e a economia tendem a culpar-se reciprocamente a respeito da pobreza e da degradação ambiental. Mas o que se espera é que reconheçam os seus próprios erros e encontrem formas de interação orientadas para o bem comum. Enquanto uns se afanam apenas com o ganho económico e os outros estão obcecados apenas por conservar ou aumentar o poder, o que nos resta são guerras ou acordos espúrios, nos quais o que menos interessa às duas partes é preservar o meio ambiente e cuidar dos mais fracos. Vale aqui também o princípio de que “a unidade é superior ao conflito”.¹⁴⁰

V. As religiões no diálogo com as ciências

199. Não se pode sustentar que as ciências empíricas expliquem completamente a vida, a essência íntima de todas as criaturas e o conjunto da realidade. Isto seria ultrapassar indevidamente os seus confins metodológicos limitados. Se se reflete dentro deste quadro restrito, desaparecem a sensibilidade estética, a poesia e ainda a capacidade da razão de perceber o sentido e a finalidade das coisas.¹⁴¹ Quero lembrar que “os textos religiosos clássicos podem oferecer um significado para todas as épocas, possuem uma força motivadora que abre sempre novos horizontes [...]. Será razoável e inteligente relegá-los para a obscuridade, só porque nasceram no contexto duma crença religiosa?”¹⁴² Realmente, é ingénuo pensar que os princípios éticos possam ser apresentados de modo puramente abstrato, desligados de todo o contexto, e o facto de aparecerem com uma linguagem religiosa não lhes tira valor algum no debate público. Os princípios éticos que a razão é capaz de perceber sempre podem reaparecer sob distintas roupagens e expressos com linguagens diferentes, incluindo a religiosa.

200. Além disso, qualquer solução técnica que as ciências pretendam oferecer será impotente para resolver os graves problemas do mundo, se a humanidade perde o seu rumo, se esquece as grandes motivações que tornam possível a convivência social, o sacrifício, a bondade. Em todo o caso, será preciso fazer apelo aos crentes para que sejam coerentes com a sua própria fé e não a contradigam com as suas ações; será necessário insistir para que se abram novamente à graça de Deus e se nutram pro-





fundamente das próprias convicções sobre o amor, a justiça e a paz. Se às vezes uma má compreensão dos nossos princípios nos levou a justificar o abuso da natureza, ou o domínio despótico do ser humano sobre a criação, ou as guerras, a injustiça e a violência, nós, crentes, podemos reconhecer que então fomos infiéis ao tesouro de sabedoria que devíamos guardar. Muitas vezes os limites culturais de distintas épocas condicionaram esta consciência do próprio patrimônio ético e espiritual, mas é precisamente o regresso às respectivas fontes que permite às religiões responder melhor às necessidades atuais.

- 201.** A maior parte dos habitantes do planeta declara-se crente, e isto deveria levar as religiões a estabelecerem diálogo entre si, visando ao cuidado da natureza, à defesa dos pobres, à construção duma trama de respeito e de fraternidade. De igual modo é indispensável um diálogo entre as próprias ciências, porque cada uma costuma fechar-se nos limites da sua própria linguagem, e a especialização tende a converter-se em isolamento e absolutização do próprio saber. Isso impede de enfrentar adequadamente os problemas do meio ambiente. Torna-se necessário também um diálogo aberto e respeitador dos diferentes movimentos ecologistas, entre os quais não faltam as lutas ideológicas. A gravidade da crise ecológica obriga-nos, a todos, a pensar no bem comum e a prosseguir pelo caminho do diálogo que requer paciência, ascese e generosidade, lembrando-nos sempre que “a realidade é superior à ideia”¹⁴³





| CAPÍTULO SEXTO

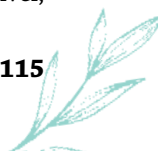
Educação e espiritualidade ecológicas

202. Muitas coisas devem reajustar o próprio rumo, mas antes de tudo é a humanidade que precisa de mudar. Falta a consciência duma origem comum, duma recíproca pertença e dum futuro partilhado por todos. Essa consciência basilar permitiria o desenvolvimento de novas convicções, atitudes e estilos de vida. Surge, assim, um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração.

I. Apontar para outro estilo de vida

203. Dado que o mercado tende a criar um mecanismo consumista compulsivo para vender os seus produtos, as pessoas acabam por ser arrastadas pelo turbilhão das compras e gastos supérfluos. O consumismo obsessivo é o reflexo subjetivo do paradigma técnico-económico. Está a acontecer aquilo que já assinalava Romano Guardini: o ser humano “aceita os objetos comuns e as formas habituais da vida como lhe são impostos pelos planos nacionais e pelos produtos fabricados em série e, em geral, age assim com a impressão de que tudo isto seja razoável e justo”.¹⁴⁴ O referido paradigma faz crer a todos que são livres pois conservam uma suposta liberdade de consumir, quando na realidade apenas possui a liberdade a minoria que detém o poder económico e financeiro. Nesta confusão, a humanidade de pós-moderna não encontrou uma nova compreensão de si mesma que a possa orientar, e essa falta de identidade é vivida com angústia. Temos demasiados meios para escassos e raquíticos fins.

204. A situação atual do mundo “gera um sentido de precariedade e insegurança que, por sua vez, favorece formas de egoísmo coletivo”.¹⁴⁵ Quando as pessoas se tornam autorreferenciais e se isolam na própria consciência, aumentam a sua voracidade: quanto mais vazio está o coração da pessoa, tanto mais necessita de objetos para comprar, possuir e consumir. Em tal contexto, parece não ser possível,





para uma pessoa, aceitar que a realidade lhe assinala limites; neste horizonte, não existe sequer um verdadeiro bem comum. Se este é o tipo de sujeito que tende a predominar numa sociedade, as normas serão respeitadas apenas na medida em que não contradigam as necessidades próprias. Por isso, não pensemos só na possibilidade de terríveis fenómenos climáticos ou de grandes desastres naturais, mas também nas catástrofes resultantes de crises sociais, porque a obsessão por um estilo de vida consumista, sobretudo quando poucos têm possibilidades de o manter, só poderá provocar violência e destruição recíproca.

205. Mas nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se, para além de qualquer condicionamento psicológico e social que lhes seja imposto. São capazes de se olhar a si mesmos com honestidade, externar o próprio pesar e encetar caminhos novos rumo à verdadeira liberdade. Não há sistemas que anulem, por completo, a abertura ao bem, à verdade e à beleza, nem a capacidade de reagir que Deus continua a animar no mais fundo dos nossos corações. A cada pessoa deste mundo, peça que não esqueça esta sua dignidade que ninguém tem o direito de lhe tirar.

206. Uma mudança nos estilos de vida poderia chegar a exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, económico e social. Verifica-se isto quando os movimentos de consumidores conseguem que se deixe de adquirir determinados produtos e assim se tornam eficazes na mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção. É um facto que, quando os hábitos da sociedade afetam os ganhos das empresas, estas veem-se pressionadas a mudar a produção. Isto lembra-nos a responsabilidade social dos consumidores. “Comprar é sempre um ato moral, para além de económico.”¹⁴⁶ Por isso, hoje, “o tema da degradação ambiental põe em questão os comportamentos de cada um de nós”.¹⁴⁷



- 207.** A Carta da Terra convidava-nos, a todos, a começar de novo deixando para trás uma etapa de autodestruição, mas ainda não desenvolvemos uma consciência universal que o torne possível. Por isso, atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: “Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início [...]. Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida”.¹⁴⁸
- 208.** Sempre é possível desenvolver uma nova capacidade de sair de si mesmo rumo ao outro. Sem tal capacidade, não se reconhece às outras criaturas o seu valor, não se sente interesse em cuidar de algo para os outros, não se consegue impor limites para evitar o sofrimento ou a degradação do que nos rodeia. A atitude basilar de se autotranscender, rompendo com a consciência isolada e a autorreferencialidade, é a raiz que possibilita todo o cuidado dos outros e do meio ambiente; e faz brotar a reação moral de ter em conta o impacto que possa provocar cada ação e decisão pessoal fora de si mesmo. Quando somos capazes de superar o individualismo, pode-se realmente desenvolver um estilo de vida alternativo e torna-se possível uma mudança relevante na sociedade.

II. Educar para a aliança entre a humanidade e o ambiente

- 209.** A consciência da gravidade da crise cultural e ecológica precisa de traduzir-se em novos hábitos. Muitos estão cientes de que não basta o progresso atual e a mera acumulação de objetos ou prazeres para dar sentido e alegria ao coração humano, mas não se sentem capazes de renunciar àquilo que o mercado lhes oferece. Nos países que deveriam realizar as maiores mudanças nos hábitos de consumo, os jovens têm uma nova sensibilidade ecológica e um espírito generoso, e alguns deles lutam admiravelmente pela defesa do meio ambiente, mas cresceram num contexto de altíssimo consumo e bem-estar que torna difícil a maturação doutros hábitos. Por isso, estamos perante um desafio educativo.





- 210.** A educação ambiental tem vindo a ampliar os seus objetivos. Se, no começo, estava muito centrada na informação científica e na consciencialização e prevenção dos riscos ambientais, agora tende a incluir uma crítica dos “mitos” da modernidade baseados na razão instrumental (individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras) e tende também a recuperar os distintos níveis de equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos, o espiritual com Deus. A educação ambiental deveria predispor-nos para dar esse salto para o Mistério, do qual uma ética ecológica recebe o seu sentido mais profundo. Além disso, há educadores capazes de reordenar os itinerários pedagógicos numa ética ecológica, de modo que ajudem efetivamente a crescer na solidariedade, na responsabilidade e no cuidado assente na compaixão.
- 211.** Às vezes, porém, essa educação, chamada a criar uma “cidadania ecológica”, limita-se a informar e não consegue fazer maturar hábitos. A existência de leis e normas não é suficiente, a longo prazo, para limitar os maus comportamentos, mesmo que haja um válido controle. Para a norma jurídica produzir efeitos importantes e duradouros, é preciso que a maior parte dos membros da sociedade a tenha acolhido, com base em motivações adequadas, e reaja com uma transformação pessoal. A doação de si mesmo num compromisso ecológico só é possível a partir do cultivo de virtudes sólidas. Se uma pessoa habitualmente se resguarda um pouco mais em vez de ligar o aquecimento, embora as suas economias lhe permitam consumir e gastar mais, isso supõe que adquiriu convicções e modos de sentir favoráveis ao cuidado do ambiente. É muito nobre assumir o dever de cuidar da criação com pequenas ações diárias, e é maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para elas até dar forma a um estilo de vida. A educação na responsabilidade ambiental pode incentivar vários comportamentos que têm incidência direta e importante no cuidado do meio ambiente, tais como evitar o uso de plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o



mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias... Tudo isto faz parte duma criatividade generosa e dignificante, que põe a descoberto o melhor do ser humano. Voltar – com base em motivações profundas – a utilizar algo em vez de o desperdiçar rapidamente pode ser um ato de amor que exprime a nossa dignidade.

212. E não se pense que tais esforços são incapazes de mudar o mundo. Essas ações espalham, na sociedade, um bem que frutifica sempre para além do que é possível constatar; provocam, no seio desta terra, um bem que sempre tende a difundir-se, por vezes invisivelmente. Além disso, o exercício desses comportamentos restitui-nos o sentimento da nossa dignidade, leva-nos a uma maior profundidade existencial, permite-nos experimentar que vale a pena a nossa passagem por este mundo.

213. Vários são os âmbitos educativos: a escola, a família, os meios de comunicação, a catequese, e outros. Uma boa educação escolar em tenra idade coloca sementes que podem produzir efeitos durante toda a vida. Mas quero salientar a importância central da família, porque “é o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está exposta, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico. Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida”.¹⁴⁹ Na família, cultivam-se os primeiros hábitos de amor e cuidado da vida, como, por exemplo, o uso correto das coisas, a ordem e a limpeza, o respeito pelo ecossistema local e a proteção de todas as criaturas. A família é o lugar da formação integral, onde se desenvolvem os distintos aspetos, intimamente relacionados entre si, do amadurecimento pessoal. Na família, aprende-se a pedir licença sem servilismo, a dizer “obrigado” como expressão duma sentida avaliação das coisas que recebemos, a dominar a agressividade ou a ganância, e a pedir desculpa quando fazemos algo de mal. Esses pequenos gestos de sincera cortesia ajudam a construir uma cultura da vida compartilhada e do respeito pelo que nos rodeia.





214. Compete à política e às várias associações um esforço de formação das consciências da população. Naturalmente compete também à Igreja. Todas as comunidades cristãs têm um papel importante a desempenhar nesta educação. Espero também que, nos nossos Seminários e Casas Religiosas de Formação, se eduque para uma austeridade responsável, a grata contemplação do mundo, o cuidado da fragilidade dos pobres e do meio ambiente. Tendo em conta o muito que está em jogo, do mesmo modo que são necessárias instituições dotadas de poder para punir os danos ambientais, também nós precisamos de nos controlar e educar uns aos outros.

215. Neste contexto, “não se deve descurar nunca a relação que existe entre uma educação estética apropriada e a preservação de um ambiente sadio”.¹⁵⁰ Prestar atenção à beleza e amá-la ajuda-nos a sair do pragmatismo utilitarista. Quando não se aprende a parar a fim de admirar e apreciar o que é belo, não surpreende que tudo se transforme em objeto de uso e abuso sem escrúpulos. Ao mesmo tempo, se se quer conseguir mudanças profundas, é preciso ter presente que os modelos de pensamento influem realmente nos comportamentos. A educação será ineficaz e os seus esforços estéreis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza. Caso contrário, continuará a perdurar o modelo consumista, transmitido pelos meios de comunicação social e através dos mecanismos eficazes do mercado.



III. A conversão ecológica

- 216.** A grande riqueza da espiritualidade cristã, proveniente de vinte séculos de experiências pessoais e comunitárias, constitui uma magnífica contribuição para o esforço de renovar a humanidade. Desejo propor aos cristãos algumas linhas de espiritualidade ecológica que nascem das convicções da nossa fé, pois aquilo que o Evangelho nos ensina tem consequências no nosso modo de pensar, sentir e viver. Não se trata tanto de propor ideias, como sobretudo falar das motivações que derivam da espiritualidade para alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo. Com efeito, não é possível empenhar-se em coisas grandes apenas com doutrinas, sem uma mística que nos anima, sem “uma moção interior que impele, motiva, encoraja e dá sentido à ação pessoal e comunitária”.¹⁵¹ Temos de reconhecer que nós, cristãos, nem sempre recolhemos e fizemos frutificar as riquezas dadas por Deus à Igreja, nas quais a espiritualidade não está desligada do próprio corpo nem da natureza ou das realidades deste mundo, mas vive com elas e nelas, em comunhão com tudo o que nos rodeia.
- 217.** Se “os desertos exteriores se multiplicam no mundo, porque os desertos interiores se tornaram tão amplos”,¹⁵² a crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior. Entretanto temos de reconhecer também que alguns cristãos, até comprometidos e piedosos, com o pretexto do realismo pragmático frequentemente se burlam das preocupações pelo meio ambiente. Outros são passivos, não se decidem a mudar os seus hábitos e tornam-se incoerentes. Falta-lhes, pois, uma conversão ecológica, que comporta deixar emergir, nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus. Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspeto secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência virtuosa.





- 218.** Recordemos o modelo de São Francisco de Assis para propor uma sã relação com a criação como dimensão da conversão integral da pessoa. Isso exige também reconhecer os próprios erros, pecados, vícios ou negligências, e arrepende-se de coração, mudar a partir de dentro. A Igreja na Austrália soube expressar a conversão em termos de reconciliação com a criação: “Para realizar esta reconciliação, devemos examinar as nossas vidas e reconhecer de que modo ofendemos a criação de Deus com as nossas ações e com a nossa incapacidade de agir. Devemos fazer a experiência duma conversão, duma mudança do coração”.¹⁵³
- 219.** Todavia, para se resolver uma situação tão complexa como esta que enfrenta o mundo atual, não basta que cada um seja melhor. Os indivíduos isolados podem perder a capacidade e a liberdade de vencer a lógica da razão instrumental e acabam por sucumbir a um consumismo sem ética nem sentido social e ambiental. Aos problemas sociais responde-se não com a mera soma de bens individuais, mas com redes comunitárias: “As exigências desta obra serão tão grandes, que as possibilidades das iniciativas individuais e a cooperação dos particulares, formados de maneira individualista, não serão capazes de lhes dar resposta. Será necessária uma união de forças e uma unidade de contribuições”.¹⁵⁴ A conversão ecológica, que se requer para criar um dinamismo de mudança duradoura, é também uma conversão comunitária.





220. Esta conversão comporta várias atitudes que se conjugam para ativar um cuidado generoso e cheio de ternura. Em primeiro lugar, implica gratidão e gratuidade, ou seja, um reconhecimento do mundo como dom recebido do amor do Pai, que conseqüentemente provoca disposições gratuitas de renúncia e gestos generosos, mesmo que ninguém os veja nem agradeça. “Que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua direita [...]; e teu Pai, que vê o oculto, há-de premiar-te” (*Mt 6, 3-4*). Implica ainda a consciência amorosa de não estar separado das outras criaturas, mas de formar com os outros seres do universo uma estupenda comunhão universal. O crente contempla o mundo não como alguém que está fora dele, mas dentro, reconhecendo os laços com que o Pai nos uniu a todos os seres. Além disso a conversão ecológica, fazendo crescer as peculiares capacidades que Deus deu a cada crente, leva-o a desenvolver a sua criatividade e entusiasmo para resolver os dramas do mundo, oferecendo-se a Deus “como sacrifício vivo, santo e agradável” (*Rm 12, 1*). Não vê a sua superioridade como motivo de glória pessoal nem de domínio irresponsável, mas como uma capacidade diferente que, por sua vez, lhe impõe uma grave responsabilidade derivada da sua fé.

221. Ajudam a enriquecer o sentido de tal conversão várias convicções da nossa fé, desenvolvidas ao início desta encíclica, como, por exemplo, a consciência de que cada criatura reflete algo de Deus e tem uma mensagem para nos transmitir, ou a certeza de que Cristo assumiu em Si mesmo este mundo material e agora, ressuscitado, habita no íntimo de cada ser, envolvendo-o com o seu carinho e penetrando-o com a sua luz; e ainda o reconhecimento de que Deus criou o mundo, inscrevendo nele uma ordem e um dinamismo que o ser humano não tem o direito de ignorar. Porventura uma pessoa, ouvindo no Evangelho Jesus dizer – a propósito dos pássaros – que “nenhum deles passa despercebido diante de Deus” (*Lc 12, 6*), será capaz de os maltratar ou causar-lhes dano? Convido todos os cristãos a explicitar esta dimensão da sua conversão, permitindo que a força e a luz da graça recebida se estendam também à relação com as outras criaturas e com o mundo que os rodeia, e suscite aquela sublime fraternidade com a criação inteira que viveu, de maneira tão elucidativa, São Francisco de Assis.





IV. Alegria e paz

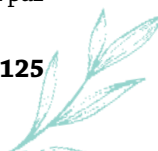
222. A espiritualidade cristã propõe uma forma alternativa de entender a qualidade de vida, encorajando um estilo de vida profético e contemplativo, capaz de gerar profunda alegria sem estar obcecado pelo consumo. É importante adotar um antigo ensinamento, presente em distintas tradições religiosas e também na Bíblia. Trata-se da convicção de que “quanto menos, tanto mais”. Com efeito, a acumulação constante de possibilidades para consumir distrai o coração e impede de dar o devido apreço a cada coisa e a cada momento. Pelo contrário, tornar-se serenamente presente diante de cada realidade, por mais pequena que seja, abre-nos muitas mais possibilidades de compreensão e realização pessoal. A espiritualidade cristã propõe um crescimento na sobriedade e uma capacidade de se alegrar com pouco. É um regresso à simplicidade que nos permite parar a saborear as pequenas coisas, agradecer as possibilidades que a vida oferece sem nos apegarmos ao que temos nem entristecermos por aquilo que não possuímos. Isto exige evitar a dinâmica do domínio e da mera acumulação de prazeres.

223. A sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora. Não se trata de menos vida, nem vida de baixa intensidade; é precisamente o contrário. Com efeito, as pessoas que saboreiam mais e vivem melhor cada momento são aquelas que deixam de debicar aqui e ali, sempre à procura do que não têm, e experimentam o que significa dar apreço a cada pessoa e a cada coisa, aprendem a familiarizar com as coisas mais simples e sabem alegrar-se com elas. Desse modo conseguem reduzir o número das necessidades insatisfeitas e diminuem o cansaço e a ansiedade. É possível necessitar de pouco e viver muito, sobretudo quando se é capaz de dar espaço a outros prazeres, encontrando satisfação nos encontros fraternos, no serviço, na frutificação dos próprios carismas, na música e na arte, no contato com a natureza, na oração. A felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as múltiplas possibilidades que a vida oferece.



224. A sobriedade e a humildade não gozaram de positiva consideração no século passado. Mas, quando se debilita de forma generalizada o exercício de alguma virtude na vida pessoal e social, isso acaba por provocar variados desequilíbrios, mesmo ambientais. Por isso, não basta falar apenas da integridade dos ecossistemas; é preciso ter a coragem de falar da integridade da vida humana, da necessidade de incentivar e conjugar todos os grandes valores. O desaparecimento da humildade, num ser humano excessivamente entusiasmado com a possibilidade de dominar tudo sem limite algum, só pode acabar por prejudicar a sociedade e o meio ambiente. Não é fácil desenvolver essa humildade sadia e uma sobriedade feliz se nos tornamos autônomos, se excluímos Deus da nossa vida fazendo o nosso eu ocupar o seu lugar, se pensamos ser a nossa subjetividade que determina o que é bem e o que é mal.

225. Por outro lado, ninguém pode amadurecer numa sobriedade feliz se não estiver em paz consigo mesmo. E parte de uma adequada compreensão da espiritualidade consiste em alargar a nossa compreensão da paz, que é muito mais do que a ausência de guerra. A paz





interior das pessoas tem muito a ver com o cuidado da ecologia e com o bem comum, porque, autenticamente vivida, reflete-se num equilibrado estilo de vida aliado com a capacidade de admiração que leva à profundidade da vida. A natureza está cheia de palavras de amor; mas como poderemos ouvi-las no meio do ruído constante, da distração permanente e ansiosa, ou do culto da notoriedade? Muitas pessoas experimentam um desequilíbrio profundo que as impele a fazer as coisas a toda a velocidade para se sentirem ocupadas, numa pressa constante que, por sua vez, as leva a atropelar tudo o que têm ao seu redor. Isto tem incidência no modo como se trata o ambiente. Uma ecologia integral exige que se dedique algum tempo para recuperar a harmonia serena com a criação, refletir sobre o nosso estilo de vida e os nossos ideais, contemplar o Criador, que vive entre nós e naquilo que nos rodeia e cuja presença “não precisa de ser criada, mas descoberta, desvendada”.¹⁵⁵

- 226.** Falamos aqui duma atitude do coração, que vive tudo com serena atenção, que sabe manter-se plenamente presente diante duma pessoa sem estar a pensar no que virá depois, que se entrega a cada momento como um dom divino que se deve viver em plenitude. Jesus ensinou-nos esta atitude, quando nos convidava a olhar os lírios do campo e as aves do céu, ou quando, na presença dum homem inquieto, “fitando nele o olhar, sentiu afeição por ele” (Mc 10, 21). De certeza que Ele estava plenamente presente diante de cada ser humano e de cada criatura, mostrando-nos assim um caminho para superar a ansiedade doentia que nos torna superficiais, agressivos e consumistas desenfreados.
- 227.** Uma expressão dessa atitude é parar a agradecer a Deus antes e depois das refeições. Proponho aos crentes que retomem esse hábito importante e o vivam profundamente. Esse momento da bênção da mesa, embora muito breve, recorda-nos que a nossa vida depende de Deus, fortalece o nosso sentido de gratidão pelos dons da criação, dá graças por aqueles que com o seu trabalho fornecem estes bens e reforça a solidariedade com os mais necessitados.



V. Amor civil e político

- 228.** O cuidado da natureza faz parte dum estilo de vida que implica capacidade de viver juntos e de comunhão. Jesus lembrou-nos de que temos Deus como nosso Pai comum e que isto nos torna irmãos. O amor fraterno só pode ser gratuito, nunca pode ser uma paga a outrem pelo que realizou, nem um adiantamento pelo que esperamos venha a fazer. Por isso, é possível amar os inimigos. Esta mesma gratuidade leva-nos a amar e aceitar o vento, o sol ou as nuvens, embora não se submetam ao nosso controle. Assim podemos falar duma fraternidade universal.
- 229.** É necessário voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos. Vivemos já muito tempo na degradação moral, baldando-nos à ética, à bondade, à fé, à honestidade; chegou o momento de reconhecer que essa alegre superficialidade de pouco nos serviu. Uma tal destruição de todo o fundamento da vida social acaba por colocar-nos uns contra os outros na defesa dos próprios interesses, provoca o despertar de novas formas de violência e crueldade e impede o desenvolvimento duma verdadeira cultura do cuidado do meio ambiente.
- 230.** O exemplo de Santa Teresa de Lisieux convida-nos a pôr em prática o pequeno caminho do amor, a não perder a oportunidade duma palavra gentil, dum sorriso, de qualquer pequeno gesto que semeie paz e amizade. Uma ecologia integral é feita também de simples gestos quotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo. Pelo contrário, o mundo do consumo exacerbado é, simultaneamente, o mundo que maltrata a vida em todas as suas formas.
- 231.** O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor. O amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade, que toca





não só as relações entre os indivíduos, mas também “as macrorrelações como relacionamentos sociais, económicos, políticos”.¹⁵⁶ Por isso, a Igreja propôs ao mundo o ideal duma “civilização do amor”.¹⁵⁷ O amor social é a chave para um desenvolvimento autêntico: “Para tornar a sociedade mais humana, mais digna da pessoa, é necessário revalorizar o amor na vida social – nos planos político, económico, cultural – fazendo dele a norma constante e suprema do agir”.¹⁵⁸ Nesse contexto, juntamente com a importância dos pequenos gestos diários, o amor social impele-nos a pensar em grandes estratégias que detenham eficazmente a degradação ambiental e incentivem uma cultura do cuidado que permeie toda a sociedade. Quando alguém reconhece a vocação de Deus para intervir juntamente com os outros nas dinâmicas sociais, deve lembrar-se de que isto faz parte da sua espiritualidade, é exercício da caridade e, deste modo, amadurece e se santifica.



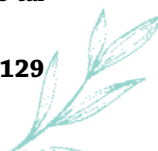


232. Nem todos são chamados a trabalhar de forma direta na política, mas no seio da sociedade floresce uma variedade inumerável de associações que intervêm em prol do bem comum, defendendo o meio ambiente natural e urbano. Por exemplo, preocupam-se com um lugar público (um edifício, uma fonte, um monumento abandonado, uma paisagem, uma praça) para proteger, sanar, melhorar ou embelezar algo que é de todos. Ao seu redor, desenvolvem-se ou recuperam-se vínculos, fazendo surgir um novo tecido social local. Assim, uma comunidade liberta-se da indiferença consumista. Isto significa também cultivar uma identidade comum, uma história que se conserva e transmite. Desta forma cuida-se do mundo e da qualidade de vida dos mais pobres, com um sentido de solidariedade que é, ao mesmo tempo, consciência de habitar numa casa comum que Deus nos confiou. Estas ações comunitárias, quando exprimem um amor que se doa, podem transformar-se em experiências espirituais intensas.

VI. Os sinais sacramentais e o descanso celebrativo

233. O universo desenvolve-se em Deus, que o preenche completamente. E, portanto, há um mistério a contemplar numa folha, numa vereda, no orvalho, no rosto do pobre.¹⁵⁹ O ideal não é só passar da exterioridade à interioridade para descobrir a ação de Deus na alma, mas também chegar a encontrá-Lo em todas as coisas, como ensinava São Boaventura: “A contemplação é tanto mais elevada quanto mais o homem sente em si mesmo o efeito da graça divina ou quanto mais sabe reconhecer Deus nas outras criaturas”.¹⁶⁰

234. São João da Cruz ensinava que tudo o que há de bom nas coisas e experiências do mundo “encontra-se eminentemente em Deus de maneira infinita ou, melhor, Ele é cada uma dessas grandezas que se pregam”.¹⁶¹ E isto, não porque as coisas limitadas do mundo sejam realmente divinas, mas porque o místico experimenta a ligação íntima que há entre Deus e todos os seres vivos e, deste modo, “sente que Deus é para ele todas as coisas”.¹⁶² Quando admira a grandeza duma montanha, não pode separar isto de Deus, e percebe que tal





admiração interior que ele vive deve finalizar no Senhor: “As montanhas têm cumes, são altas, imponentes, belas, graciosas, floridas e perfumadas. Como essas montanhas, é o meu Amado para mim. Os vales solitários são tranquilos, amenos, frescos, sombreados, ricos de doces águas. Pela variedade das suas árvores e pelo canto suave das aves, oferecem grande divertimento e encanto aos sentidos e, na sua solidão e silêncio, dão refrigério e repouso: como esses vales, é o meu Amado para mim”.¹⁶³

- 235.** Os sacramentos constituem um modo privilegiado em que a natureza é assumida por Deus e transformada em mediação da vida sobrenatural. Através do culto, somos convidados a abraçar o mundo num plano diferente. A água, o azeite, o fogo e as cores são assumidas com toda a sua força simbólica e incorporam-se no louvor. A mão que abençoa é instrumento do amor de Deus e reflexo da proximidade de Cristo, que veio para Se fazer nosso companheiro no caminho da vida. A água derramada sobre o corpo da criança batizada é sinal de vida nova. Não fugimos do mundo, nem negamos a natureza, quando queremos encontrar-nos com Deus. Nota-se isto particularmente na espiritualidade do Oriente cristão. “A beleza, que no Oriente é um dos nomes mais queridos para exprimir a harmonia divina e o modelo da humanidade transfigurada, mostra-se em toda a parte: nas formas do templo, nos sons, nas cores, nas luzes, nos perfumes.”¹⁶⁴ Segundo a experiência cristã, todas as criaturas do universo material encontram o seu verdadeiro sentido no Verbo encarnado, porque o Filho de Deus incorporou na sua pessoa parte do universo material, onde introduziu um germen de transformação definitiva: “O cristianismo não rejeita a matéria; pelo contrário, a corporeidade é valorizada plenamente no ato litúrgico, onde o corpo humano mostra sua íntima natureza de templo do Espírito Santo e chega a unir-se a Jesus Senhor, feito também Ele corpo para a salvação do mundo”.¹⁶⁵
- 236.** A criação encontra a sua maior elevação na Eucaristia. A graça, que tende a manifestar-se de modo sensível, atinge uma expressão maravilhosa quando o próprio Deus, feito homem, chega ao ponto de



fazer-Se comer pela sua criatura. No apogeu do mistério da Encarnação, o Senhor quer chegar ao nosso íntimo através dum pedaço de matéria. Não o faz de cima, mas de dentro, para podermos encontrá-Lo a Ele no nosso próprio mundo. Na Eucaristia, já está realizada a plenitude, sendo o centro vital do universo, centro transbordante de amor e de vida sem fim. Unido ao Filho encarnado, presente na Eucaristia, todo o cosmos dá graças a Deus. Com efeito a Eucaristia é, por si mesma, um ato de amor cósmico. “Sim, cósmico! Porque mesmo quando tem lugar no pequeno altar duma igreja da aldeia, a Eucaristia é sempre celebrada, de certo modo, sobre o altar do mundo.”¹⁶⁶ A Eucaristia une o céu e a terra, abraça e penetra toda a criação. O mundo, saído das mãos de Deus, volta a Ele em feliz e plena adoração: no Pão Eucarístico, “a criação propende para a divinização, para as santas núpcias, para a unificação com o próprio Criador”.¹⁶⁷ Por isso, a Eucaristia é também fonte de luz e motivação para as nossas preocupações pelo meio ambiente e leva-nos a ser guardiões da criação inteira.

237. A participação na Eucaristia é especialmente importante ao domingo. Este dia, à semelhança do sábado judaico, é-nos oferecido como dia de cura das relações do ser humano com Deus, consigo mesmo, com os outros e com o mundo. O domingo é o dia da Ressurreição, o “primeiro dia” da nova criação, que tem as suas primícias na humanidade ressuscitada do Senhor, garantia da transfiguração final de toda a realidade criada. Além disso, esse dia anuncia “o descanso eterno do homem, em Deus”.¹⁶⁸ Assim, a espiritualidade cristã integra o valor do repouso e da festa. O ser humano tende a reduzir o descanso contemplativo ao âmbito do estéril e do inútil, esquecendo que desse modo se tira à obra realizada o mais importante: o seu significado. Na nossa atividade, somos chamados a incluir uma dimensão receptiva e gratuita, o que é diferente da simples inatividade. Trata-se doutra maneira de agir, que pertence à nossa essência. Assim, a ação humana é preservada não só do ativismo vazio, mas também da ganância desenfreada e da consciência que se isola buscando apenas o benefício pessoal.





A lei do repouso semanal impunha abster-se do trabalho no sétimo dia, “para que descansem o teu boi e o teu jumento e tomem fôlego o filho da tua serva e o estrangeiro residente” (Ex 23, 12). O repouso é uma ampliação do olhar, que permite voltar a reconhecer os direitos dos outros. Assim o dia de descanso, cujo centro é a Eucaristia, difunde a sua luz sobre a semana inteira e encoraja-nos a assumir o cuidado da natureza e dos pobres.

VII. A trindade e a relação entre as criaturas

- 238.** O Pai é a fonte última de tudo, fundamento amoroso e comunicativo de tudo o que existe. O Filho, que O reflecte e por Quem tudo foi criado, uniu-Se a esta terra, quando foi formado no seio de Maria. O Espírito, vínculo infinito de amor, está intimamente presente no coração do universo, animando e suscitando novos caminhos. O mundo foi criado pelas três Pessoas como um único princípio divino, mas cada uma delas realiza esta obra comum segundo a própria identidade pessoal. Por isso, “quando, admirados, contemplamos o universo na sua grandeza e beleza, devemos louvar a inteira Trindade”.¹⁶⁹
- 239.** Para os cristãos, acreditar num Deus único que é comunhão trinitária leva a pensar que toda a realidade contém em si mesma uma marca propriamente trinitária. São Boaventura chega a dizer que o ser humano, antes do pecado, conseguia descobrir como cada criatura “testemunha que Deus é trino”. O reflexo da Trindade podia-se reconhecer na natureza, “quando esse livro não era obscuro para o homem, nem a vista do homem se tinha turvado”.¹⁷⁰ Esse santo franciscano ensina-nos que toda a criatura traz em si uma estrutura propriamente trinitária, tão real que poderia ser contemplada espontaneamente, se o olhar do ser humano não estivesse limitado, obscurecido e fragilizado. Indica-nos, assim, o desafio de tentar ler a realidade em chave trinitária.



240. As Pessoas divinas são relações subsistentes; e o mundo, criado segundo o modelo divino, é uma trama de relações. As criaturas tendem para Deus; e é próprio de cada ser vivo tender, por sua vez, para outra realidade, de modo que, no seio do universo, podemos encontrar uma série inumerável de relações constantes que secretamente se entrelaçam.¹⁷¹ Isso convida-nos não só a admirar os múltiplos vínculos que existem entre as criaturas, mas leva-nos também a descobrir uma chave da nossa própria realização. Na verdade, a pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais quanto mais se relaciona, sai de si mesma para viver em comunhão com Deus, com os outros e com todas as criaturas. Assim assume na própria existência aquele dinamismo trinitário que Deus imprimiu nela desde a sua criação. Tudo está interligado, e isso convida-nos a maturar uma espiritualidade da solidariedade global que brota do mistério da Trindade.

VIII. A rainha de toda a criação

241. Maria, a mãe que cuidou de Jesus, agora cuida com carinho e preocupação materna deste mundo ferido. Assim como chorou com o coração trespassado a morte de Jesus, assim também agora Se compadece do sofrimento dos pobres crucificados e das criaturas deste mundo exterminadas pelo poder humano. Ela vive, com Jesus, completamente transfigurada, e todas as criaturas cantam a sua beleza. É a Mulher “vestida de sol, com a lua debaixo dos pés e com uma coroa de doze estrelas na cabeça” (Ap 12, 1). Elevada ao céu, é Mãe e Rainha de toda a criação. No seu corpo glorificado, juntamente com Cristo ressuscitado, parte da criação alcançou toda a plenitude da sua beleza. Maria não só conserva no seu coração toda a vida de Jesus, que “guardava” cuidadosamente (cf. Lc 2, 51), mas agora compreende também o sentido de todas as coisas. Por isso, podemos pedir-Lhe que nos ajude a contemplar este mundo com um olhar mais sábio.

242. E ao lado d’Ela, na sagrada família de Nazaré, destaca-se a figura de São José. Com o seu trabalho e presença generosa, cuidou e defendeu Maria e Jesus e livrou-os da violência dos injustos, levando-os





para o Egito. No Evangelho, aparece descrito como um homem justo, trabalhador, forte; mas, da sua figura, emana também uma grande ternura, própria não de quem é fraco mas de quem é verdadeiramente forte, atento à realidade para amar e servir humildemente. Por isso, foi declarado protetor da Igreja universal. Também Ele nos pode ensinar a cuidar, pode motivar-nos a trabalhar com generosidade e ternura para proteger este mundo que Deus nos confiou.

IX. Para além do sol

- 243.** No fim, encontrar-nos-emos face a face com a beleza infinita de Deus (cf. 1 *Cor* 13, 12) e poderemos ler, com jubilosa admiração, o mistério do universo, o qual terá parte conosco na plenitude sem fim. Estamos a caminhar para o sábado da eternidade, para a nova Jerusalém, para a casa comum do Céu. Diz-nos Jesus: “Eu renovo todas as coisas” (*Ap* 21, 5). A vida eterna será uma maravilha compartilhada, na qual cada criatura, esplendorosamente transformada, ocupará o seu lugar e terá algo para oferecer aos pobres definitivamente libertados.
- 244.** Na expectativa da vida eterna, unimo-nos para tomar a nosso cargo esta casa que nos foi confiada, sabendo que aquilo de bom que há nela será assumido na festa do Céu. Juntamente com todas as criaturas, caminhamos nesta terra à procura de Deus, porque, “se o mundo tem um princípio e foi criado, procura quem o criou, procura quem lhe deu início, aquele que é o seu Criador”.¹⁷² Caminemos cantando; que as nossas lutas e a nossa preocupação por este planeta não nos tirem a alegria da esperança.
- 245.** Deus, que nos chama a uma generosa entrega e a oferecer-Lhe tudo, também nos dá as forças e a luz de que necessitamos para prosseguir. No coração deste mundo, permanece presente o Senhor da vida que tanto nos ama. Não nos abandona, não nos deixa sozinhos, porque Se uniu definitivamente à nossa terra e o seu amor sempre nos leva a encontrar novos caminhos. Que Ele seja louvado!



246. Depois desta longa reflexão, jubilosa e ao mesmo tempo dramática, proponho duas orações: uma que podemos partilhar todos quantos acreditamos num Deus Criador Onnipotente, e outra pedindo que nós, cristãos, saibamos assumir os compromissos para com a criação que o Evangelho de Jesus nos propõe.

Oração pela nossa terra

Deus Onnipotente,
que estais presente em todo o universo
e na mais pequenina das vossas criaturas,
Vós que envolveis com a vossa ternura tudo o que existe,
derramai em nós a força do vosso amor
para cuidarmos da vida e da beleza.
Inundai-nos de paz,
para que vivamos como irmãos e irmãs
sem prejudicar ninguém.
Ó Deus dos pobres,
ajudai-nos a resgatar
os abandonados e esquecidos desta terra
que valem tanto aos vossos olhos.
Curai a nossa vida,
para que protejamos o mundo
e não o depredemos,
para que semeemos beleza
e não poluição nem destruição.
Tocai os corações
daqueles que buscam apenas benefícios
à custa dos pobres e da terra.
Ensinai-nos a descobrir o valor de cada coisa,
a contemplar com encanto,
a reconhecer que estamos profundamente unidos
com todas as criaturas
no nosso caminho para a vossa luz infinita.
Obrigado porque estais conosco todos os dias.
Sustentai-nos, por favor, na nossa luta
por justiça, amor e paz.





Oração cristã com a criação

Nós Vos louvamos, Pai,
com todas as vossas criaturas,
que saíram da vossa mão poderosa.
São vossas e estão repletas da vossa presença e da vossa ternura.

Louvado sejais!

Filho de Deus, Jesus,
por Vós foram criadas todas as coisas.
Fostes formado no seio materno de Maria,
fizestes-Vos parte desta terra,
e contemplastes este mundo com olhos humanos.

Hoje estais vivo em cada criatura
com a vossa glória de ressuscitado.

Louvado sejais!

Espírito Santo, que, com a vossa luz,
guiais este mundo para o amor do Pai
e acompanhais o gemido da criação,
Vós viveis também nos nossos corações
a fim de nos impelir para o bem.

Louvado sejais!

Senhor Deus, Uno e Trino,
comunidade estupenda de amor infinito,
ensinai-nos a contemplar-Vos
na beleza do universo,
onde tudo nos fala de Vós.

Despertai o nosso louvor e a nossa gratidão
por cada ser que criastes.

Dai-nos a graça de nos sentirmos intimamente unidos
a tudo o que existe.

Deus de amor,

mostrai-nos o nosso lugar neste mundo
como instrumentos do vosso carinho
por todos os seres desta terra,
porque nem um deles sequer é esquecido por Vós.

Iluminai os donos do poder e do dinheiro
para que não caiam no pecado da indiferença,
amem o bem comum, promovam os fracos,



e cuidem deste mundo que habitamos.
Os pobres e a terra estão bradando:
Senhor, tomai-nos sob o vosso poder e a vossa luz,
para proteger cada vida,
para preparar um futuro melhor,
para que venha o vosso Reino
de justiça, paz, amor e beleza.
Louvado sejais! Amém.

*Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 24 de maio,
Solenidade de Pentecostes de 2015, terceiro ano do meu Pontificado.*

Franciscus







Fontes

- 1 *Cantico delle creature: Fonti Francescane*, 263.
- 2 Carta ap. *Octogesima adveniens* (14 de maio de 1971), 21: AAS 63 (1971), 416-417.
- 3 *Discurso à FAO, no seu XXV aniversário* (16 de novembro de 1970), 4: AAS 62 (1970), 833; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 22/XI/1970), 6.
- 4 Carta enc. *Redemptor hominis* (4 de março de 1979), 15: AAS 71 (1979), 287.
- 5 Cf. Catequese (17 de janeiro de 2001), 4: *Insegnamenti* 24/1 (2001), 179; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 20/1/2001), 8.
- 6 Carta enc. *Centesimus Annus* (1 de maio de 1991), 38: AAS 83 (1991), 841.
- 7 *Ibid.*, 58: o. c., 863.
- 8 JOÃO PAULO II, Carta enc. *Sollicitudo rei socialis* (30 de dezembro de 1987), 34: AAS 80 (1988), 559.
- 9 Cf. IDEM, Carta enc. *Centesimus annus* (1 de maio de 1991), 37: AAS 83 (1991), 840.
- 10 Discurso ao Corpo Diplomático habilitado junto à Santa Sé (8 de janeiro de 2007): AAS 99 (2007), 73.
- 11 Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 51: AAS 101 (2009), 687.
- 12 *Discurso ao Bundestag*, Berlim (22 de setembro de 2011): AAS 103 (2011), 664; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 24/IX/2011), 5.
- 13 BENTO XVI, *Discurso ao clero da diocese de Bolzano-Bressanone* (6 de agosto de 2008): AAS 100 (2008), 634; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 16/VIII/2008), 5.
- 14 *Mensagem para o Dia de Oração pela salvaguarda da criação* (1 de setembro de 2012).
- 15 *Discurso em Santa Bárbara*, Califórnia (8 de novembro de 1997); cf. JOHN CHRYSAVGIS, *On Earth as in Heaven: Ecological Vision and Initiatives of Ecumenical Patriarch Bartholomew* (Bronx/Nova York, 2012).
- 16 *Ibidem*.
- 17 *Conferência no Mosteiro de Utstein*, Noruega (23 de junho de 2003).
- 18 BARTOLOMEU, *Discurso Global Responsibility and Ecological Sustainability: Closing Remarks*, I Cimeira de Halki, Istambul (20 de junho de 2012).
- 19 TOMÁS DE CELANO, *Vita prima di San Francesco*, XXIX, 81: *Fonti Francescane*, 460.
- 20 *Legenda Maior*, VIII, 6: *Fonti Francescane*, 1145.





- 21 Cf. TOMÁS DE CELANO, *Vita seconda di San Francesco*, CXXIV, 165: *Fonti Francescane*, 750.
- 22 CONFERÊNCIA DOS BISPOS CATÓLICOS DA ÁFRICA DO SUL, *Pastoral Statement on the Environmental Crisis* (5 de setembro de 1999).
- 23 Cf. FRANCISCO, *Saudação aos funcionários da FAO* (20 de novembro de 2014): AAS 106 (2014), 985; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 27/XI/2014), 3.
- 24 V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, *Documento de Aparecida* (29 de junho de 2007), 86.
- 25 CONFERÊNCIA DOS BISPOS CATÓLICOS DAS FILIPINAS, *Carta pastoral What is Happening to our Beautiful Land?* (29 de janeiro de 1988).
- 26 CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA BOLÍVIA, *Carta pastoral El universo, don de Dios para la vida* (2012), 17.
- 27 Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL ALEMÃ – COMISSÃO PARA A PASTORAL SOCIAL, *Der Klimawandel: Brennpunkt globaler, intergenerationaler und ökologischer Gerechtigkeit* (setembro de 2006), 28-30.
- 28 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 483.
- 29 FRANCISCO, *Catequese* (5 de junho de 2013): *Insegnamenti* 1/1 (2013), 280; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 9/VI/2013), 16.
- 30 BISPOS DA REGIÃO DA PATAGÔNIA-COMAHUE (ARGENTINA), *Mensaje de Navidad* (dezembro de 2009), 2.
- 31 CONFERÊNCIA DOS BISPOS CATÓLICOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *Global Climate Change: A Plea for Dialogue, Prudence, and the Common Good* (15 de junho de 2001).
- 32 V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, *Documento de Aparecida* (29 de junho de 2007), 471.
- 33 FRANCISCO, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 56: AAS 105 (2013), 1043.
- 34 JOÃO PAULO II, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1990*, 12: AAS 82 (1990), 154.
- 35 IDEM, *Catequese* (17 de janeiro de 2001), 3: *Insegnamenti* 24/1 (2001), 178; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 20/I/2001), 8.
- 36 JOÃO PAULO II, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1990*, 15: AAS 82 (1990), 156.
- 37 *Catecismo da Igreja Católica*, 357.



- 38 *Angelus* com os inválidos, Osnabrük / Alemanha (16 de novembro de 1980): *Insegnamenti* 3/2 (1980), 1232; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 23/XI/1980), 20.
- 39 BENTO XVI, *Homilia no início solene do Ministério Petrino* (24 de abril de 2005): AAS 97 (2005), 711; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 30/IV/2015), 5.
- 40 Cf. *Legenda Maior*, VIII, 1: *Fonti Francescane*, 1134.
- 41 *Catecismo da Igreja Católica*, 2416.
- 42 CONFERÊNCIA EPISCOPAL ALEMÃ, *Zukunft der Schöpfung – Zukunft der Menschheit. Erklärung der Deutschen Bischofskonferenz zu Fragen der Umwelt und der Energieversorgung* (1980), II, 2.
- 43 *Catecismo da Igreja Católica*, 339.
- 44 *Hom. in Hexaemeron*, 1, 2, 10: PG 29, 9.
- 45 *Divina Commedia. Paradiso*, Canto XXXIII, 145.
- 46 BENTO XVI, *Catequese* (9 de novembro de 2005), 3: *Insegnamenti* 1 (2005), 768; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 12/XI/2005), 24.
- 47 IDEM, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 51: AAS 101 (2009), 687.
- 48 JOÃO PAULO II, *Catequese* (24 de abril de 1991), 6: *Insegnamenti* 14/1 (1991), 856; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 28/IV/1991), 12.
- 49 O Catecismo ensina que Deus quis criar um mundo em caminho para a perfeição última, o que implica a presença da imperfeição e do mal físico: ver *Catecismo da Igreja Católica*, 310.
- 50 Cf. CONC. ECUM. VAT. II, Const. past. sobre a igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 36
- 51 TOMÁS DE AQUINO, *Summa theologiae* I, q. 104, art. 1, ad 4.
- 52 IDEM, *In octo libros Physicorum Aristotelis expositio*, lib. II, lectio 14.
- 53 Coloca-se, nesta perspectiva, a contribuição do P. Teilhard de Chardin; veja-se PAULO VI, *Discurso numa fábrica químico-farmacêutico* (24 de fevereiro de 1966): *Insegnamenti* 4 (1966), 992-993; JOÃO PAULO II, *Carta ao reverendo P. George V. Coyne* (1 de junho de 1988): *Insegnamenti* 11/2 (1988), 1715; BENTO XVI, *Homilia na Celebração das Vésperas*, em Aosta (24 de julho de 2009): *Insegnamenti* 5/2 (2009), 60.
- 54 JOÃO PAULO II, *Catequese* (30 de janeiro de 2002), 6: *Insegnamenti* 25/1 (2002), 140; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 2/II/2002), 12.
- 55 CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO CANADÁ – COMISSÃO PARA A PASTORAL SOCIAL, *You love all that exists... All things are yours, God, Lover of Life* (4 de outubro de 2003), 1.





- 56 CONFERÊNCIA DOS BISPOS CATÓLICOS DO JAPÃO, *Reverence for Life. A Message for the Twenty-First Century* (1 de janeiro de 2001), 89.
- 57 JOÃO PAULO II, Catequese (26 de janeiro de 2000), 5: *Insegnamenti* 23/1 (2000), 123; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 29/I/2000), 8.
- 58 IDEM, Catequese (2 de agosto de 2000), 3: *Insegnamenti* 23/2 (2000), 112; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 5/VIII/2000), 8.
- 59 PAUL RICOEUR, *Philosophie de la volonté*. 2ª parte: *Finitude et culpabilité* (Paris 2009), 216.
- 60 *Summa theologiae* I, q. 47, art. 1.
- 61 *Ibidem*.
- 62 Cf. *Ibid.*, art. 2, ad. 1; art. 3.
- 63 *Catecismo da Igreja Católica*, 340
- 64 *Cantico delle creature: Fonti Francescane*, 263.
- 65 Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *A Igreja e a questão ecológica* (1992), 53-54.
- 66 *Ibid.*, 61.
- 67 FRANCISCO, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 215: AAS 105 (2013), 1109.
- 68 Cf. BENTO XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 14: AAS 101 (2009), 650.
- 69 *Catecismo da Igreja Católica*, 2418.
- 70 CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO DOMINICANO, Carta pastoral *Sobre la relación del hombre con la naturaleza* (21 de janeiro de 1987).
- 71 JOÃO PAULO II, Carta enc. *Laborem exercens* (14 de setembro de 1981), 19: AAS 73 (1981), 626.
- 72 Carta enc. *Centesimus annus* (1 de maio de 1991), 31: AAS 83 (1991), 831.
- 73 Carta enc. *Sollicitudo rei socialis* (30 de dezembro de 1987), 33: AAS 80 (1988), 557.
- 74 *Discurso aos indígenas e agricultores do México*, em Cuilapán (29 de janeiro de 1979), 6: AAS 71 (1979), 209; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 11/II/1979), 4.
- 75 *Homilia na Missa celebrada para os agricultores*, em Recife/Brasil (7 de julho de 1980), 4: AAS 72 (1980), 926; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 20/VII/1980), 13.
- 76 Cf. *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1990*, 8: AAS 82 (1990), 152.
- 77 CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO PARAGUAI, Carta pastoral *El campesino paraguayo y la tierra* (12 de junho de 1983), 2, 4, d.



- 78 CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA NOVA ZELÂNDIA, *Statement on Environmental Issues* (1 de setembro de 2006).
- 79 Carta enc. *Laborem exercens* (14 de setembro de 1981), 27: AAS 73 (1981), 645.
- 80 Por isso, São Justino podia falar de “sementes do Verbo” no mundo. Cf. II *Apologia* 8, 1-2; 13, 3-6: PG 6, 457-458; 467.
- 81 JOÃO PAULO II, *Discurso aos representantes da ciência, da cultura e dos estudos superiores na Universidade das Nações Unidas*, em Hiroxima (25 de fevereiro de 1981), 3: 73 (1981), 422.
- 82 BENTO XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 69: AAS 101 (2009), 702.
- 83 ROMANO GUARDINI, *Das Ende der Neuzeit* (Würzburg 1916), 87.
- 84 *Ibidem*.
- 85 *Ibid.*, 87-88.
- 86 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 462.
- 87 ROMANO GUARDINI, *Das Ende der Neuzeit* (Würzburg 1916), 63-64.
- 88 *Ibid.*, 64.
- 89 Cf. BENTO XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 35: AAS 101 (2009), 671.
- 90 *Ibid.*, 22: o. c., 657.
- 91 FRANCISCO, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 231: AAS 105 (2013), 1114.
- 92 ROMANO GUARDINI, *Das Ende der Neuzeit* (Würzburg 1916), 63.
- 93 JOÃO PAULO II, Carta enc. *Centesimus annus* (1 de maio de 1991), 38: AAS 83 (1991), 841.
- 94 Cf. Declaração *Love for Creation. An Asian Response to the Ecological Crisis*: Colóquio promovido pela Federação das Conferências Episcopais da Ásia, Tagaytay (31 de janeiro a 5 de fevereiro de 1993), 3.3.2.
- 95 JOÃO PAULO II, Carta enc. *Centesimus annus* (1 de maio de 1991), 37: AAS 83 (1991), 840.
- 96 BENTO XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2010*, 2: AAS 102 (2010), 41.
- 97 IDEM, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 28: AAS 101 (2009), 663.





- 98 Cf. VICENTE DE LERINS, *Commonitorium primum*, cap. 23: PL 50, 668: “*Ut annis scilicet consolidetur, dilatetur tempore, sublimetur aetate – Fortalece-se com o decorrer dos anos, desenvolve-se com o andar dos tempos, cresce através das idades*”.
- 99 N. 80: AAS 105 (2013), 1053.
- 100 CONC. ECUM. VAT. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 63.
- 101 Cf. JOÃO PAULO II, Carta enc. *Centesimus annus* (1 de maio de 1991), 37: AAS 83 (1991), 840.
- 102 PAULO VI, Carta enc. *Populorum progressio* (26 de março de 1967), 34: AAS 59 (1967), 274.
- 103 BENTO XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 32: AAS 101 (2009), 666.
- 104 *Ibidem*.
- 105 *Ibidem*.
- 106 *Catecismo da Igreja Católica*, 2417.
- 107 *Ibid.*, 2418.
- 108 *Ibid.*, 2415.
- 109 *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1990*, 6: AAS 82 (1990), 150.
- 110 *Discurso à Pontifícia Academia das Ciências (3 de outubro de 1981)*, 3: *Insegnamenti* 4/2 (1981), 333; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 11/X/1981), 8.
- 111 *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1990*, 7: AAS 82 (1990), 151.
- 112 JOÃO PAULO II, *Discurso à 35ª Assembleia Geral da Associação Médica Mundial* (29 de outubro de 1983), 6: AAS 76 (1984), 394; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 13/XI/1983), 7.
- 113 CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA ARGENTINA – COMISSÃO DE PASTORAL SOCIAL, *Una tierra para todos* (junho de 2005), 19.
- 114 *Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, Rio de Janeiro (14 de junho de 1992), princípio 4.
- 115 FRANCISCO, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 237: AAS 105 (2013), 1116.
- 116 BENTO XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 51: AAS 101 (2009), 687.
- 117 Alguns autores puseram em evidência os valores que muitas vezes se vivem, por exemplo, nas “villas”, “chabolas” ou favelas da América Latina: ver JUAN CARLOS SCANNONE S.I., “*La irrupción del pobre y la lógica de la gratuidad*”, in JUAN CARLOS SCANNONE e MARCELO PERINE (eds.), *Irrupción del*



- pobre y quehacer filosófico. Hacia una nueva racionalidad* (Buenos Aires, 1993), 225-230.
- 118 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 482.
- 119 FRANCISCO, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 210: AAS 105 (2013), 1107.
- 120 *Discurso ao Bundestag*, Berlim (22 de setembro de 2011): AAS 103 (2011), 668; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 24/IX/2011), 5.
- 121 FRANCISCO, *Catequese* (15 de abril de 2015): *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 16/IV/2015), 20.
- 122 CONC. ECUM. VAT. II, Const. past. sobre a Igreja no mundo contemporâneo *Gaudium et spes*, 26.
- 123 Cf. nn. 186-201: AAS 105 (2013), 1098-1105.
- 124 CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta pastoral *Responsabilidade solidária pelo bem comum* (15 de setembro de 2003), 20.
- 125 BENTO XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2010*, 8: AAS 102 (2010), 45.
- 126 *Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, Rio de Janeiro (14 de junho de 1992), princípio 1.
- 127 CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA BOLÍVIA, Carta pastoral *El universo, don de Dios para la vida* (2012), 86.
- 128 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, Doc. *Energia, Giustizia e Pace* (Cidade do Vaticano 2013), 56.
- 129 Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 67: AAS 101 (2009), 700.
- 130 FRANCISCO, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 222: AAS 105 (2013), 1111.
- 131 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 469.
- 132 *Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* (14 de junho de 1992), princípio 15.
- 133 Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL DO MÉXICO – COMISSÃO DE PASTORAL SOCIAL, *Jesucristo, vida y esperanza de los indígenas y campesinos* (14 de janeiro de 2008).
- 134 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 470.
- 135 *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2010*, 9: AAS 102 (2010), 46.
- 136 *Ibidem*.





- 137 *Ibid.*, 5: o. c., 43.
- 138 BENTO XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 50: AAS 101 (2009), 686.
- 139 FRANCISCO, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 209: AAS 105 (2013), 1107.
- 140 *Ibid.*, 228: o. c., 1113.
- 141 Cf. FRANCISCO, Carta enc. *Lumen fidei* (29 de junho de 2013), 34 [AAS 105 (2013), 577]: “Enquanto unida à verdade do amor, a luz da fé não é alheia ao mundo material, porque o amor vive-se sempre com corpo e alma; a luz da fé é luz encarnada, que dimana da vida luminosa de Jesus. A fé ilumina também a matéria, confia na sua ordem, sabe que nela se abre um caminho cada vez mais amplo de harmonia e compreensão. Desse modo, o olhar da ciência tira benefício da fé: esta convida o cientista a permanecer aberto à realidade, em toda a sua riqueza inesgotável. A fé desperta o sentido crítico, enquanto impede a pesquisa de se deter, satisfeita, nas suas fórmulas e ajuda-a a compreender que a natureza sempre as ultrapassa. Convidando a maravilhar-se diante do mistério da criação, a fé alarga os horizontes da razão para iluminar melhor o mundo que se abre aos estudos da ciência”.
- 142 IDEM, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 256: AAS 105 (2013), 1123.
- 143 *Ibid.*, 231: o. c., 1114.
- 144 *Das Ende der Neuzeit* (Würzburg 1965), 66-67.
- 145 JOÃO PAULO II, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1990*, 1: AAS 82 (1990), 147.
- 146 BENTO XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 66: AAS 101 (2009), 699.
- 147 IDEM, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2010*, 11: AAS 102 (2010), 48.
- 148 *Carta da Terra*, Haia (29 de junho de 2000).
- 149 JOÃO PAULO II, Carta enc. *Centesimus annus* (1 de maio de 1991), 39: AAS 83 (1991), 842.
- 150 IDEM, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1990*, 14: AAS 82 (1990), 155.
- 151 FRANCISCO, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 261: AAS 105 (2013), 1124.
- 152 BENTO XVI, *Homilia no solene início do Ministério Petrino* (24 de abril de 2005): AAS 97 (2005), 710; *L'Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 30/IV/2005), 5.
- 153 CONFERÊNCIA DOS BISPOS CATÓLICOS DA AUSTRÁLIA, *A New Earth – The Environmental Challenge* (2002).



- 154 ROMANO GUARDINI, *Das Ende der Neuzeit* (Würzburg 91965), 72.
- 155 FRANCISCO, Exort. ap. *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 71: AAS 105 (2013), 1050.
- 156 BENTO XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 2: AAS 101 (2009), 642.
- 157 PAULO VI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1977*: AAS 68 (1976), 709.
- 158 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 582.
- 159 Um mestre espiritual, Ali Al-Khawwas, partindo da sua própria experiência, assinalava a necessidade de não separar demasiado as criaturas do mundo e a experiência de Deus na interioridade. Dizia ele: “Não é preciso criticar preconceituosamente aqueles que procuram o êxtase na música ou na poesia. Há um ‘segredo’ subtil em cada um dos movimentos e dos sons deste mundo. Os iniciados chegam a captar o que dizem o vento que sopra, as árvores que se curvam, a água que corre, as moscas que zunem, as portas que rangem, o canto dos pássaros, o dedilhar de cordas, o silvo da flauta, o suspiro dos enfermos, o gemido dos aflitos...” (EVA DE VITRAY-MEYEROVITCH, [ed.], *Anthologie du soufisme*, Paris 1978, 200).
- 160 *In II Sententiarum.*, 23, 2, 3.
- 161 *Cântico espiritual*, XIV-XV, 5.
- 162 *Ibidem*.
- 163 *Ibid.*, XIV-XV, 6-7.
- 164 JOÃO PAULO II, Carta ap. *Oriente lumen* (2 mayo 1995), 11: AAS 87 (1995), 757.
- 165 *Ibidem*.
- 166 IDEM, Carta enc. *Ecclesia de Eucharistia* (17 abril 2003), 8: AAS 95 (2003), 438.
- 167 BENTO XVI, *Homilia na Missa de Corpus Christi* (15 de junho de 2006): AAS 98 (2006), 513; *L’Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 24/VI/2006), 3.
- 168 *Catecismo de la Iglesia Católica*, 2175.
- 169 JOÃO PAULO II, *Catequese* (2 de agosto de 2000), 4: *Insegnamenti* 23/2 (2000), 112; *L’Osservatore Romano* (ed. portuguesa de 5/VIII/2000), 8.
- 170 *Quaest. disp. de Myst. Trinitatis*, 1, 2, concl.
- 171 Cf. TOMÁS DE AQUINO, *Summa theologiae* I, q. 11, art. 3; q.21, art. 1, ad 3; q. 47, art. 3.
- 172 BASÍLIO MAGNO, *Hom. in Hexaemeron*, 1, 2, 6: PG 29, 8.





GUARDAR A CRIAÇÃO

Homilia para o início do Ministério Petrino,
19 de março de 2013

Queridos irmãos e irmãs!

Agradeço ao Senhor por poder celebrar esta Santa Missa de início do ministério petrino na solenidade de São José, esposo da Virgem Maria e patrono da Igreja universal: é uma coincidência densa de significado e é também o onomástico do meu venerado Predecessor: acompanhamo-lo com a oração, cheia de estima e gratidão.

Saúdo, com afeto, os Irmãos Cardeais e Bispos, os sacerdotes, os diáconos, os religiosos e as religiosas e todos os fiéis leigos. Agradeço, pela sua presença, aos Representantes das outras Igrejas e Comunidades eclesiais, bem como aos representantes da comunidade judaica e de outras comunidades religiosas. Dirijo a minha cordial saudação aos Chefes de Estado e de Governo, às Delegações oficiais de tantos países do mundo e ao Corpo Diplomático.

Ouvimos ler, no Evangelho, que “José fez como lhe ordenou o anjo do Senhor e recebeu sua esposa” (Mt 1, 24). Nestas palavras, encerra-se já a missão que Deus confia a José: ser custos, guardião. Guardião de quem? De Maria e de Jesus, mas é uma guarda que depois se alarga à Igreja, como sublinhou o Beato João Paulo II: “São José, assim como cuidou com amor de Maria e se dedicou com empenho jubiloso à educação de Jesus Cristo, assim também guarda e protege o seu Corpo místico, a Igreja, da qual a Virgem Santíssima é figura e modelo” (Exort. ap. *Redemptoris Custos*, 1).





Como realiza José esta guarda? Com discrição, com humildade, no silêncio, mas com uma presença constante e uma fidelidade total, mesmo quando não consegue entender. Desde o casamento com Maria até ao episódio de Jesus, aos doze anos, no templo de Jerusalém, acompanha com solicitude e amor cada momento. Permanece ao lado de Maria, sua esposa, tanto nos momentos serenos como nos momentos difíceis da vida, na ida a Belém para o recenseamento e nas horas ansiosas e felizes do parto; no momento dramático da fuga para o Egito e na busca preocupada do filho no templo; e depois na vida quotidiana da casa de Nazaré, na carpintaria onde ensinou o ofício a Jesus.

Como vive José a sua vocação de guardião de Maria, de Jesus, da Igreja? Numa constante atenção a Deus, aberto aos seus sinais, disponível mais ao projeto d'Ele que ao seu. E isto mesmo é o que Deus pede a David, como ouvimos na primeira Leitura: Deus não deseja uma casa construída pelo homem, mas quer a fidelidade à sua Palavra, ao seu desígnio; e é o próprio Deus que constrói a casa, mas de pedras vivas marcadas pelo seu Espírito. E José é “guardião”, porque sabe ouvir a Deus, deixa-se guiar pela sua vontade e, por isso mesmo, se mostra ainda mais sensível com as pessoas que lhe estão confiadas, sabe ler com realismo os acontecimentos, está atento àquilo que o rodeia, e toma as decisões mais sensatas. Nele, queridos amigos, vemos como se responde à vocação de Deus: com disponibilidade e prontidão; mas vemos também qual é o centro da vocação cristã: Cristo. Guardemos Cristo na nossa vida, para guardar os outros, para guardar a criação!

Entretanto a vocação de guardião não diz respeito apenas a nós, cristãos, mas tem uma dimensão antecedente, que é simplesmente humana e diz respeito a todos: é a de guardar a criação inteira, a beleza da criação, como se diz no livro de Génesis e nos mostrou São Francisco de Assis: é ter respeito por toda a criatura de Deus e pelo ambiente onde vivemos. É guardar as pessoas, cuidar carinhosamente de todas elas e cada uma, especialmente das crianças, dos idosos, daqueles que são mais frágeis e que muitas vezes estão na periferia do nosso coração. É cuidar uns dos outros na família: os esposos guardam-se reciprocamente, depois, como pais, cuidam dos



filhos, e, com o passar do tempo, os próprios filhos tornam-se guardiões dos pais. É viver com sinceridade as amizades, que são um mútuo guardar-se na intimidade, no respeito e no bem. Fundamentalmente tudo está confiado à guarda do homem, e é uma responsabilidade que nos diz respeito a todos. Sede guardiões dos dons de Deus!

E quando o homem falha nesta responsabilidade, quando não cuidamos da criação e dos irmãos, então encontra lugar a destruição e o coração fica ressequido. Infelizmente, em cada época da história, existem “Herodes” que tramam desígnios de morte, destroem e deturpam o rosto do homem e da mulher.





Queria pedir, por favor, a quantos ocupam cargos de responsabilidade em âmbito económico, político ou social, a todos os homens e mulheres de boa vontade: sejamos “guardiões” da criação, do desígnio de Deus inscrito na natureza, guardiões do outro, do ambiente; não deixemos que sinais de destruição e morte acompanhem o caminho deste nosso mundo! Mas, para “guardar”, devemos também cuidar de nós mesmos. Lembremo-nos de que o ódio, a inveja, o orgulho sujam a vida; então guardar quer dizer vigiar sobre os nossos sentimentos, o nosso coração, porque é dele que saem as boas intenções e as más: aquelas que edificam e as que destroem. Não devemos ter medo de bondade, ou mesmo de ternura.

A propósito, deixai-me acrescentar mais uma observação: cuidar, guardar requer bondade, requer ser praticado com ternura. Nos Evangelhos, São José aparece como um homem forte, corajoso, trabalhador, mas, no seu íntimo, sobressai uma grande ternura, que não é a virtude dos fracos, antes pelo contrário denota fortaleza de ânimo e capacidade de solicitude, de compaixão, de verdadeira abertura ao outro, de amor. Não devemos ter medo da bondade, da ternura!





Hoje, juntamente com a festa de São José, celebramos o início do ministério do novo Bispo de Roma, Sucessor de Pedro, que inclui também um poder. É certo que Jesus Cristo deu um poder a Pedro, mas de que poder se trata? À tríplice pergunta de Jesus a Pedro sobre o amor, segue-se o tríplice convite: apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas. Não esqueçamos jamais que o verdadeiro poder é o serviço, e que o próprio Papa, para exercer o poder, deve entrar sempre mais naquele serviço que tem o seu vértice luminoso na Cruz; deve olhar para o serviço humilde, concreto, rico de fé, de São José e, como ele, abrir os braços para guardar todo o Povo de Deus e acolher, com afeto e ternura, a humanidade inteira, especialmente os mais pobres, os mais fracos, os mais pequeninos, aqueles que Mateus descreve no Juízo final sobre a caridade: quem tem fome, sede, é estrangeiro, está nu, doente, na prisão (cf. *Mt 25, 31-46*). Apenas aqueles que servem com amor capaz de proteger.

Na segunda Leitura, São Paulo fala de Abraão, que acreditou “com uma esperança, para além do que se podia esperar” (*Rm 4, 18*). Com uma esperança, para além do que se podia esperar! Também hoje, perante tantos pedaços de céu cinzento, há necessidade de ver a luz da esperança e de darmos nós mesmos esperança. Guardar a criação, cada homem e cada mulher, com um olhar de ternura e amor, é abrir o horizonte da esperança, é abrir um rasgo de luz no meio de tantas nuvens, é levar o calor da esperança! E, para o crente, para nós cristãos, como Abraão, como São José, a esperança que levamos tem o horizonte de Deus que nos foi aberto em Cristo, está fundada sobre a rocha que é Deus.

Guardar Jesus com Maria, guardar a criação inteira, guardar toda a pessoa, especialmente a mais pobre, guardarmo-nos a nós mesmos: eis um serviço que o Bispo de Roma está chamado a cumprir, mas para o qual todos nós estamos chamados, fazendo resplandecer a estrela da esperança: Guardemos com amor aquilo que Deus nos deu!

Peço a intercessão da Virgem Maria, de São José, de São Pedro e São Paulo, de São Francisco, para que o Espírito Santo acompanhe o meu ministério, e, a todos vós, digo: rezai por mim! Amém.





A CRIAÇÃO É O MAIS BELO PRESENTE DE DEUS

Audiência Geral, 2 de maio de 2014

Queridos irmãos e irmãs, bom dia!

Hoje, eu gostaria de salientar um outro dom do Espírito Santo: o dom de ciência. Quando se fala em ciência, o pensamento, imediatamente, é direcionado à competência do homem de conhecer, cada vez melhor, a realidade que o rodeia e de descobrir as leis que regem a natureza e o universo. A ciência que vem do Espírito Santo, no entanto, não se limita ao conhecimento humano: é um dom especial, que nos leva a perceber, por meio da criação, a grandeza e o amor de Deus e sua relação profunda com cada criatura.

Quando os nossos olhos são iluminados pelo Espírito, abrem-se para a contemplação de Deus, na beleza da natureza e na grandiosidade do cosmos, e isso nos leva a *descobrir como cada coisa nos fala d’Ele e de seu amor*. Tudo isso suscita em nós um grande estupor e um profundo sentido de gratidão. É a mesma sensação que experimentamos quando admiramos uma obra de arte ou qualquer maravilha fruto do engenho e da criatividade do homem: diante disso, o Espírito nos leva a louvar o Senhor desde o fundo de nosso coração e a reconhecer, em tudo o que temos e somos, um inestimável dom de Deus e um signo de seu infinito amor por nós.

No primeiro capítulo do Génesis, precisamente no início da Bíblia, salienta-se que Deus se compraz em sua criação, ressaltando, repetidamente, a beleza e a bondade de cada coisa. No final de cada jornada, está escrito: “E Deus viu que isso era bom” (1, 12.18.21.25): se Deus vê que a criação é





uma coisa boa, que ela é algo belo, nós também devemos assumir a mesma atitude e ver a criação como algo bom e belo. Eis o dom de ciência que faz com que nós vejamos essa beleza. Portanto, louvemos a Deus, demos-Lhe graças por ter-nos dado tanta beleza. E quando Deus terminou de criar o homem, não falou “viu que era bom”, mas falou que “era muito bom” (v. 31). Aos olhos de Deus, nós somos a coisa mais bela, a maior e a melhor da criação: até os anjos estão por debaixo de nós, somos mais do que os anjos, como escutam os no livro dos Salmos. O Senhor nos ama. Devemos dar-Lhe graças por isso. O dom de ciência coloca-nos em profunda sintonia com o Criador e faz com que participemos da limpidez de sua mirada e de seu julgamento. E é nessa perspectiva que conseguimos ver, no homem e na mulher, o vértice da criação, como a realização de um desígnio de amor que está impresso em cada um de nós e que nos faz reconhecermos uns aos outros como irmãos e irmãs.

Tudo isso é motivo de serenidade e de paz, e faz do cristão uma testemunha gozosa de Deus, seguindo o caminho de São Francisco de Assis e de muitos outros santos que souberam louvar e cantar seu amor por meio da contemplação da criação. Ao mesmo tempo, o dom de ciência ajuda-nos a não cair em algumas atitudes excessivas ou erradas. A primeira delas é o risco de considerar-nos os donos da criação. A criação não é uma propriedade da qual podemos dispor quando quisermos e, muito menos ainda, é uma propriedade somente de alguns, de poucos: a criação é um dom, um dom maravilhoso que Deus nos deu para cuidarmos dela e utilizá-la em benefício de todos, sempre com enorme respeito e gratidão. O segundo comportamento errado é a tentação de olharmos para as criaturas como se elas pudessem dar uma resposta a todas as nossas expectativas. Com o dom de ciência, o Espírito ajuda-nos a não cair nesse erro.

Contudo, gostaria de voltar para o primeiro caminho errado: dispor da criação em lugar de guardá-la. Devemos guardar a criação, porque ela é um dom que o Senhor nos deu, um presente de Deus para nós. Nós somos os custódios da criação. Quando exploramos a criação, destruimos o signo do amor de Deus. Destruir a criação é dizer a Deus: “eu não gosto”. E isso não é bom: eis o pecado.



O cuidado da criação é, precisamente, a custódia do dom de Deus e é dizer a Deus: “Obrigado, eu sou o custódio da criação para fazer com que ela se desenvolva, jamais para destruir seu dom”. Esse deve ser nosso comportamento em relação à criação: a sua custódia, porque se nós destruirmos a criação, ela nos destruirá. Não vos esqueçais disso. Uma vez, eu estava no campo e escutei uma frase de uma pessoa simples que gostava muito das flores e as cuidava. Ela me disse: “Devemos cuidar destas coisas belas que Deus nos deu. A criação é para nós aproveitarmos bem dela, não para explorá-la, e sim para guardá-la, porque Deus sempre perdoa. Nós, os homens, às vezes perdoamos, mas a criação não perdoa nunca e, se você não cuidar dela, ela te destruirá”.

Com isso, devemos refletir e pedirmos ao Espírito Santo o dom de ciência para compreendermos bem que a criação é o mais belo presente de Deus. Ele fez muitas coisas boas para a melhor coisa, que é a pessoa humana.



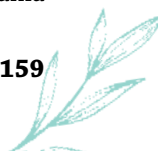


GUARDAR A VIDA HUMANA, GUARDAR O PLANETA

Discurso à plenária da Conferência
da FAO, 20 de novembro de 2014

Com sentimentos de respeito e apreço apresento-me hoje aqui, na Segunda Conferência Internacional sobre a Alimentação. Agradeço-lhe, senhor Presidente, o caloroso acolhimento e as palavras de boas-vindas. Saúdo cordialmente o Diretor-Geral da FAO, professor José Graziano da Silva, e a Diretora-Geral da OMS, Dra. Margaret Chan, e alegro-me pela vossa decisão de reunir nesta Conferência representantes de Estados, instituições internacionais, organizações da sociedade civil, do mundo da agricultura e do setor privado, para estudar juntos as formas de intervenção para garantir a alimentação, assim como as mudanças necessárias que devem ser feitas às atuais estratégias. A unidade global de propósitos e ações, mas sobretudo o espírito de irmandade, pode ser decisiva para soluções adequadas. A Igreja, como sabeis, procura estar sempre atenta e ser solícita em relação a tudo o que se refere ao bem-estar espiritual e material das pessoas, em primeiro lugar de quantos vivem marginalizados e são excluídos, para que sejam garantidas a sua segurança e dignidade.

1. Os destinos de cada nação estão mais do que nunca relacionados entre si, como os membros de uma mesma família, que dependem uns dos outros. Mas vivemos numa época na qual as relações entre as nações são demasiadas vezes deterioradas pela suspeita recíproca, que por vezes se transforma em maneiras de agressão bélica e económica, mina a amizade entre irmãos e rejeita ou descarta quem já está excluído. Sabe isto muito bem quem não tem o pão diário nem um trabalho digno. É este o quadro mundial, no qual se devem reconhecer os limites de organizações que se baseiam na soberania





de cada um dos Estados, entendida como absoluta, e nos interesses nacionais, muitas vezes condicionados por pequenos grupos de poder. Explica bem isto a leitura da vossa agenda de trabalho que se propõe elaborar novas normas, novas formas e mais compromissos para alimentar o mundo. Nesta perspectiva espero que, na formulação de tais compromissos os Estados se inspirem na convicção de que o direito à alimentação só será garantido se nos preocuparmos com o seu protagonista real, ou seja, a pessoa que sofre os efeitos da fome e da subalimentação. O sujeito real!

Hoje, fala-se muito de direitos, esquecendo com muita frequência os deveres; talvez nos tenhamos preocupado demasiado pouco por quantos sofrem a fome. Além disso é doloroso constatar que a luta contra a fome e a subalimentação é obstada pela “prioridade de mercado”, e pela “primazia do lucro”, que reduziram os alimentos a uma mercadoria qualquer, sujeita a especulações, até financeiras. E quando se fala de novos direitos, o faminto está ali, na esquina da rua, e pede o direito de cidadania, pede que seja considerado na sua condição, para receber uma alimentação básica sadia. Pede-nos dignidade, não esmola.

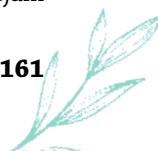




2. Estes critérios não podem permanecer no limbo da teoria. As pessoas e os povos exigem que se ponha em prática a justiça; não só a justiça legal, mas também a contributiva e distributiva. Por conseguinte, os planos de desenvolvimento e o trabalho das organizações internacionais deveriam ter em consideração o desejo, tão frequente entre o povo comum, de ver respeitados em todas as circunstâncias os direitos fundamentais da pessoa humana e, no nosso caso, da pessoa que tem fome. Quando isto acontecer, também as intervenções humanitárias, as ações urgentes de ajuda e de desenvolvimento — o verdadeiro, integral — terão maior impulso e darão os frutos desejados.

3. O interesse pela produção, a disponibilidade de alimentos e o acesso a eles, a mudança climática e o comércio agrícola devem indubitavelmente inspirar as regras e as medidas técnicas, mas a primeira preocupação deve ser a própria pessoa, quantos não têm o alimento diário e deixaram de pensar na vida, nas relações familiares e sociais, e lutam unicamente pela sobrevivência. Em 1992, o Santo Padre João Paulo II, na inauguração, nesta sala, da Primeira Conferência sobre a Alimentação, advertiu a comunidade internacional contra o risco do “paradoxo da abundância”: há alimento para todos, mas nem todos podem comer, enquanto o desperdício, o descarte, o consumo excessivo e o uso de alimentos para outros fins estão diante dos nossos olhos. Eis o paradoxo! Infelizmente, esse “paradoxo” continua a ser atual. Há poucos temas sobre os quais se exibem tantos sofismas como a fome; e poucos argumentos tão suscetíveis de ser manipulados pelos dados, pelas estatísticas, pelas exigências de segurança nacional, pela corrupção ou por uma chamada dolorosa à crise económica. É este o primeiro desafio que deve ser superado.

O segundo desafio que deve ser enfrentado é a falta de solidariedade. Uma palavra que inconscientemente temos a suspeita de ter que eliminar do dicionário. As nossas sociedades caracterizam-se por um individualismo crescente e pela divisão; isto acaba por privar os mais débeis de uma vida digna e por provocar revoltas contra as instituições. Quando num país não há solidariedade, todos ressentem disto. De fato, a solidariedade é a atitude que faz com que as pessoas sejam





capazes de ir ao encontro do outro e fundar as próprias relações recíprocas naquele sentimento de fraternidade que vai além das diferenças e dos limites, e leva a procurar juntos o bem comum.

Os seres humanos, na medida em que tomam consciência de ser parte responsável do desígnio da criação, tornam-se capazes de se respeitar reciprocamente, em vez de combater entre si, danificando e empobrecendo o planeta. Também aos Estados, concebidos como comunidade de pessoas e povos, é pedido que ajam de comum acordo, que estejam dispostos a ajudar-se uns aos outros mediante os princípios e as normas que o direito internacional lhes põe à disposição. Uma fonte inexaurível de inspiração é a lei natural, inscrita no coração humano, que fala uma linguagem que todos podem compreender: amor, justiça, paz, elementos inseparáveis entre si. Como as pessoas, também os Estados e as instituições internacionais estão chamados a acolher e cultivar estes valores, num espírito de diálogo e de escuta recíproca. Deste modo, o objetivo de alimentar a família humana torna-se realizável.

4. Cada mulher, homem, criança ou idoso deve poder contar com estas garantias em toda a parte. E é um dever de cada Estado, atento ao bem-estar dos seus cidadãos, subscrevê-las sem reservas e preocupar-se com a sua aplicação. Isto exige perseverança e apoio. A Igreja católica procura oferecer também neste âmbito o próprio contributo, mediante uma atenção constante à vida dos pobres, dos necessitados em todas as partes do planeta; move-se nesta mesma linha o compromisso ativo da Santa Sé nas organizações internacionais e com os seus numerosos documentos e declarações. Desta forma pretende-se contribuir para a identificação e a adoção de critérios que o desenvolvimento de um sistema internacional equitativo deve satisfazer. São critérios que, a nível ético, se baseiam em pilares como a verdade, a liberdade, a justiça e a solidariedade; ao mesmo tempo, em âmbito jurídico, estes mesmos critérios incluem a relação entre o direito à alimentação e o direito à vida e a uma existência digna, o direito de ser tutelado pela lei, nem sempre próxima da realidade de quem sofre a fome, e a obrigação moral de partilhar a riqueza económica do mundo. Se se acredita



no princípio da unidade da família humana, fundado na paternidade de Deus Criador e na fraternidade dos seres humanos, nenhuma forma de pressão política ou económica que se sirva da disponibilidade de alimentos pode ser aceitável. Pressão política e económica. Penso na nossa irmã e mãe terra, no Planeta. Se estivermos livres de pressões políticas e económicas para o preservar, para evitar que se autodestrua. Temos à nossa frente o Peru e a França, duas conferências que nos lançam um desafio. Preservar o Planeta. Recordo uma frase que ouvi de um idoso, há muitos anos: “Deus perdoa sempre, as ofensas, os abusos; Deus perdoa sempre. Os homens perdoam de vez em quando. A terra nunca perdoa!”. Preservemos a irmã terra, a mãe terra, para que não responda com a destruição. Mas sobretudo, nenhum sistema de discriminação, de facto ou de direito, vinculado à capacidade de acesso ao mercado de alimentos, deve ser tomado como modelo das ações internacionais que se propõem eliminar a fome.

Ao partilhar convosco estas reflexões, peço ao Omnipotente, ao Deus rico de misericórdia, que abençoe quantos, com responsabilidades diversas, se põem ao serviço de quem sofre a fome e sabem assisti-los com gestos concretos de proximidade. Rezo também para que a comunidade internacional saiba ouvir o apelo desta Conferência e o considere uma expressão da comum consciência da humanidade: dar de comer aos famintos para salvar a vida no planeta. Obrigado.





PARA QUE NECESSITAMOS DESTA TERRA?

Encontro com o mundo da escola e universidade

Pontifícia Universidade Católica do Equador,

Quito. Terça-feira, 7 de julho de 2015

Sinto grande alegria por estar convosco, nesta tarde, na Pontifícia Universidade do Equador, que, desde há quase 70 anos, cumpre e atualiza a fecunda missão educativa da Igreja ao serviço dos homens e mulheres da nação. Agradeço as amáveis palavras com que me receberam e transmitiram as preocupações e as esperanças que vos surgem ao enfrentar o desafio, pessoal e social, da educação. Contudo, vejo que há umas nuvens escuras lá no horizonte, espero que não venha uma tempestade, mas que seja só uma leve garoa.

No Evangelho, acabámos de ouvir como Jesus, o Mestre, ensinava a multidão e o pequeno grupo dos discípulos, adaptando-Se à sua capacidade de compreensão. Fazia-o com parábolas, como a do sementeiro (*Lc 8, 4-15*). O Senhor sempre foi “plástico” no modo de ensinar, de forma que todos pudessem entender. Jesus não procura “doutorear”; pelo contrário, quer chegar ao coração do homem, à sua inteligência, à sua vida e para que esta dê fruto.

A parábola do sementeiro fala-nos de cultivar. Mostra-nos os tipos de terra, os tipos de semente, os tipos de fruto e a relação que se gera entre eles. E, já desde o Génesis, Deus sussurra ao homem este convite: cultivar e cuidar.

Não se limita a conceder-lhe a vida; dá-lhe a terra, a criação. Não só lhe dá uma companheira e infinitas possibilidades; mas faz-lhe também um convite, dá-lhe uma missão. Convida-o a participar na sua obra criadora, dizendo: cultiva! Dou-te as sementes, dou-te a terra, a água, o sol; dou-te as





tuas mãos e as dos teus irmãos. Aqui o tens; também é teu. É um presente, é um dom, é uma oferta. Não é algo de adquirido, não é algo comprado; mas antecede-nos e ficará depois de nós. É um presente dado por Deus para, juntamente com Ele, podermos fazê-lo nosso. Deus não quer uma criação para Si, para Se ver a Si mesmo. Muito pelo contrário! A criação é um dom para ser partilhado. É o espaço que Deus nos dá, para construir conosco, para construir um nós. O mundo, a história, o tempo é o lugar onde vamos construindo esse nós com Deus, o nós com os outros, o nós com a terra. A nossa vida encerra sempre este convite, um convite mais ou menos consciente que sempre permanece.

Mas notemos uma peculiaridade. Na narração do Génesis, ao lado da palavra cultivar, aparece imediatamente outra: cuidar. Uma explica-se a partir da outra. Andam de mãos dadas. Não cultiva quem não cuida, e não cuida quem não cultiva.

Somos convidados não só a participar na obra criadora cultivando-a, fazendo-a crescer, desenvolvendo-a, mas também a cuidá-la, protegê-la, guardá-la. Hoje, este convite impõe-se-nos forçosamente. Já não como uma mera recomendação, mas como uma necessidade devido ao “mal que provocamos [à terra] por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. [...] Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados que há hoje em dia no mundo, conta-se a nossa terra oprimida e devastada” (*Laudato Si'*, 2).

Existe uma relação entre a nossa vida e a da nossa mãe terra; entre a nossa existência e o dom que Deus nos deu. “O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social” (*LS* 48). Ora, tal como dizemos que “se degradam”, assim também podemos dizer que “se apoiam e podem transfigurar”. É uma relação que encerra uma possibilidade tanto de abertura, transformação e vida, como de destruição e morte.



Uma coisa é clara! Não podemos continuar a desinteressar-nos da nossa realidade, dos nossos irmãos, da nossa mãe terra. Não nos é lícito ignorar o que está a acontecer ao nosso redor, como se determinadas situações não existissem ou não tivessem nada a ver com a nossa realidade. Não nos é lícito – mais ainda – não é humano entrar no jogo da cultura do descarté.





Não cessa de ecoar, com força, esta pergunta de Deus a Caim: “Onde está o teu irmão?”. Eu me interrogo se a nossa resposta continuará a ser: “Sou, porventura, guarda de meu irmão?” (Gn 4, 9).

Eu vivo em Roma. No inverno, faz frio. Pode acontecer que, bem pertinho do Vaticano, apareça um idoso, pela manhã, que morreu por causa do frio. Não é notícia em nenhum dos jornais, em nenhuma das crônicas. Um pobre morre por causa do frio e da fome e isso não é notícia, mas se as bolsas das principais capitais do mundo caem dois ou três pontos arma-se um grande escândalo mundial. Eu me pergunto: onde está o teu irmão? E peço-vos que vos façais outra vez, cada um, esta pergunta, e que o façais à universidade: A ti, Universidade Católica, onde está o teu irmão?

Neste contexto universitário, seria bom interrogarmo-nos sobre a nossa educação a respeito desta terra que clama ao céu.

Os nossos centros educativos são uma sementeira, uma possibilidade, terra fértil para cuidar, estimular e proteger. Terra fértil, sedenta de vida.



Convosco, educadores, eu me interrogo: Velais pelos vossos alunos, ajudando-os a desenvolver um espírito crítico, um espírito livre, capaz de cuidar do mundo atual? Um espírito que seja capaz de procurar novas respostas para os múltiplos desafios que a sociedade coloca hoje à humanidade? Sois capazes de os estimular para não se desinteressarem da realidade que os rodeia, não se desinteressarem daquilo que está acontecendo ao redor? Sois capazes de os estimular nisso? Para tal, é preciso tirar-lhes da sala de aula, a sua mente tem de sair da sala de aula, seu coração tem de sair da sala de aula. Como entra, nos currículos universitários ou nas diferentes áreas do trabalho educativo, a vida que nos rodeia com as suas perguntas, suas interpelações, suas controvérsias? Como geramos e acompanhamos o debate construtivo que nasce do diálogo em prol de um mundo mais humano? O diálogo, esta palavra-ponte, esta palavra que cria pontes.

E há uma reflexão que nos envolve a todos, famílias, centros educativos, professores: Como ajudamos os nossos jovens a não olhar um grau universitário como sinónimo de maior posição, sinónimo de mais dinheiro ou maior prestígio social? Não são sinónimos. Ajudamos a ver esta preparação como sinal de maior responsabilidade perante os problemas de hoje, perante o cuidado do mais pobre, perante o cuidado do meio ambiente?

E vós, queridos jovens que estais aqui, presente e futuro do Equador, sois os que tendes que fazer bagunça. Convosco, que sois semente de transformação desta sociedade, gostaria de me interrogar: Sabeis que este tempo de estudo não é só um direito, mas também um privilégio que tendes? Quantos amigos, conhecidos ou desconhecidos, queriam ter um lugar nesta casa, mas, por várias circunstâncias, não conseguiram? Em que medida o nosso estudo nos ajuda e nos leva a ser solidários com eles? Fazei a vós mesmos essas perguntas, queridos jovens.

As comunidades educativas têm um papel fundamental, um papel essencial na construção da cidadania e da cultura. Cuidado, não basta realizar análises, descrições da realidade; é necessário gerar as áreas, espaços de verdadeira pesquisa, debates que gerem alternativas para as problemáticas especialmente de hoje. Como é necessário ir ao concreto!





Perante a globalização do paradigma tecnocrático que tende a “crer que toda a aquisição de poder seja simplesmente progresso, aumento de segurança, de utilidade, de bem-estar, de força vital, de plenitude de valores, como se a realidade, o bem e a verdade desabrochassem espontaneamente do próprio poder da tecnologia e da economia” (LS 105), hoje a vós, a mim, a todos, é-nos pedido, com urgência, que nos animemos a pensar, a debater sobre a nossa situação atual. Digo urgência de que nos animemos a pensar sobre qual cultura, sobre o tipo de cultura que queremos ou pretendemos não só para nós, mas também para os nossos filhos e nossos netos. Esta terra, recebemo-la como herança, como um dom, como um presente. Far-nos-á bem interrogarmo-nos: Como queremos deixá-la? Qual é a orientação, o sentido que queremos dar à existência? Com que finalidade passamos por este mundo? Para que lutamos e trabalhamos? (LS 160). Para que estudamos?

As iniciativas individuais são sempre boas e fundamentais, mas é-nos pedido para dar um passo mais: animar-nos a olhar a realidade organicamente e não de forma fragmentária; a fazer perguntas que nos envolvam a todos, uma vez que “tudo está interligado” (LS 138). Não existe direito à exclusão.

Como Universidade, como centros educativos, como professores e estudantes, a vida desafia-nos a responder a estas duas perguntas: Para que precisa de nós esta terra? Onde está o teu irmão?

Que o Espírito Santo nos inspire e acompanhe, pois foi Ele que nos convocou, convidou, deu a oportunidade e, por sua vez, a responsabilidade de dar o melhor de nós mesmos. Oferece-nos a força e a luz de que precisamos. É o mesmo Espírito que, no primeiro dia da criação, pairava sobre as águas com a vontade de transformar, de dar vida. É o mesmo Espírito que deu aos discípulos a força do Pentecostes. É o mesmo Espírito que não nos abandona, fazendo-Se um conosco para encontrarmos caminhos de vida nova. Seja Ele o nosso companheiro e nosso mestre de viagem! Muito obrigado.





COMPORTAMENTO DE ECOLOGIA HUMANA

Encontro “Escravidão moderna e mudança climática, o compromisso das grandes cidades”

21 de julho de 2015

Agradeço-lhes sinceramente, de coração, pelo trabalho que fizeram. É verdade que tudo girava em torno do tema do cuidado do ambiente, dessa cultura do cuidado do ambiente. Mas essa cultura do cuidado do ambiente não é uma atitude somente – digo no bom sentido – “verde”, não é uma atitude “verde”, é muito mais. Isto é, cuidar do ambiente significa uma atitude de ecologia humana. Ou seja, não podemos dizer: a pessoa está aqui, e a Criação, o ambiente está ali. A ecologia é total, é humana. Isso é o que eu quis expressar na encíclica *Laudato Si'*: que não se pode separar o homem do resto, existe uma relação de incidência mútua, seja do ambiente sobre a pessoa, seja da pessoa no modo como trata o ambiente; e também o efeito de rebote contra o homem, quando o ambiente é maltratado. Por isso, diante de uma pergunta que me fizeram, eu disse: “Não, não é uma encíclica ‘verde’, é uma encíclica social”. Porque, dentro do entorno social, da vida social dos homens, não podemos separar o cuidado do ambiente. Mais ainda, o cuidado do ambiente é uma atitude social, que nos socializa, em um sentido ou outro – cada um pode dar-lhe o valor que quiser –, e, por outro lado, nos faz receber – eu gosto da expressão italiana quando falam do ambiente – do “Criado”, daquilo que nos foi dado como dom, ou seja, o ambiente.

Por outro lado, por que esse convite que me pareceu uma ideia – da Academia de Dom Sánchez Sorondo – muito fecunda, de convidar os prefeitos das grandes cidades e não tão grandes, mas convidá-los aqui para falar disso? Porque uma das coisas que mais se nota quando o ambiente, a Cria-





ção não é cuidada é o crescimento desmedido das cidades. É um fenômeno mundial. É como se as cabeças, as grandes cidades, tornam-se grandes, mas cada vez mais com cinturões de pobreza e de miséria maiores, onde as pessoas sofrem os efeitos de um descuido do ambiente. Nesse sentido, está envolvido o fenômeno migratório. Por que as pessoas vêm para as grandes cidades, para os cinturões das grandes cidades, as *villas miseria*, as *chabolas*, as favelas? Por que isso se arma? Simplesmente, porque o mundo rural para eles já não lhes dá oportunidades. E um ponto que está na encíclica, e com muito respeito, mas deve ser denunciado, é a idolatria da tecnocracia. A tecnocracia leva a despojar o trabalho, cria desemprego, os fenômenos de desemprego são muito grandes, e as pessoas precisam ir migrando, buscando novos horizontes. O grande número de desempregados alerta. Eu não tenho as estatísticas, mas, em alguns países da Europa, especialmente entre os jovens, o desemprego juvenil, dos 25 anos para baixo, passa dos 40% e, em alguns, chega a 50%. Entre 40%, 47% – estou pensando em outro país –, 50%. Estou pensando em outras estatísticas sérias dadas pelos chefes de governo, os chefes de Estado diretamente. E isso, projetado para o futuro, nos faz ver um fantasma, ou seja, uma juventude desempregada. E hoje que horizonte e que futuro se pode oferecer a ela? O que resta a essa juventude? Ou os vícios, ou o tédio, ou não saber o que fazer da sua vida – uma vida sem sentido, muito dura –, ou o suicídio juvenil – as estatísticas de suicídio juvenil não são publicadas na sua totalidade –, ou buscar em outros horizontes, até mesmo em projetos guerrilheiros, um ideal de vida.

Por outro lado, a saúde está em jogo. A quantidade de doenças “raras” – assim são chamadas – que vêm de muitos elementos de fertilização dos campos – ou, sabe-se lá, ainda não se sabem bem as causas –, mas de um excesso de tecnificação. Entre os maiores problemas que estão em jogo é o oxigênio e a água. Isto é, a desertificação de grandes áreas por causa do desmatamento. Aqui ao meu lado está o cardeal arcebispo encarregado da Amazônia brasileira [Claudio Hummes]. Ele pode dizer o que significa um desmatamento hoje em dia na Amazônia, que é o pulmão do mundo. Congo, Amazônia, grandes pulmões do mundo. O desmatamento na minha pátria, há alguns anos – há oito ou nove anos –, me lembro que houve, por parte do governo federal contra uma província, um julgamento para deter um desmatamento que afetava a população. O que acontece quando todos



esses fenômenos de tecnificação excessiva, de não cuidado do ambiente, além dos fenômenos naturais, incidem sobre a migração? O fato de não ter trabalho e, depois, o tráfico de pessoas. É cada vez mais comum o trabalho ilegal, um trabalho sem contrato, um trabalho arranjado por baixo da mesa. Como cresceu! O trabalho ilegal é muito grande, o que significa que uma pessoa não ganha o suficiente para viver. Isso pode provocar atitudes delitivas e tudo o que acontece em uma grande cidade por causa dessas migrações causadas pela tecnificação. Sobretudo, refiro-me ao agronegócio ou ao tráfico de pessoas no trabalho minerário. A escravidão minerária ainda é muito grande e muito forte. E o que significa o uso de certos elementos de lavagem de minerais – arsênico, cianureto – que incidem em doenças da população. Nisso, há uma responsabilidade muito grande. Ou seja, tudo rebota, tudo volta. É o efeito-rebote contra a mesma pessoa. Pode ser o tráfico de pessoas para o trabalho escravo, a prostituição, que são fontes de trabalho para poder sobreviver hoje em dia.

Por isso, alegro-me que vocês tenham refletido sobre esses fenômenos. Eu mencionei alguns, não mais, que afetam as grandes cidades.





Finalmente, eu diria que isso deve interessar às Nações Unidas. Tenho muita esperança na Cúpula de Paris, de novembro, para que se alcance algum acordo fundamental e básico. Tenho muita esperança, mas, no entanto, as Nações Unidas têm de se interessar muito fortemente por esse fenômeno, sobretudo o tráfico de pessoas provocado por esse fenômeno ambiental, a exploração das pessoas. Eu recebi há alguns meses uma delegação de mulheres das Nações Unidas, encarregadas pelo combate à exploração sexual de crianças nos países em guerra. Ou seja, as crianças como objeto de exploração. É outro fenômeno. E as guerras também são um elemento de desequilíbrio do ambiente.

Gostaria de terminar com uma reflexão que não é minha, é do teólogo e filósofo Romano Guardini. Ele fala de duas formas de incultura: a incultura que Deus nos entregou para que nós a transformássemos em cultura e nos deu o mandato de cuidar, e fazer crescer e dominar a terra; e a segunda incultura, quando o homem não respeita essa relação com a terra, não a cuida – é muito claro no relato bíblico, que é uma literatura de tipo místico ali. Quando não a cuida, o homem se apodera dessa cultura e começa a tirá-la do rumo. Ou seja, a incultura a tira do rumo e sai de controle, e forma uma segunda forma de incultura: a energia nuclear é boa, pode ajudar, mas até “aqui” – senão, pensemos em Hiroshima e em Nagasaki, ou seja, já se cria o desastre e a destruição, para dar um exemplo antigo. Hoje em dia, em todas as formas de incultura, como as que vocês abordaram, essa segunda forma de incultura é a que destrói o homem. Um rabino da Idade Média, mais ou menos da época de São Tomás de Aquino – e talvez alguns de vocês já me ouviu falar sobre isso – explicava em um “midrash” o problema da Torre de Babel aos seus fiéis na sinagoga, e dizia que construir a Torre de Babel levou muito tempo e precisou de muito trabalho, principalmente para fazer os tijolos: isso supunha armar a lama, buscar a palha, amassar, cortar, deixar secar, depois pôr no forno, cozinhar. Ou seja, um tijolo era uma joia, valia muito. E iam subindo o tijolo para ir colocando na torre. Quando um tijolo caía, era um problema muito grave, e o culpado ou aquele que descuidou do trabalho e o deixou cair era castigado. Quando caía um operário daqueles que estavam construindo, não acontecia nada. Esse é o drama da segunda forma de incultura: o homem como criador de incultura, e não de cultura.



O homem criador de incultura, porque não cuida do ambiente.

E por que esta convocatória da Pontifícia Academia das Ciências aos prefeitos, *alcaldes*, intendentess das cidades? Porque essa consciência, embora saia do centro para as periferias, o trabalho mais sério e mais profundo é feito a partir da periferia para o centro. Isto é, a partir de vocês para a consciência da humanidade. A Santa Sé ou tal país, ou aquele outro poderão fazer um bom discurso nas Nações Unidas, mas se o trabalho não vier das periferias para o centro, não tem efeito. Daí a responsabilidade dos prefeitos, dos intendentess, dos *alcaldes* das cidades. Por isso, agradeço-lhes muitíssimo por terem se reunido como periferias sumamente sérias desse problema. Cada um de vocês tem dentro da sua cidade coisas como as que eu disse e que vocês têm de governar, solucionar etc. Eu lhes agradeço a colaboração. Dom Sánchez Sorondo me disse que muitos de vocês falaram, e tudo isso é muito rico. Agradeço-lhes e peço ao Senhor que nos dê a todos a graça de poder tomar consciência desse problema da destruição que nós mesmos estamos levando adiante ao não cuidar da ecologia humana, ao não ter uma consciência ecológica como a que nos foi dada no princípio para transformar a primeira incultura em cultura e parar por aí, e não transformar essa cultura em incultura.

Muitíssimo obrigado.





FUNDAMENTOS ESPIRITUAIS PARA O CUIDADO DA CRIAÇÃO

Carta por ocasião da Instituição do

Dia Mundial de Oração pelo cuidado da criação

6 de agosto de 2015

Compartilhando com o amado irmão o Patriarca Ecuménico Bartolomeu as preocupações pelo futuro da criação (cf. Cart. Enc. *Laudato Si'*, 7-9), e acolhendo a sugestão de seu representante, o Metropolita Ioannis de Pérgamo, um dos convidados na apresentação da Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum, desejo comunicar-vos que decidi instituir também na Igreja Católica o “Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação” que, a partir do ano corrente, será celebrado no dia 1º de setembro, assim como já ocorre há tempos na Igreja Ortodoxa.

Como cristãos, queremos oferecer a nossa contribuição para a superação da crise ecológica que a humanidade está vivendo. Por isso devemos, antes de tudo, buscar no nosso rico património espiritual as motivações que alimentam a paixão pelo cuidado da criação, lembrando sempre que para aqueles que creem em Jesus Cristo, Verbo de Deus que se fez homem por nós, “a espiritualidade não está desligada do próprio corpo nem da natureza ou das realidades deste mundo, mas vive com elas e nelas, em comunhão com tudo o que nos rodeia” (*ibid.*, 216). A crise ecológica nos chama, portanto, a uma profunda conversão espiritual: os cristãos são chamados a uma “conversão ecológica, que comporta deixar emergir, nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus” (*ibid.*, 217). De fato, “viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência virtuosa” (*ibid.*).





Anualmente, o Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação oferecerá a cada fiel e às comunidades a preciosa oportunidade para renovar a adesão pessoal à própria vocação de guardião da criação, elevando a Deus o agradecimento pela obra maravilhosa que Ele confiou ao nosso cuidado, invocando a sua ajuda para a proteção da criação e a sua misericórdia pelos pecados cometidos contra o mundo em que vivemos. A celebração deste Dia, na mesma data, com a Igreja Ortodoxa, será uma ocasião profícua para testemunhar a nossa crescente comunhão com os irmãos ortodoxos. Vivemos num tempo em que todos os cristãos enfrentam idênticos e importantes desafios, diante dos quais, para ser mais críveis e eficazes, devemos dar respostas comuns. Por isto, é meu desejo que este Dia também possa envolver, de alguma forma, outras Igrejas e Comunidades eclesiais, e ser celebrado em sintonia com as iniciativas que o Conselho Mundial de Igrejas promove sobre este tema. Ao senhor, Cardeal Turkson,



Presidente do Pontifício Conselho da Justiça e da Paz, peço que leve ao conhecimento das Comissões Justiça e Paz das Conferências Episcopais, bem como dos Organismos nacionais e internacionais comprometidos no âmbito ecológico, a instituição do Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação, para que, em harmonia com as exigências e as situações locais, a celebração seja devidamente organizada com a participação de todo o Povo de Deus: sacerdotes, religiosos, religiosas e fiéis leigos. Para este fim, será de responsabilidade deste Dicastério, em colaboração com as Conferências Episcopais, implementar oportunas iniciativas de promoção e de animação, para que esta celebração anual seja um momento forte de oração, reflexão, conversão e uma oportunidade para assumir estilos de vida coerentes.

Ao senhor, Cardeal Koch, Presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, peço que providencie os contatos necessários com o Patriarcado Ecuménico e com as outras realidades ecuménicas, para que tal Dia Mundial possa tornar-se sinal de um caminho percorrido conjuntamente por todos os que creem em Cristo. Será responsabilidade deste Dicastério, além disso, cuidar da coordenação com iniciativas similares tomadas pelo Conselho Mundial de Igrejas.

Ao fazer votos numa mais ampla colaboração para o bom início e desenvolvimento do Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação, invoco a intercessão da Mãe de Deus, Maria Santíssima, e de São Francisco de Assis, cujo Cântico das Criaturas inspira tantos homens e mulheres de boa vontade a viver no louvor do Criador e no respeito pela criação. Corrobora estes votos a Bênção Apostólica, que de coração concedo a vós, Senhores Cardeais, e a todos aqueles que colaboram no vosso ministério.





USEMOS A MISERICÓRDIA PARA COM A NOSSA CASA COMUM

Mensagem para a celebração do

II Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação

1 de setembro de 2016

Em união com os irmãos e irmãs ortodoxos e com a adesão de outras Igrejas e Comunidades cristãs, a Igreja Católica celebra hoje o “Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação”. A ocorrência tem como objetivo oferecer “a cada fiel e às comunidades a preciosa oportunidade para renovar a adesão pessoal à sua vocação de guardiões da criação, elevando a Deus o agradecimento pela obra maravilhosa que Ele confiou ao nosso cuidado, invocando a sua ajuda para a proteção da criação e a sua misericórdia pelos pecados cometidos contra o mundo em que vivemos”.¹

É muito encorajador que a preocupação com o futuro do nosso planeta seja partilhada pelas Igrejas e comunidades cristãs em conjunto com outras religiões. De facto, nos últimos anos, foram empreendidas muitas iniciativas por autoridades religiosas e organizações para sensibilizar mais a opinião pública sobre os perigos da exploração irresponsável do planeta. Quero aqui mencionar o Patriarca Bartolomeu e o seu antecessor Dimitrios, que durante muitos anos não cessaram de se pronunciar contra o pecado de causar danos à criação, chamando a atenção para a crise moral e espiritual que está na base dos problemas ambientais e da degradação. Em resposta à crescente solicitude pela integridade da criação, a III Assembleia Ecuménica Europeia (*Sibiu*, 2007) propunha que se celebrasse um “Tempo em prol da Criação” com a duração de cinco semanas entre o dia 1 de setembro (memória ortodoxa da criação divina) e 4 de outubro (memória de Francisco de Assis, na Igreja Católica e noutras tradições ocidentais). A partir de então aquela iniciativa, com o apoio do





Conselho Mundial das Igrejas, inspirou muitas atividades ecuménicas em várias partes do mundo.

Deve ser também motivo de alegria o facto de em todo o mundo iniciativas semelhantes, que promovem a justiça ambiental, a solicitude pelos pobres e o serviço responsável à sociedade, terem feito encontrar pessoas, sobretudo jovens, de diferentes contextos religiosos. Cristão ou não, pessoas de fé e de boa vontade, devemos estar unidos manifestando misericórdia para com a nossa casa comum – a terra – e valorizar plenamente o mundo em que vivemos como lugar de partilha e comunhão.

1. A terra clama...

Com esta Mensagem, renovo o diálogo com “cada pessoa que habita neste planeta” sobre os sofrimentos que afligem os pobres e a devastação do meio ambiente. Deus deu-nos de presente um exuberante jardim, mas estamos a transformá-lo numa poluída vastidão de “ruínas, desertos e lixo” (*Laudato Si'*, 161). Não podemos render-nos ou ficar indiferentes perante a perda da biodiversidade e a destruição dos ecossistemas, muitas vezes provocadas pelos nossos comportamentos irresponsáveis e egoístas. “Por nossa causa, milhares de espécies já não darão glória a Deus com a sua existência, nem poderão comunicar-nos a sua própria mensagem. Não temos direito de o fazer” (*ibid.*, 33).

O planeta continua a aquecer, em parte devido à atividade humana: o ano de 2015 foi o ano mais quente de que há registo e, provavelmente, o ano de 2016 sê-lo-á ainda mais. Isto provoca secura, inundações, incêndios e acontecimentos meteorológicos extremos cada vez mais graves. As mudanças climáticas contribuem também para a dolorosa crise dos migrantes forçados. Os pobres do mundo, embora sejam os menos responsáveis pelas mudanças climáticas, são os mais vulneráveis e já sofrem os seus efeitos.



Como salienta a ecologia integral, os seres humanos estão profundamente ligados entre si e à criação na sua totalidade. Quando maltratamos a natureza, maltratamos também os seres humanos. Ao mesmo tempo, cada criatura tem o seu próprio valor intrínseco que deve ser respeitado. Escutemos “tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres” (*ibid.*, 49) e procuremos atentamente ver como se pode garantir uma resposta adequada e célere.

2. ... porque pecamos

Deus deu-nos a terra para a cultivar e guardar (cf. *Gn 2, 15*) com respeito e equilíbrio. Cultivá-la “demasiado” – isto é, explorando-a de maneira míope e egoísta – e guardá-la pouco é pecado.

Com coragem, o amado Patriarca Ecuménico Bartolomeu tem, repetida e profeticamente, posto em evidência os nossos pecados contra a criação: “Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas húmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado”. Porque “um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus”.²

Em face do que está a acontecer à nossa casa, possa o Jubileu da Misericórdia chamar os fiéis cristãos “a uma profunda conversão interior” (*Laudato Si'*, 217) sustentada de modo particular pelo sacramento da Penitência. Neste Ano Jubilar, aprendamos a procurar a misericórdia de Deus para os pecados contra a criação que até agora não soubemos reconhecer nem confessar; e comprometamo-nos a dar passos concretos no caminho da conversão ecológica, que exige uma clara tomada de consciência da responsabilidade que temos para conosco, o próximo, a criação e o Criador (*ibid.*, 10; 229).





3. Exame de consciência e arrependimento

O primeiro passo neste caminho é sempre um exame de consciência, que “implica gratidão e gratuidade, ou seja, um reconhecimento do mundo como dom recebido do amor do Pai, que conseqüentemente provoca disposições gratuitas de renúncia e gestos generosos [...]. Implica ainda a consciência amorosa de não estar separado das outras criaturas, mas de formar com os outros seres do universo uma estupenda comunhão universal. O crente contempla o mundo, não como alguém que está fora dele, mas dentro, reconhecendo os laços com que o Pai nos uniu a todos os seres” (*ibid.*, 220).

A este Pai, cheio de misericórdia e bondade, que aguarda o regresso de cada um dos seus filhos, podemos dirigir-nos reconhecendo os nossos pecados para com a criação, os pobres e as gerações futuras. “Todos nós, na medida em que causamos pequenos danos ecológicos”, somos chamados a reconhecer “a nossa contribuição – pequena ou grande – para a desfiguração e destruição do ambiente”.³ Este é o primeiro passo no caminho da conversão.

Em 2000, também ele um Ano Jubilar, o meu predecessor São João Paulo II convidou os católicos a arrepender-se da intolerância religiosa passada e presente, bem como das injustiças cometidas contra os judeus, as mulheres, os povos indígenas, os imigrantes, os pobres e os nascituros. Neste Jubileu Extraordinário da Misericórdia, convido cada um a fazer algo parecido. Como indivíduos, acostumados a estilos de vida induzidos quer por uma cultura equivocada do bem-estar quer por um “desejo desordenado de consumir mais do que realmente se tem necessidade” (*ibid.*, 123), e como participantes dum sistema que “impôs a lógica do lucro a todo o custo, sem pensar na exclusão social nem na destruição da natureza”,⁴ arrependam-nos do mal que estamos a fazer à nossa casa comum.

Depois dum sério exame de consciência e habitados por tal arrependimento, podemos confessar os nossos pecados contra o Criador, contra a criação, contra os nossos irmãos e irmãs. “O Catecismo da Igreja Católica apresenta-nos o confessionalário como um lugar onde a verdade nos



torna livres para um encontro.”⁵ Sabemos que “Deus é maior do que o nosso pecado”,⁶ do que todos os pecados, incluindo os pecados contra a criação. Confessamo-los, porque estamos arrependidos e queremos mudar. E a graça misericordiosa de Deus, que recebemos no sacramento, ajudar-nos-á a fazê-lo.

4. Mudar de rumo

O exame de consciência, o arrependimento e a confissão ao Pai, rico em misericórdia, levam-nos a um propósito firme de mudar de vida. Isto deve traduzir-se em atitudes e comportamento concretos mais respeitadores da criação, como, por exemplo, fazer uma utilização judiciosa do plástico e do papel, não desperdiçar água, comida e eletricidade, diferenciar o lixo, tratar com desvelo os outros seres vivos, usar os transportes públicos e partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, etc. (Cf. *Laudato Si'*, 211). Não devemos pensar que estes esforços sejam demasiado pequenos para melhorar o mundo. Tais ações “provocam, no seio desta terra, um bem que sempre tende a difundir-se, por vezes invisivelmente” (*ibid.*, 212) e incentivam “um estilo de vida profético e contemplativo, capaz de gerar profunda alegria sem estar obcecado pelo consumo” (*ibid.*, 222).

De igual modo, o propósito de mudar de vida deve permear a maneira como estamos a contribuir para a construção da cultura e da sociedade a que pertencemos: de facto, “o cuidado da natureza faz parte dum estilo de vida que implica capacidade de viver juntos e de comunhão” (*ibid.*, 228). A economia e a política, a sociedade e a cultura não podem ser dominadas por uma mentalidade de curto prazo nem pela busca de imediato benefício financeiro ou eleitoral. Pelo contrário, aquelas devem ser urgentemente reorientadas para o bem comum, que inclui a sustentabilidade e o cuidado da criação.

Um caso concreto é o da “dívida ecológica” entre o Norte e o Sul do mundo [Cf. *ibid.*, 51-52]. A sua restituição exigiria cuidar do meio ambiente dos países mais pobres, fornecendo-lhes recursos financeiros e assistência técnica que os ajudem a gerir as consequências das mudanças climáticas e promover o desenvolvimento sustentável.





A proteção da casa comum requer um consenso político crescente. Neste sentido, é motivo de satisfação o facto de que, em setembro de 2015, as nações da terra adotaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, em dezembro de 2015, aprovaram o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, que se propõe o difícil mas fundamental objetivo de conter a subida da temperatura global. Agora, os governos têm o dever de respeitar os compromissos que assumiram, enquanto as empresas devem responsabilmente cumprir a sua parte, e cabe aos cidadãos exigir que isto aconteça e também se aponte para objetivos cada vez mais ambiciosos.

Assim, mudar de rumo consiste em “respeitar escrupulosamente o mandamento primordial de preservar a criação de todo o mal, tanto para o nosso bem como para o bem de outros seres humanos”.⁷ Há uma pergunta que nos pode ajudar a não perder de vista este objetivo: “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer?” (*Laudato Si'*, 160).





5. Uma nova obra de misericórdia

“Nada une mais a Deus do que um ato de misericórdia [...], quer se trate da misericórdia com que o Senhor nos perdoa os nossos pecados, quer se trate da graça que nos dá para praticarmos as obras de misericórdia em seu nome.”⁸

Parafraseando São Tiago, “a misericórdia sem as obras está morta em si mesma. [...] Devido às mudanças no nosso mundo globalizado, algumas pobreza materiais e espirituais têm-se multiplicado: demos pois espaço à criatividade da caridade para identificar novas modalidades operativas. Dessa forma, o caminho da misericórdia tornar-se-á sempre mais concreto”.⁹

A vida cristã inclui a prática das tradicionais obras de misericórdia corporais e espirituais.¹⁰ “Estamos habituados a pensar nas obras de misericórdia uma a uma e enquanto ligadas a uma obra: hospitais para os doentes, sopa dos pobres para os famintos, abrigos para os que vivem pela estrada, escolas para quem precisa de instrução, o confessionário e a direção espiritual para quem necessita de conselho e perdão... Mas, se as olharmos em conjunto, a mensagem que daí resulta é que a misericórdia tem por objeto a própria vida humana na sua totalidade.”¹¹

Obviamente, a “vida humana na sua totalidade” inclui o cuidado da casa comum. Por isso, tomo a liberdade de propor um complemento aos dois elencos de sete obras de misericórdia, acrescentando a cada um o cuidado da casa comum.

Como obra de misericórdia espiritual, o cuidado da casa comum requer “a grata contemplação do mundo” (*Laudato Si'*, 214) que “nos permite descobrir qualquer ensinamento que Deus nos quer transmitir através de cada coisa” (*ibid.*, 85). Como obra de misericórdia corporal, o cuidado da casa comum requer aqueles “simples gestos quotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo” e se manifesta o amor “em todas as ações que procuram construir um mundo melhor” (*ibid.*, 230; 231).





6. Para concluir, rezemos

Apesar dos nossos pecados e os desafios tremendos que temos pela frente, nunca percamos a esperança: “O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado [...], porque Se uniu definitivamente à nossa terra e o seu amor sempre nos leva a encontrar novos caminhos” (*ibid.*, 13; 245). No dia 1 de setembro em particular, e depois no resto do ano, rezemos:

“Ó Deus dos pobres,
ajudai-nos a resgatar os abandonados
e esquecidos desta terra
que valem tanto aos vossos olhos [...].
Ó Deus de amor,
mostrai-nos o nosso lugar neste mundo
como instrumentos do vosso carinho
por todos os seres desta terra” (*ibid.*, 246).

Ó Deus de misericórdia, concedei-nos a graça de receber o vosso perdão
e transmitir a vossa misericórdia em toda a nossa casa comum.

Louvado sejais.

Amém.



Fontes

- 1 Carta para a instituição do “Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação” (6 de agosto de 2015).
- 2 Discurso em Santa Bárbara, Califórnia (8 de novembro de 1997).
- 3 Bartolomeu I, Mensagem para o Dia de Oração pela Salvaguarda da Criação (1 de setembro de 2012).
- 4 Discurso, II Encontro Mundial dos Movimentos Populares, Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), 9 de julho de 2015.
- 5 Terceira Meditação, Exercícios Espirituais por ocasião do Jubileu dos Sacerdotes, Basílica de São Paulo Extramuros, 2 de junho de 2016.
- 6 Audiência Geral, 30 de março de 2016.
- 7 Bartolomeu I, Mensagem para o Dia de Oração pela Salvaguarda da Criação (1 de setembro de 1997).
- 8 Primeira Meditação, Exercícios Espirituais por ocasião do Jubileu dos Sacerdotes, Basílica de São João de Latrão, 2 de junho de 2016.
- 9 Audiência Geral, 30 de junho de 2016.
- 10 As corporais são: dar de comer aos famintos, dar de beber aos sedentos, vestir os nus, acolher os peregrinos, dar assistência aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos. As espirituais são: aconselhar os indecisos, ensinar os ignorantes, admoestar os pecadores, consolar os aflitos, perdoar as ofensas, suportar com paciência as pessoas molestas, rezar a Deus pelos vivos e defuntos.
- 11 Terceira Meditação, Exercícios Espirituais por ocasião do Jubileu dos Sacerdotes, Basílica de São Paulo Extramuros, 2 de junho de 2016.





ECOLOGIA INTEGRAL

Discurso aos participantes no Encontro

“América em Diálogo – Nossa Casa Comum”

8 de setembro de 2016

É-me grato dar as boas-vindas a todos vós, participantes neste Primeiro encontro: América em diálogo — Nossa casa comum, que tem lugar aqui em Roma. Agradeço à “Organización de los Estados Americanos” e ao “Instituto del Diálogo Interreligioso” de Buenos Aires, os esforços envidados para fazer deste evento uma realidade, e também ao Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso, a sua colaboração. Sei que trabalhais conjuntamente no projeto de constituição de um Instituto de diálogo que abranja todo o Continente americano. Trabalhar em conjunto é uma iniciativa louvável, e exorto-vos a progredir não apenas para o bem da América, mas do mundo inteiro.

Este primeiro encontro concentrou-se no estudo da Encíclica *Laudato Si'*. Nela eu quis chamar a atenção sobre a importância de amar, respeitar e salvaguardar a nossa casa comum. Não podemos deixar de admirar a beleza e a harmonia que existem em toda a criação; é o dom que Deus nos oferece, a fim de que o possamos encontrar e contemplar na sua obra. É importante apostar numa “ecologia integral”, na qual o respeito pelas criaturas valorize a riqueza que elas encerram em si mesmas, colocando o ser humano como ápice da criação.

As religiões têm um papel muito importante a desempenhar nesta tarefa de promoção da salvaguarda e do respeito pelo meio ambiente, sobretudo nesta ecologia integral. A fé em Deus leva-nos a reconhecê-lo na sua criação, que é fruto do seu Amor por nós, e convida-nos a cuidar da natureza e a protegê-la. Por isso, é necessário que as religiões promovam uma educação autêntica, a todos os níveis, que ajude a propagar uma atitude res-





ponsável e atenta em relação às exigências do cuidado do nosso mundo; e, de maneira particular, a tutelar, promover e defender os direitos humanos (cf. Encíclica *Laudato Si'*, n. 201). Por exemplo, uma questão interessante seria se cada um dos participantes se interrogasse como integrou tudo isto no seu país, na sua cidade, no seu ambiente, ou no seu credo religioso, na sua comunidade religiosa, nas escolas. Creio que nisto ainda estamos a nível de “creche”. Ou seja, integrar a responsabilidade não só como matéria, mas também como consciência, numa educação integral.

As nossas tradições religiosas constituem uma necessária fonte de inspiração para fomentar uma cultura do encontro. É fundamental a cooperação inter-religiosa, assente na promoção de um diálogo sincero e respeitador. Se não houver respeito recíproco, não haverá diálogo inter-religioso. Recordo que, quando eu era criança, na minha cidade, um pároco daquele lugar ordenou que queimassem as tendas dos evangélicos, mas graças a Deus o problema foi resolvido; se não houver respeito mútuo, não poderá existir diálogo inter-religioso: este é o fundamento para poder caminhar juntos e enfrentar os desafios. Este diálogo baseia-se na própria identidade e na confiança recíproca, que nasce quando eu me torno capaz de reconhecer o outro como um dom de Deus e aceito que ele tem algo para me dizer. O outro tem algo para me dizer! Cada encontro com o próximo é uma pequena semente que se lança; se ela for irrigada com um esmero assíduo e respeitoso, fundamentado na verdade, crescerá até se tornar uma árvore frondosa, e dará numerosos frutos; ela dará amparo e alimento a todos, sem excluir ninguém, e nela todos farão parte de um projeto comum, unindo os seus esforços e as suas aspirações.

Neste caminho de diálogo, somos testemunhas da bondade de Deus, que nos deu a vida; a vida é sagrada e deve ser respeitada, não desprezada. Aquele que crê é um defensor da criação e da vida, e não pode permanecer mudo ou de braços cruzados diante dos numerosos direitos impunemente anulados; o homem e a mulher de fé são chamados a defender a vida em todas as suas fases, a integridade física e as liberdades fundamentais, como a liberdade de consciência, de pensamento, de expressão e de religião. É um dever que temos, porque acreditamos que Deus é o artífice da criação e nós, instrumentos nas suas mãos para fazer com que todos os homens e todas as mulheres sejam respeitados na sua dignidade e nos respetivos direitos, e possam realizar-se como pessoas. O mundo observa-nos



constantemente, a nós crentes, para averiguar qual é a nossa atitude em relação à casa comum e aos direitos humanos; além disso, exige que colaboremos entre nós e com os homens e as mulheres de boa vontade, que não professam religião alguma, a fim de darmos respostas eficazes aos numerosos flagelos do nosso mundo, como a guerra e a fome, a miséria que angustia milhões de pessoas, a crise ambiental, a violência, a corrupção e a degradação moral, a crise da família e da economia, e acima de tudo a falta de esperança. O mundo de hoje sofre e tem necessidade da nossa ajuda comum, como no-la pede. Compreendeis que isto está à distância anos-luz de qualquer noção proselitista?





Além disso, constatamos com amargura que às vezes o nome da religião é utilizado para cometer atrocidades, como o terrorismo, e para semear medo e violência e, por conseguinte, as religiões são indicadas como responsáveis pelo mal que nos circunda. É preciso condenar de maneira conjunta e decidida essas ações abomináveis, e afastar-se de tudo aquilo que procura envenenar os espíritos, dividir e destruir a convivência; é necessário indicar os valores positivos inerentes às nossas tradições religiosas para oferecer uma sólida contribuição de esperança. Por tal motivo, encontros como este são importantes. É preciso que compartilhem as dores, assim como as esperanças, para podermos caminhar juntos, cuidando uns dos outros, e também da criação, na defesa e na promoção do bem comum. Como seria bom deixar o mundo melhor do que era quando o encontramos. Num diálogo que teve lugar há dois anos, um entusiasta do cuidado da casa comum disse: temos o dever de deixar aos nossos filhos um mundo melhor. Mas o outro respondeu: ainda haverá filhos?





Por fim, este encontro realiza-se durante o ano dedicado ao Jubileu da Misericórdia; ele tem um valor universal, que inclui tanto os crentes como aqueles que não acreditam, porque o amor misericordioso de Deus não tem limites: nem de cultura, nem de raça, nem de língua, nem de religião: abrange todos os que sofrem no corpo e no espírito. Além disso, o amor de Deus abarca a criação inteira; e nós, como crentes, temos a responsabilidade de defender, cuidar e curar os necessitados. Que a circunstância do Ano jubilar seja um ensejo para abrir ulteriores espaços de diálogo, para ir ao encontro do irmão que sofre, assim como para lutar a fim de que a nossa casa comum seja uma família, onde haja lugar para todos, onde ninguém seja excluído nem eliminado. Cada ser humano é a maior dádiva que Deus nos pode conceder.

Convido-vos a trabalhar e a promover iniciativas de modo conjunto para adquirir, todos unidos, a consciência do cuidado e da salvaguarda da casa comum, edificando um mundo cada vez mais humano, onde ninguém está em excesso e todos são necessários. E peço a Deus que abençoe todos nós!







DIREITO HUMANO À ÁGUA

Discurso aos participantes do Seminário
sobre o Direito à Água

24 de fevereiro de 2017

Saúdo todos vós aqui presentes e agradeço-vos a vossa participação neste encontro a propósito da problemática do direito humano à água e da exigência de políticas públicas que possam fazer face a esta realidade. É significativo que vos reunais para apresentar os vossos conhecimentos e os vossos meios, com a finalidade de dar uma resposta a tal necessidade, a esta problemática que o homem de hoje vive.

Como lemos no livro do Génesis, a água está no princípio de tudo (cf. Gn 1, 2); é “criatura útil, pura e humilde”, fonte de vida e de fecundidade (cf. São Francisco de Assis, *Cântico das Criaturas*). Por esse motivo, a questão que tratais não é marginal, mas fundamental e muito urgente. Fundamental porque onde há água há vida, e então a sociedade pode formar-se e progredir. E urgente porque a nossa casa comum tem necessidade de tutela e, além disso, que se compreenda que nem toda a água é vida: somente a água segura e de qualidade — prosseguindo com a figura de São Francisco: a água “que serve com humildade”, a água “pura”, não poluída.

Todas as pessoas têm direito ao acesso à água potável e segura; trata-se de um direito humano essencial e uma das problemáticas cruciais do mundo contemporâneo (cf. Carta Encíclica *Laudato Si'*, 30; Carta Encíclica *Caritas in veritate*, 27). É doloroso quando na legislação de um país, ou de um grupo de países, a água não é considerada um direito humano. É ainda mais doloroso quando se revoga aquilo que estava escrito, negando este direito humano. É um problema que diz respeito a todos e leva a nossa casa comum a suportar tanta miséria e a reclamar soluções eficazes, verdadeiramente capazes de superar os egoísmos que impedem a prática deste direito vital para todos os seres humanos. É necessário atribuir à água a centralidade que ela merece no âmbito das políticas públicas.





O nosso direito à água constitui também um dever para com a água. Do direito que a ela temos deriva inclusive uma obrigação que lhe está vinculada e dela não se pode separar. É imprescindível anunciar este direito humano essencial e defendê-lo — como atualmente se está a fazer —, mas também agir de modo concreto, assegurando um compromisso político e jurídico a favor da água. Neste sentido, cada Estado é chamado a concretizar, inclusive mediante instrumentos jurídicos, quanto foi indicado pelas Resoluções aprovadas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 2010, acerca do direito humano à água potável e à higiene. Por outro lado, todos os protagonistas não estatais devem assumir as responsabilidades que lhes são próprias em relação a tal direito.

O direito à água é determinante para a sobrevivência das pessoas (cf. *ibidem*, n. 30) e decide o futuro da humanidade. É prioritário também educar as próximas gerações a propósito da gravidade desta realidade. A formação da consciência constitui uma tarefa difícil; exige convicção e dedicação. Questiono-me então se, no meio desta “terceira guerra mundial em pedaços”, que hoje estamos a viver, não caminhamos porventura rumo à grande guerra mundial pela água.





Os números que a Organização das Nações Unidas revelam são impressionantes e não nos podem deixar indiferentes: mil crianças morrem cada dia por causa de doenças ligadas à água; milhões de pessoas bebem água poluída. Trata-se de dados muito graves; é preciso impedir e inverter esta situação. Ainda não é tarde, mas é urgente que nos tornemos conscientes da necessidade da água e do seu valor essencial para o bem da humanidade.

O respeito pela água constitui a condição para o exercício dos outros direitos humanos (cf. *ibidem*, n. 30). Se respeitarmos esse direito como fundamental, lançaremos as bases para proteger os demais direitos. Mas se violarmos este direito essencial, como poderemos velar sobre os outros e lutar por eles? Neste compromisso de conferir à água o lugar que lhe corresponde, é necessária uma cultura do cuidado (cf. *ibidem*, n. 231) — parece algo poético mas, claramente, a criação é uma “poiesis”, aquela *cultura do cuidado* que é criativa — e, além disso, promover uma cultura do encontro, no qual se unam a favor de uma causa comum todas as forças necessárias de cientistas e empresários, de governantes e políticos. É preciso unir todas as nossas vozes a favor de uma única causa; já não serão vozes individuais nem isoladas, mas o clamor do irmão que reclama através de nós, o grito da terra que exige o respeito e a partilha responsável de um bem, que pertence a todos. Nessa cultura do encontro, é imprescindível a ação de cada Estado, como garante do acesso universal à água segura e de qualidade.

Deus Criador não nos abandona neste trabalho para proporcionar a todos e a cada um o acesso à água potável e segura. No entanto, o trabalho é nosso, a responsabilidade é nossa! Faço votos para que este seminário constitua uma ocasião propícia a fim de que as vossas convicções sejam fortalecidas e de que o encerreis com a certeza de que o vosso trabalho é necessário e prioritário para que também outras pessoas possam viver. Trata-se de um ideal pelo qual vale a pena lutar e trabalhar! Com o nosso “pouco”, contribuiremos para fazer com que a nossa casa comum se torne mais habitável, mais solidária e mais esmerada, onde ninguém seja descartado nem excluído, mas onde todos beneficiemos dos bens necessários para viver e para crescer em dignidade. E não nos esqueçamos dos dados, dos números apresentados pela Organização das Nações Unidas. Não nos esqueçamos de que cada dia mil crianças, cada dia, morrem por causa de doenças ligadas à água.

Obrigado!





RESPEITO, RESPONSABILIDADE E RELAÇÃO

Mensagem por ocasião do Congresso Internacional

“*Laudato Si’* e Grandes Cidades”

13 de julho de 2017

Na Carta encíclica *Laudato Si’* faço referência a várias necessidades físicas que o homem de hoje tem nas grandes cidades e que precisam de ser enfrentadas com respeito, responsabilidade e relação. São três “R” que ajudam a interagir de maneira conjunta face aos imperativos mais fundamentais da nossa convivência.

O respeito é a atitude fundamental que o homem deve ter com a criação. Recebemo-la como dom precioso e devemos esforçar-nos para que as gerações futuras possam continuar a admirá-la e desfrutá-la. Devemos ensinar e transmitir este cuidado. São Francisco de Assis afirmava no seu Cântico das Criaturas: “Louvado sejas, ó meu Senhor, pela irmã água, a qual é muito útil e humilde e preciosa e casta”. Esses adjetivos expressam a beleza e importância desse elemento, que é indispensável para a vida. Como outros elementos criados, a água potável e límpida é expressão do amor atento e providente de Deus por todas as suas criaturas, sendo um direito fundamental, que qualquer sociedade deve garantir (cf. *Laudato Si’*, 30). Quando não se lhe presta a atenção que merece transforma-se em fonte de enfermidades e a sua escassez põe em perigo a vida de milhões de pessoas. É um dever de todos criar na sociedade uma consciência de respeito pelo que nos circunda; isto beneficia a nós e às gerações futuras.

A responsabilidade em relação à criação é a maneira como devemos interagir com ela e constitui uma das nossas tarefas primordiais. Não podemos ficar de braços cruzados, quando advertimos uma grave diminuição da qualidade do ar ou o aumento da produção de resíduos que não são







adequadamente tratados. Tais realidades são a consequência de uma forma irresponsável de manipular a criação e chamam-nos a exercer uma responsabilidade ativa para o bem de todos. Além disso, verificamos uma indiferença em relação à nossa casa comum e, lamentavelmente, a tantas tragédias e necessidades que afligem os nossos irmãos e irmãs. Essa passividade demonstra a “perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil” (*Laudato Si'*, 25). Cada país e governo deveria incentivar nos seus cidadãos maneiras de agir responsáveis para que, com criatividade, possam interagir e favorecer a criação de uma casa mais habitável e saudável. Se cada um fizesse o pouco que lhe compete na sua responsabilidade, muito se beneficiaria.

Observa-se nas grandes cidades, como também nas áreas rurais, uma crescente falta de relação. Independentemente da causa que o origina, o fluxo constante de pessoas gera uma sociedade mais plural, multicultural, que é um bem, produz riqueza e crescimento social e pessoal; mas faz também com que esta sociedade seja cada vez mais fechada e desconfiada. A falta de raízes e o isolamento de algumas pessoas são formas de pobreza, que podem degenerar em guetos e causar violência e injustiça. Em contrapartida, o homem está chamado a amar e a ser amado, estabelecendo vínculos de pertença e laços de unidade entre todos os seus semelhantes. É importante que a sociedade trabalhe conjuntamente em âmbito político, educativo e religioso para criar relações humanas mais calorosas, que abatam os muros que isolam e marginalizam. Isto pode ser obtido através de agrupamentos, escolas, paróquias, etc., que sejam capazes de construir com a sua presença uma rede de comunhão e de pertença, para favorecer uma convivência melhor e conseguir superar tantas dificuldades. Desta forma, “qualquer lugar deixa de ser um inferno e torna-se o contexto duma vida digna” (*ibid.*, 148).

Recomendo à intercessão da Virgem Santa, rainha do céu e da terra, estas jornadas de estudo e de reflexão. Que o seu conselho e guia oriente as decisões que forem tomadas a favor de uma ecologia integral que proteja a nossa casa comum e construa uma civilização cada vez mais humana e solidária.

Por favor, peço-vos que rezeis por mim; e rogo ao Senhor que vos abençoe.





NOVOS ESTILOS DE VIDA

Mensagem conjunta do Papa Francisco e do Patriarca Ecuménico Bartolomeu na Jornada Mundial de Oração pela Criação
1 de setembro de 2017

A narração da criação oferece-nos uma visão panorâmica do mundo. A Sagrada Escritura revela que, “no princípio”, Deus designou a humanidade como cooperadora na guarda e proteção do ambiente natural. Ao início, como lemos no Génesis (2, 5), “ainda não havia arbusto algum pelos campos, nem sequer uma planta germinara ainda, porque o Senhor Deus ainda não tinha feito chover sobre a terra, e não havia homem para a cultivar”. A terra foi-nos confiada como dom sublime e como herança, cuja responsabilidade todos compartilhamos até que, “no fim”, todas as coisas no céu e na terra sejam restauradas em Cristo (cf. *Ef 1, 10*). A dignidade e a prosperidade humanas estão profundamente interligadas com a solicitude por toda a criação.

“No período intermédio”, porém, a história do mundo apresenta uma situação muito diferente. Revela-nos um cenário moralmente decadente, em que as nossas atitudes e comportamentos para com a criação ofuscam a vocação de ser cooperadores de Deus. A nossa tendência a romper os delicados e equilibrados ecossistemas do mundo, o desejo insaciável de manipular e controlar os limitados recursos do planeta, a avidez de retirar do mercado lucros ilimitados: tudo isto nos alienou do desígnio original da criação. Deixamos de respeitar a natureza como um dom compartilhado, considerando-a, ao invés, como posse privada. O nosso relacionamento com a natureza já não é para a sustentar, mas para a subjugar a fim de alimentar as nossas estruturas.





As consequências desta visão alternativa do mundo são trágicas e duradouras. O ambiente humano e o ambiente natural estão a deteriorar-se conjuntamente, e essa deterioração do planeta pesa sobre as pessoas mais vulneráveis. O impacto das mudanças climáticas repercute-se, antes de mais nada, sobre aqueles que vivem pobremente em cada ângulo do globo. O dever que temos de usar responsabilmente dos bens da terra implica o reconhecimento e o respeito por cada pessoa e por todas as criaturas vivas. O apelo e o desafio urgentes a cuidar da criação constituem um convite a toda a humanidade para trabalhar por um desenvolvimento sustentável e integral.



Por isso, unidos pela mesma preocupação com a criação de Deus e reconhecendo que a terra é um bem dado em comum, convidamos ardorosamente todas as pessoas de boa vontade a dedicar, no dia 1 de setembro, um tempo de oração pelo ambiente. Nesta ocasião, desejamos elevar uma ação de graças ao benévolo Criador pelo magnífico dom da criação e comprometer-nos a cuidar dele e preservá-lo para o bem das gerações futuras. Sabemos que, no fim de contas, é em vão que nos afadigamos, se o Senhor não estiver ao nosso lado (cf. *Sal 126/127*), se a oração não estiver no centro das nossas reflexões e celebrações. Na verdade, um dos objetivos da nossa oração é mudar o modo como percebemos o mundo, para mudar a forma como nos relacionamos com o mundo. O fim a que nos propomos é ser audazes em abraçar, nos nossos estilos de vida, uma maior simplicidade e solidariedade.

A quantos ocupam uma posição de relevo em âmbito social, económico, político e cultural, dirigimos um apelo urgente a prestar responsabilmente ouvidos ao grito da terra e a cuidar das necessidades de quem está marginalizado, mas sobretudo a responder à súplica de tanta gente e apoiar o consenso global para que seja sanada a criação ferida. Estamos convencidos de que não poderá haver uma solução genuína e duradoura para o desafio da crise ecológica e das mudanças climáticas, sem uma resposta concertada e coletiva, sem uma responsabilidade compartilhada e capaz de prestar contas do seu agir, sem dar prioridade à solidariedade e ao serviço.





CONSCIÊNCIA RESPONSÁVEL EM RELAÇÃO À NOSSA CASA COMUM

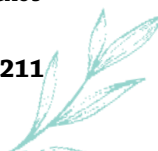
Mensagem à Conferência das Nações Unidas
sobre as Mudanças Climáticas
6 de novembro de 2017

Há pouco menos de dois anos a comunidade internacional reuniu-se no âmbito deste foro da UNFCC, com grande parte dos seus máximos representantes governamentais, e depois de um longo e complexo debate chegou à adoção do histórico Acordo de Paris. Ele alcançou um consenso sobre a necessidade de iniciar uma estratégia partilhada para contrastar um dos fenómenos mais preocupantes que a nossa humanidade está a viver: a mudança climática.

A vontade de dar continuidade a este consenso foi depois realçada pela velocidade com a qual o mesmo Acordo de Paris entrou em vigor, depois de menos de um ano da sua adoção.

O Acordo indica um claro percurso de transição rumo a um modelo de desenvolvimento económico com um consumo de carbono baixo ou nulo, encorajando à solidariedade e recorrendo aos vínculos fortes que existem entre a luta contra a mudança climática e a pobreza. Essa transição é depois ulteriormente solicitada pela urgência climática que requer maior engajamento da parte dos países, alguns dos quais deverão procurar assumir o papel de guia desta transição, preocupando-se com as necessidades das populações mais vulneráveis.

Nestes dias estais reunidos em Bonn, a fim de levar por diante outra fase importante do Acordo de Paris: o processo de definição e construção de linhas-guia, regras e mecanismos institucionais para que ele seja realmente eficaz e capaz de contribuir para a consecução dos objetivos complexos





a que se propõe. Num percurso como este, é necessário manter alta a vontade de colaboração. Nesta perspectiva, desejo reafirmar o meu “convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. [...] Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados [por vários motivos que] vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas” (cf. Enc. *Laudato Si'*, 14).

Deveríamos evitar cair nestas quatro atitudes iníquas, que certamente não ajudam a busca honesta nem o diálogo sincero e produtivo sobre a construção do futuro do nosso planeta: negação, indiferença, resignação e confiança em soluções inadequadas. Por outro lado, não podemos limitar-nos unicamente à dimensão económica e tecnológica: as soluções técnicas são necessárias mas insuficientes; é essencial e obrigatório ter atentamente em consideração também os aspetos e os impactos éticos e sociais do novo paradigma de desenvolvimento e de progresso a curto, médio e longo prazo.

Nessa perspectiva, torna-se necessário prestar cada vez mais atenção à educação e aos estilos de vida caracterizados por uma ecologia integral, capaz de assumir uma visão de busca honesta e de diálogo aberto no qual se entrelacem as várias dimensões do Acordo de Paris. Ele, é bom recordá-lo, “chama-nos para a grave responsabilidade [...] de agir sem demora, de maneira mais livre possível de pressões políticas e económicas, superando interesses e comportamentos particularistas” (cf. Mensagem à COP22). Trata-se, concretamente, de fazer propagar uma “consciência responsável” em relação à nossa casa comum (cf. Enc. *Laudato Si'*, 202; 231) através da contribuição de todos, na explicitação das diferentes formas de ação e de parceria entre os vários stakeholders, algumas das quais não deixam de evidenciar o engenho do ser humano a favor do bem comum.

Ao transmitir a minha saudação a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a todos os participantes nesta Conferência, faço votos de que, com a



sua influente guia e a das Ilhas Fiji, os trabalhos destes dias sejam animados pelo mesmo espírito colaborativo e propositivo manifestado durante a COP21. Isto permitirá acelerar a tomada de consciência e consolidar a vontade de adotar decisões realmente eficazes para contrastar o fenómeno das mudanças climáticas e, contextualmente, combater a pobreza e promover um verdadeiro desenvolvimento humano integral. Neste compromisso vos ampare a sábia providência do Altíssimo.



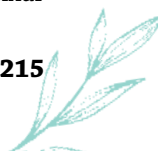


CONVERSÃO ECOLÓGICA

Discurso aos participantes na Conferência Internacional por ocasião do Terceiro Aniversário da Encíclica *Laudato Si'*.
6 de julho de 2018

Dou as minhas boas-vindas a todos vós, por ocasião da Conferência Internacional convocada no terceiro aniversário da publicação da Carta Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum. Gostaria de saudar de maneira especial Sua Eminência, o Arcebispo Zizioulas, porque foi ele com o Cardeal Turkson que, juntos, apresentaram a Encíclica há três anos. Obrigado por vos terdes reunido para “escutar com o coração” o clamor cada vez mais angustiado da terra e dos seus pobres em busca de ajuda e responsabilidades, e para dar testemunho da grande urgência de acolher o apelo da Encíclica a uma mudança, a uma conversão ecológica. O vosso é um testemunho a favor do compromisso inadiável a agir concretamente para salvar a Terra e a vida sobre ela, a começar pelo pressuposto que “tudo está ligado”, conceito-guia da Encíclica, na base da ecologia integral. Também nesta perspectiva podemos ler a chamada que Francisco de Assis recebeu do Senhor na igreja de São Damião: “Vai e repara a minha casa que, como vês, está em ruínas”. Hoje, inclusive a “casa comum”, que é o nosso planeta, tem urgente necessidade de ser reparado e garantido para um futuro sustentável.

Nas últimas décadas, a comunidade científica elaborou neste sentido avaliações cada vez mais exatas. “O ritmo de consumo, desperdício e alteração do meio ambiente superou de tal maneira as possibilidades do planeta, que o estilo de vida atual — por ser insustentável — só pode desembocar em catástrofes, como aliás já está a acontecer periodicamente em várias regiões” (Enc. *Laudato Si'*, 161). Existe o perigo real de deixar





às gerações vindouras escombros, desertos e imundície. Portanto, faço votos a fim de que esta preocupação pela condição da nossa casa comum se traduza numa ação orgânica e concertada de ecologia integral. Com efeito, “a atenuação dos efeitos do desequilíbrio atual depende do que fizermos agora” (*ibidem*). A humanidade dispõe dos conhecimentos e dos meios para colaborar em vista desta finalidade e, com responsabilidade, “cultivar e conservar” a Terra de maneira responsável. A este propósito, é significativo que o vosso debate se refira também a alguns acontecimentos-chave do corrente ano. A Cimeira Cop24 sobre o clima, programada para Katowice (Polónia) em dezembro próximo, pode ser um marco miliário no caminho traçado pelo Acordo de Paris de 2015. Todos sabemos que há muito a fazer para a atuação daquele Acordo. Todos os governos deveriam esforçar-se para honrar os compromissos assumidos em Paris, a fim de evitar as piores consequências da crise climática. “A redução de gases com efeito de estufa requer honestidade, coragem e responsabilidade, sobretudo dos países mais poderosos e mais poluidores” (*ibid.*, n. 169). Não podemos permitir-nos perder tempo neste processo. Para além dos Estados, são interpelados outros protagonistas: autoridades locais, grupos da sociedade civil, instituições económicas e religiosas podem favorecer a cultura e a praxe ecológica integral. Faço votos para que eventos como, por exemplo, o Summit sobre a ação global para o clima, programado de 12 a 14 de setembro em São Francisco, ofereçam respostas adequadas, com o apoio de grupos de pressão de cidadãos em todas as partes do mundo. Como afirmamos juntamente com Sua Santidade o Patriarca Ecuménico Bartolomeu, “não poderá haver uma solução genuína e duradoura para o desafio da crise ecológica e das mudanças climáticas sem uma resposta concertada e coletiva, sem uma responsabilidade compartilhada e capaz de prestar contas do seu agir, sem dar prioridade à solidariedade e ao serviço” (Mensagem Conjunta para o Dia Mundial de Oração pela Criação, 1 de setembro de 2017).

Também as instituições financeiras têm um papel importante a desempenhar, quer como parte do problema quer como da sua solução. É necessária uma mudança do paradigma financeiro para promover o desenvolvimento humano integral. As organizações internacionais, como por exemplo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, podem favorecer reformas eficazes para um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. A esperança



é de que “as finanças [...] voltem a ser um instrumento que tenha em vista a melhor produção de riqueza e o desenvolvimento” (Bento XVI, Enc. *Caritas in veritate*, 65), assim como o cuidado do meio ambiente.

Todas essas ações pressupõem uma transformação a um nível mais profundo, ou seja, uma mudança dos corações, uma mudança das consciências. Como pôde dizer São João Paulo II: “É preciso [...] encorajar e promover a conversão ecológica” (*Catequese*, 17 de janeiro de 2001). E nisso as religiões, em particular as Igrejas cristãs, têm um papel-chave a desempenhar. O Dia de Oração pela Criação e as iniciativas com ele ligadas, promovidas no âmbito da Igreja ortodoxa, vão-se propagando nas comunidades cristãs em todas as partes do mundo. Finalmente, o confronto e o compromisso a favor da nossa casa comum deve reservar um espaço de relevo a dois grupos de pessoas que estão na primeira linha no desafio ecológico integral e que estarão no centro dos dois próximos Sínodos da Igreja católica: os jovens e os povos indígenas, de maneira particular os da Amazônia. Por um lado, “os jovens exigem de nós uma mudança; interrogam-se como se pode pretender construir um futuro melhor sem pensar na crise do meio ambiente e nos sofrimentos dos excluídos” (*Laudato Si'*, 13). São os jovens que deverão enfrentar as consequências da atual crise ambiental e climática. Portanto, a solidariedade intergeracional não é “uma atitude opcional, mas uma questão essencial de justiça, pois a terra que recebemos pertence também àqueles que hão de vir” (*ibid.*, n. 159). Por outro lado, “é indispensável prestar atenção especial às comunidades aborígenes, com as suas tradições culturais” (*ibid.*, n. 146). É triste ver as terras dos povos indígenas expropriadas e as suas culturas espezinhas por uma atitude predatória, por novas formas de colonialismo, alimentadas pela cultura do desperdício e pelo consumismo (cf. Sínodo dos Bispos, Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral, 8 de junho de 2018). “Com efeito, para eles, a terra não é um bem económico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam de interagir para manter a sua identidade e os seus valores” (*Laudato Si'*, 146). Quanto podemos aprender deles! A vida dos povos indígenas é “memória viva da missão que Deus nos confiou a todos: cuidar da Casa Comum” (Discurso no encontro com os povos indígenas, Puerto Maldonado, 19 de janeiro de 2018).





Caros irmãos e irmãs, os desafios são abundantes! Exprimo a minha sentida gratidão pelo vosso trabalho ao serviço do cuidado da criação, e de um porvir melhor para os nossos filhos e netos. Às vezes poderia parecer um empreendimento muito árduo, porque “há demasiados interesses particulares e, com muita facilidade, o interesse económico chega a prevalecer sobre o bem comum e a manipular a informação para não ver afetados os seus projetos” (*Laudato Si'*, 54); mas “os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se” (*ibid.*, n. 205). Por favor, continuai a trabalhar em vista da “mudança radical exigida pelas circunstâncias atuais” (*ibid.*, n. 171). “A injustiça não é invencível” (*ibid.*, n. 74).



São Francisco de Assis continue a inspirar-nos e a guiar-nos neste caminho, e “as nossas lutas e a nossa preocupação por este planeta não nos tirem a alegria da esperança” (*ibid.*, n. 244). No fundo, o alicerce da nossa esperança repousa na fé no poder do nosso Pai celestial. Ele, “que nos chama a uma generosa entrega e a oferecer-lhe tudo, também nos dá as forças e a luz de que necessitamos para prosseguir. No coração deste mundo, permanece presente o Senhor da vida, que tanto nos ama. Ele não nos abandona, não nos deixa sozinhos, porque se uniu definitivamente à nossa terra e o seu amor sempre nos leva a encontrar novos caminhos. Que Ele seja louvado!” (*ibid.*, n. 245).

Abençoo-vos. E, por favor, não vos esqueçais de rezar por mim. Obrigado!





NÃO TEMOS SABIDO GUARDAR A CRIAÇÃO COM RESPONSABILIDADE

Mensagem para a celebração do Dia Mundial
de Oração pelo Cuidado da Criação
1 de setembro de 2018

Neste Dia de Oração desejo, em primeiro lugar, agradecer ao Senhor pelo dom da casa comum e por todos os homens de boa vontade que estão comprometidos em protegê-la. Agradeço também pelos numerosos projetos que visam promover o estudo e a proteção dos ecossistemas, pelos esforços destinados a desenvolver uma agricultura mais sustentável e uma alimentação mais responsável, pelas diversas iniciativas educacionais, espirituais e litúrgicas que envolvem muitos cristãos em todo o mundo no cuidado da criação.

Devemos reconhecê-lo: não soubemos proteger a criação com responsabilidade. A situação ambiental, quer a nível global, quer em muitos lugares específicos, não pode ser considerada satisfatória. Com razão, surgiu a necessidade de uma relação renovada e saudável entre a humanidade e a criação, a convicção de que apenas uma visão do homem autêntica e integral nos permitirá cuidar melhor do nosso planeta para o benefício das gerações presentes e futuras, pois “não há ecologia sem uma adequada antropologia” (Carta Enc. *Laudato Si'*, 118).

Neste Dia Mundial de Oração pelo cuidado da criação, que a Igreja Católica há alguns anos celebra em união com os irmãos e irmãs ortodoxos, e com o apoio de outras Igrejas e Comunidades cristãs, gostaria de chamar a atenção para a questão da água, elemento tão simples e precioso, cujo acesso infelizmente é difícil para muitos, se não impossível. No entanto, “o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é





condição para o exercício dos outros direitos humanos. Este mundo tem uma grave dívida social para com os pobres que não têm acesso à água potável, porque isto é negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade inalienável” (*ibid.*, 30).

A água nos convida a refletir sobre as nossas origens. A maior parte do corpo é composta de água; e muitas civilizações, na história, surgiram nas proximidades de grandes cursos de água que marcaram sua identidade. É sugestiva a imagem utilizada no início do Génesis, em que se diz que nas origens o espírito do Criador “pairava sobre as águas” (1,2).

Pensando em seu papel fundamental na criação e no desenvolvimento humano, sinto a necessidade de dar graças a Deus pela “irmã água”, simples e útil sem nada de parecido para a vida no planeta. Precisamente por esse motivo, cuidar de fontes e bacias hídricas é um imperativo urgente. Hoje, mais do que nunca, é necessário um olhar que ultrapasse o imediato (cf. Carta Enc. *Laudato Si'*, 36), além de “critério utilitarista de eficiência e produtividade para lucro individual” (*ibid.*, 159). Precisa-se urgentemente de projetos conjuntos e de ações concretas, tendo em conta que é inaceitável qualquer privatização do bem natural da água que seja contrária ao direito humano de poder ter acesso a ela.

Para nós, cristãos, a água é um elemento essencial de purificação e de vida. O pensamento vai imediatamente para o Batismo, sacramento do nosso renascimento. A água santificada pelo Espírito é a matéria pela qual Deus nos vivificou e nos renovou; é a fonte abençoada de uma vida que não morre mais. O Batismo representa também, para os cristãos de diferentes confissões, o ponto de partida real e indispensável para viver uma fraternidade cada vez mais autêntica no caminho da plena unidade. Jesus, durante a sua missão, prometeu uma água capaz de saciar para sempre a sede do homem (cf. *Jo* 4,14), e profetizou: “Se alguém tem sede, venha a mim e beba” (*Jo* 7,37). Ir a Jesus, beber d’Ele significa encontrá-Lo pessoalmente como Senhor, haurindo da sua Palavra o sentido da vida. Que possam ressoar em nós com força as palavras que Ele pronunciou na cruz: “Tenho sede” (*Jo* 19, 28).



O Senhor continua a pedir para ser saciado na sua sede, pois tem sede de amor. Ele nos pede para dar-Lhe de beber nos muitos sedentos de hoje, para então nos dizer: “Eu estava com sede e me destes de beber” (Mt 25,35). Dar de beber, na aldeia global, não envolve apenas gestos pessoais de caridade, mas escolhas concretas e compromisso constante de garantir a todos o bem primário da água.

Gostaria também de tocar na questão dos mares e dos oceanos. Devemos agradecer ao Criador pelo dom imponente e maravilhoso das grandes águas e de quanto elas contêm (cf. *Gen* 1,20-21; *Sl* 146,6), e louvá-Lo por ter coberto a terra com os oceanos (cf. *Sl* 104,6). Orientar os nossos pensamentos para as imensas extensões marinhas, em constante movimento, representa também, em certo sentido, uma oportunidade para pensar em Deus, que acompanha constantemente a sua criação, fazendo com que siga adiante, mantendo-a na existência (cf. S. João Paulo II, *Catequese*, 7 de maio de 1986).





Proteger esse bem inestimável todos os dias representa hoje uma responsabilidade imperiosa, um desafio real: é necessária uma cooperação eficaz entre os homens de boa vontade para colaborar na obra contínua do Criador. Infelizmente, muitos esforços desaparecem devido à falta de regulamentação e de controles efetivos, especialmente no que diz respeito à proteção das áreas marinhas para além das fronteiras nacionais (cf. Carta Enc. *Laudato Si'*, 174). Não podemos permitir que os mares e oceanos se preencham com extensões inertes de plástico flutuante. Também para essa emergência somos chamados a nos comprometer, com uma mentalidade ativa, rezando como se tudo dependesse da Providência divina e agindo como se tudo dependesse de nós.

Rezemos para que as águas não sejam um sinal de separação entre os povos, mas de encontro para a comunidade humana. Rezemos para que sejam protegidas aquelas pessoas que arriscam suas vidas em meio às ondas em busca de um futuro melhor. Peçamos ao Senhor e àqueles que realizam o alto serviço da política que as questões mais delicadas da nossa época, tais como as relacionadas com a migração, com a mudança climática, com o direito para todos de usufruírem dos bens primários, sejam encaradas com responsabilidade, com previsão olhando para o amanhã, com generosidade e com espírito de cooperação, especialmente entre os países que têm maior disponibilidade. Rezemos por aqueles que se dedicam ao apostolado do mar, por aqueles que ajudam a refletir sobre os problemas com que se debatem os ecossistemas marítimos, por aqueles que contribuem para o desenvolvimento e a aplicação de regulamentos internacionais sobre os mares que possam tutelar as pessoas, os Países, os bens, os recursos naturais – penso, por exemplo, na fauna e na flora marinha, bem como nos recifes de coral (cf. *ibid.*, 41) ou nos fundos marinhos – e garantindo um desenvolvimento integral na perspectiva do bem comum de toda a família humana e não de interesses particulares. Lembremo-nos também de quantas pessoas trabalham para a proteção das áreas marítimas, para a tutela dos oceanos e sua biodiversidade, para que possam realizar essa tarefa com responsabilidade e honestidade.



Por fim, preocupemo-nos com as jovens gerações e rezemos por elas, para que cresçam no conhecimento e no respeito pela casa comum e no desejo de cuidar do bem essencial da água para o benefício de todos. O meu desejo é que as comunidades cristãs contribuam cada vez mais concretamente para que todos possam usufruir desse recurso indispensável, no cuidado respeitoso dos dons recebidos do Criador, em particular dos cursos de água, mares e oceanos.





A TERRA DEVE SER TRATADA COM TERNURA

Mensagem para a Jornada sobre

“Água, Agricultura e Alimentação: Construíamos o Amanhã”

13 de dezembro de 2018

Obrigado por me terdes convidado a dirigir-vos algumas palavras no início do Dia “Água, agricultura e alimentação. Construíamos o amanhã”, organizada por várias instituições académicas, sociais e eclesiais, com a participação dos Organismos das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, com sede em Roma.

A temática que vos reuniu fez-me recordar o salmista que, grato, reconhece que “o Senhor nos há de conceder a chuva e a nossa terra produzirá os seus frutos” (*Sl* 85, 13). Noutro momento, o profeta Isaías compara a palavra de Deus com a água da chuva que molha a terra, levando-a a germinar, “para que dê o grão ao sementeiro e o pão para comer” (55, 10). A chuva, a colheita e o alimento. A sabedoria bíblica via uma estreita ligação entre esses elementos e interpretava-os a partir da ótica da ação de graças, e nunca da voracidade nem da exploração. A fé e a experiência das pessoas crentes leva-as a este reconhecimento, que para nós se transforma num urgente apelo à responsabilidade, a não permanecermos presos em cálculos mesquinhos, os quais impedem que se ajudem os menos favorecidos, quantos se veem privados do mínimo necessário. A tal propósito, o subtítulo que quisestes dar às vossas reflexões é inspirador, porque o vocábulo “construir” contém em si um sentido de positividade, a contribuição de um benefício, a abertura ao próximo, a reciprocidade e a colaboração. Não deveis esquecer estas chaves, porque o amanhã que todos desejamos só poderá ser o resultado de uma cooperação leal, solidária e generosa.





Com efeito, os desafios da humanidade do momento presente são tão complexos a ponto de exigir a soma de ideias, a unidade de esforços, a complementaridade de perspectivas e, ao mesmo tempo, a renúncia ao egoísmo excludente e ao protagonismo pernicioso. Desse modo tomar-se-ão decisões corretas e lançar-se-ão bases sólidas para edificar uma sociedade justa e inclusiva, na qual ninguém fique para trás. Uma sociedade que coloque no centro a pessoa humana e os seus direitos fundamentais, sem se deixar arrastar por interesses questionáveis que enriquecem poucos, infelizmente sempre os mesmos. Este será também o caminho para fazer com que as gerações vindouras encontrem um mundo harmonioso e sem conflitos, com os recursos necessários para beneficiar de uma vida digna e em plenitude.

Não obstante a terra disponha de recursos para todos, tanto em quantidade como em qualidade, uma enorme multidão de pessoas passa fome e é cruelmente flagelada pela pobreza. Para erradicar essas chagas, seria suficiente eliminar injustiças e iniquidades e substituí-las por políticas previdentes e abrangentes, medidas eficazes e coordenadas, de maneira que a ninguém falte o pão quotidiano e ninguém seja privado destes meios necessários para a subsistência. Entre eles, a água é fundamental e todavia, infelizmente, nem todos têm acesso a ela, motivo pelo qual é imperativo que seja distribuída e gerida de modo sustentável e racional. Assim como são iniludíveis também o cuidado e a proteção do meio ambiente, conservando a sua beleza, preservando a rica variedade dos ecossistemas, cultivando os campos com atenção, sem avidez, sem lhes provocar danos irreversíveis.

A terra deve ser tratada com ternura, para não a ferir, para não arruinar a obra que saiu das mãos do Criador. Quando isto não acontece, a terra deixa de ser fonte de vida para a família humana. E é isto que se verifica em não poucas regiões do nosso planeta, onde a água está poluída, o lixo se acumula, a desflorestação avança, o ar é viciado e o solo acidificado. Tudo isto gera uma acumulação nociva de males e misérias, que constatamos também quando os alimentos são desperdiçados e não compartilhados; portanto, é imprescindível educar as crianças e os jovens a alimentar-se de modo saudável, não simplesmente a comer.



Nutrir-se corretamente comporta que se conheça o valor dos alimentos, libertando-se do consumismo frenético e compulsivo, e que se faça da mesa um lugar de encontro e de fraternidade, e não apenas o espaço para a ostentação, o desperdício e as veleidades.

Peço a Deus Pai que todos vós, que participais neste importante Dia, saiais dele com uma renovada vontade de fazer da terra a casa comum que acolhe todos nós, uma morada de portas abertas, um âmbito de comunhão e de convivência benéfica. Deste modo, o futuro será repleto de luz e poderá ser enfrentado por todos com confiança e entusiasmo, como fruto maduro de um presente sereno e rico de sementes de virtude e de esperança.

Desejo-vos o melhor para os vossos trabalhos, concedo-vos com prazer a Bênção apostólica e peço-vos, por favor, que rezeis por mim.





FÉ, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Discurso aos participantes na Conferência

“Religiões e os objetivos de desenvolvimento sustentável”

8 de março de 2019

Dou as boas-vindas a todos vós, aqui reunidos para esta Conferência internacional sobre as Religiões e os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Sustentabilidade e inclusão

Quando falamos de sustentabilidade, não podemos descuidar a importância da inclusão e da escuta de todas as vozes, de maneira especial daquelas normalmente marginalizadas por este tipo de debates, como a dos pobres, dos migrantes, dos indígenas e dos jovens. Estou feliz por ver uma variedade de participantes nesta Conferência, portadores de uma multiplicidade de vozes, de opiniões e de propostas, que podem contribuir para novos percursos de desenvolvimento construtivo. É importante que a atuação dos objetivos de desenvolvimento sustentável siga a sua efetiva natureza originária, a qual deve ser inclusiva e participativa.

A Agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável, aprovados por mais de 190 nações em setembro de 2015, foram um grande passo em frente para o diálogo global, no sinal de uma necessária “nova solidariedade universal” (Encíclica *Laudato Si'*, 14). Diferentes tradições religiosas, inclusive a católica, aceitaram os objetivos de desenvolvimento sustentável, porque são o resultado de processos participativos globais que, por um lado, refletem os valores das pessoas e, por outro, são sustentados por uma visão integral do desenvolvimento.





Desenvolvimento integral

Todavia, propor um diálogo sobre um desenvolvimento inclusivo e sustentável requer também o reconhecimento de que “desenvolvimento” é um conceito complexo, muitas vezes instrumentalizado. Quando falamos de desenvolvimento, devemos esclarecer sempre: desenvolvimento do quê? Desenvolvimento para quem? Durante demasiado tempo a ideia convencional de desenvolvimento foi quase completamente limitada ao crescimento económico. Os indicadores de desenvolvimento nacional baseavam-se nas tabelas do produto interno bruto (PIB). Isto orientou o sistema económico moderno por um caminho perigoso, que avaliou o progresso unicamente em termos de crescimento material, pelo qual somos quase obrigados a explorar irracionalmente tanto a natureza como os seres humanos.

Na realidade, como pôs em evidência o meu predecessor São Paulo VI, falar de desenvolvimento humano significa referir-se a todas as pessoas — não apenas e poucas — e à inteira pessoa humana — não só à dimensão material — (cf. Encíclica *Populorum progressio*, 14). Portanto, um debate frutuoso sobre o desenvolvimento deveria oferecer modelos viáveis de integração social e de conversão ecológica, porque não podemos desenvolver-nos como seres humanos, fomentando desigualdades crescentes e a degradação do meio ambiente.¹

As denúncias de modelos negativos e as propostas de percursos alternativos não são válidos somente para os outros, mas também para nós. Com efeito, todos nós deveríamos comprometer-nos na promoção e na atuação dos objetivos de desenvolvimento que são sustentados pelos nossos valores religiosos e éticos mais profundos. O desenvolvimento humano não é apenas uma questão económica, ou que diz respeito unicamente aos peritos, mas constitui antes de tudo uma vocação, uma chamada que exige uma resposta livre e responsável (cf. Bento XVI, Encíclica *Caritas in veritate*, 16-17).



Objetivos (diálogo e compromissos)

E desejo que desta Conferência possam emergir as respostas: respostas concretas ao grito da terra e ao clamor dos pobres. Compromissos concretos para promover um desenvolvimento real, de modo sustentável, através de processos abertos à participação das pessoas. Propostas concretas para facilitar o desenvolvimento de quantos estão em necessidade, valendo-se daquela que o Papa Bento XVI reconheceu como “a possibilidade de uma grande redistribuição da riqueza a nível mundial, como nunca tinha acontecido antes” (*ibid.*, n. 42). Políticas económicas concretas que estejam centradas na pessoa e que possam promover um mercado e uma sociedade mais humana (cf. *ibid.*, 45, 47). Medidas económicas concretas que levem seriamente em consideração a nossa casa comum. Compromissos éticos, civis e políticos concretos, para um desenvolvimento ao lado da nossa irmã terra, e não apesar dela.

Tudo está interligado

Apraz-me saber também que os participantes nesta Conferência estão dispostos a ouvir as vozes religiosas, quando debatem sobre a atuação dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Com efeito, todos os interlocutores deste diálogo sobre esta questão complexa são chamados de certa maneira a sair da própria especialização para encontrar respostas comuns ao grito da terra e ao clamor dos pobres. No caso das pessoas religiosas, temos necessidade de abrir os tesouros das nossas melhores tradições, em vista de um diálogo verdadeiro e respeitador sobre o modo como construir o futuro do nosso planeta. As narrações religiosas, não obstante sejam antigas, normalmente são densas de simbolismo e contêm “a atual convicção de que tudo está inter-relacionado e o cuidado autêntico da nossa própria vida e das nossas relações com a natureza é inseparável da fraternidade, da justiça e da fidelidade aos outros” (Carta Encíclica *Laudato Si'*, 70).

Neste sentido, a Agenda 2030 das Nações Unidas propõe integrar todos os objetivos através de cinco pés: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.² Sei que também esta Conferência se articula em volta destes cinco pés.





Acolho favoravelmente esta abordagem integrada dos objetivos; ela pode servir também para preservar contra uma visão da prosperidade fundamentada sobre o mito do crescimento e do consumo ilimitados (cf. Encíclica *Laudato Si'*, 106), para cuja sustentabilidade dependeríamos unicamente do progresso tecnológico. Ainda podemos encontrar algumas pessoas que defendem obstinadamente aquele mito e afirmam que os problemas sociais e ecológicos se resolvem simplesmente com a aplicação de novas tecnologias e sem considerações éticas nem mudanças de fundo (cf. *ibid.*, n. 60).

Uma abordagem integral ensina-nos que isto não é verdade. Se é certamente necessário apostar numa série de objetivos de desenvolvimento, contudo isto não é suficiente para uma ordem mundial equitativa e sustentável. Os objetivos económicos e políticos devem ser corroborados por objetivos éticos, que pressupõem uma mudança de atitude, a Bíblia diria uma mudança de coração (cf. *ibid.*, n. 2). Já São João Paulo II falou sobre a necessidade de “estimular e apoiar a conversão ecológica” (*Catequese*, 17 de janeiro de 2001). Esta expressão é forte: conversão ecológica. Aqui, as religiões têm um papel-chave a desempenhar. Para uma transição correta rumo a um futuro sustentável, é necessário reconhecer “os próprios erros, pecados, vícios ou negligências”, é preciso “arrepender-se de coração, mudar a partir de dentro”, a fim de se reconciliar com os outros, com a criação e com o Criador (cf. Encíclica *Laudato Si'*, 218).





Se quisermos conferir bases sólidas ao trabalho da Agenda 2030, temos de rejeitar a tentação de procurar uma resposta simplesmente tecnocrática para os desafios — isto não funciona! — e estar dispostos a enfrentar as causas profundas e as consequências a longo prazo.

Populações indígenas

O princípio fundamental de todas as religiões é o amor pelos nossos semelhantes e o cuidado da criação. Gostaria de evidenciar um grupo especial de pessoas religiosas, o das populações indígenas. Não obstante representem apenas 5 por cento da população mundial, elas cuidam de quase 22 por cento da superfície terrestre. Vivendo em áreas como a Amazônia e o Ártico, ajudam a proteger aproximadamente 80 por cento da biodiversidade do planeta. Segundo a Unesco, “as populações indígenas são guardiãs especialistas de culturas e relações singulares com o meio ambiente natural. Representam uma vasta gama de diversidades linguísticas e culturais no âmbito da nossa humanidade comum”.³ Eu acrescentaria que, num mundo fortemente secularizado, tais populações recordam a todos a sacralidade da nossa terra. Por esses motivos, a sua voz e as suas preocupações deveriam estar no cerne da atuação da Agenda 2030 e no centro da busca de novos caminhos para um futuro sustentável. Debaterei sobre isto inclusive com os meus irmãos Bispos, no Sínodo sobre a Região Pan-Amazônica, no final de outubro do corrente ano.

Conclusões

Estimados irmãos e irmãs, hoje, três anos e meio depois da adoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável, devemos estar ainda mais claramente conscientes da importância de acelerar e adaptar as nossas ações para responder adequadamente tanto ao grito da terra como ao clamor dos pobres (cf. Encíclica *Laudato Si'*, 49): eles estão interligados.

Os desafios são complexos e têm múltiplas causas; por conseguinte, a resposta não pode deixar de ser, por sua vez, complexa e articulada, respeitadora das diferentes riquezas culturais dos povos. Se estamos verdadeiramente preocupados em desenvolver uma ecologia capaz de reparar o prejuízo que provocamos, nenhum ramo das ciências e nenhuma forma de sabedoria deveriam ser





descuidados, e isto inclui as religiões e as linguagens que lhes são peculiares (cf. *ibid.*, n. 63). As religiões podem ajudar-nos a percorrer o caminho de um verdadeiro desenvolvimento integral, que representa o novo nome da paz (cf. Paulo VI, Encíclica *Populorum progressio*, 76-77).

Exprimo a minha profunda apreciação pelos vossos esforços no cuidado da nossa casa comum, ao serviço da promoção de um futuro sustentável inclusivo. Sei que às vezes poderia parecer uma tarefa demasiado árdua. E, no entanto, os “seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se” (Encíclica *Laudato Si'*, 205). Esta é a mudança que as circunstâncias atuais exigem, porque a injustiça que leva a terra e os pobres a chorar não é invencível. Obrigado!

1. Quando, por exemplo, por causa das desigualdades na distribuição do poder, o peso de dívidas imensas é descarregado sobre os ombros dos pobres e dos países pobres; quando o desemprego é difundido, não obstante a expansão do comércio; ou quando as pessoas são simplesmente tratadas como um meio em vista do crescimento de outros, temos necessidade de pôr completamente em questão o modelo de desenvolvimento de referência. Do mesmo modo quando, em nome do progresso, destruímos a fonte do desenvolvimento, a nossa casa comum, então o modelo predominante deve ser posto em causa. Pondo em dúvida este modelo e revisitando a economia mundial, os interlocutores de um diálogo sobre o desenvolvimento deveriam ser capazes de encontrar um sistema global económico e político alternativo. No entanto, a fim de que isto aconteça, temos o dever de enfrentar as causas da distorção do desenvolvimento, ou seja, aquilo que na doutrina social católica recente é qualificado como “pecados estruturais”. Denunciar esses pecados já constitui uma boa contribuição que as religiões oferecem para o debate sobre o desenvolvimento do mundo. Contudo, além da denúncia, devemos também propor às pessoas e às comunidades caminhos de conversão viáveis.
2. Cf. United Nations, *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, 2015.
3. Unesco, Message from Ms Irina Bokova, Director-General of Unesco, on the occasion of the International Day of the World's Indigenous Peoples, 9 de agosto de 2017.





NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

Mensagem por ocasião do Dia Mundial da Água 2019

22 de março de 2019

Em sintonia com o eixo central da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Dia Mundial da Água celebra-se este ano com o lema: “Não deixar ninguém para trás”. A água é um bem imprescindível para o equilíbrio dos ecossistemas e a sobrevivência humana, e é necessário geri-la e cuidar dela, a fim de que não se polua nem seja desperdiçada.

Nos nossos dias sente-se que a aridez do planeta está a propagar-se em novas regiões, e são cada vez mais aqueles que sofrem por causa da falta de fontes de água idônea para o consumo. Por esse motivo, “Não deixar ninguém para trás” significa comprometer-se para pôr fim a essa injustiça. O acesso a este bem é um direito humano fundamental que se deve respeitar porque estão em jogo a vida das pessoas e a sua própria dignidade (cf. Carta Encíclica *Laudato Si'*, 30).

O trabalho conjunto é essencial para poder erradicar este mal que flagela muitos dos nossos irmãos. Isto só será possível se se unirem os esforços na busca do bem comum em que o outro, com um rosto concreto, assuma protagonismo e se insira no centro do debate e das iniciativas. Só assim as medidas adotadas terão sabor de encontro e o valor de resposta a uma injustiça que deve ser remediada.

“Não deixar ninguém para trás” quer dizer também adquirir consciência da necessidade de responder com gestos concretos; não apenas com a manutenção ou com o aperfeiçoamento de estruturas hídricas, mas também investindo no futuro, educando as novas gerações para o uso e o cuidado da água.





Essa tarefa de conscientização é uma prioridade num mundo em que tudo é descartável e desprezado, e que em muitos casos não avalia a importância dos recursos que temos à nossa disposição.

As novas gerações são chamadas — juntamente com todos os habitantes do planeta — a valorizar e a defender este bem. Trata-se de uma tarefa que começa com a sensibilização em relação às pessoas que sofrem as consequências inevitáveis da mudança climática e a todos aqueles que são vítimas de alguma forma de exploração ou de poluição da água, por diferentes fatores. Tal desafio educativo gerará uma nova visão deste bem, produzindo gerações capazes de valorizar e amar os recursos que a nossa mãe Terra nos proporciona.

Todos nós somos artífices do futuro, e a Comunidade internacional, com as suas decisões e os seus trabalhos, já está a investir no porvir do nosso planeta. É necessário elaborar planos de financiamento, assim como projetos hídricos de vasto alcance. Essa firmeza levará a superar a ideia de transformar a água em mera mercadoria, regulada exclusivamente pelas leis do mercado.



Senhor Diretor-Geral, os menos favorecidos da Terra interpelam-nos para remediar à falta de água nos seus países; da sua miséria e dos seus limites, desafiam-nos também a dar o valor que merece a este bem indispensável para o desenvolvimento de todos os povos.

Peço ao Senhor que os trabalhos e as iniciativas que forem envidadas neste Dia Mundial da Água favoreçam quantos sofrem por causa da escassez desse bem; e que, como dizia São Francisco de Assis, a água, “que é muito útil, humilde, preciosa e casta”, sirva para o sustento e o benefício, tanto nosso como das gerações vindouras.





UM PLANO COMUM EM HARMONIA COM A CIÊNCIA DO CLIMA

Discurso no encontro

“Mudanças Climáticas e novas evidências”

27 de maio de 2019

Saúdo cordialmente cada um de vós hoje aqui presentes: o Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas e os Ministros das Finanças de diversas nações. Estou grato por terdes vindo ao Vaticano, para debater sobre um tema de grande importância para a humanidade e para a criação inteira. No nosso tempo parece que os lucros e as perdas são mais considerados do que as vidas e as mortes, e no qual o património líquido de uma empresa tem precedência sobre o valor infinito da humanidade. Estais hoje aqui para refletirdes sobre o modo como remediar esta profunda crise causada por uma confusão das nossas contas morais com as nossas contas financeiras. Estais aqui para ajudar a interromper uma crise que está a levar o mundo rumo ao desastre.

A atual interdependência global obriga-nos a pensar no mundo como se fosse um *unicum* com um plano comum (cf. Enc. *Laudato Si'*, 164). Em 2015 as nações do mundo uniram-se consensualmente ao redor de dois importantes Acordos: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e sobre o Clima na COP21 de Paris. Como líderes financeiros das vossas nações, é vossa responsabilidade perseguir e estimular ações orientadas para alcançar os objetivos que os vossos governos adotaram há quatro anos para o bem da humanidade de hoje e do futuro. Este é um empreendimento fundamental. Devemos alcançar o que concordamos, pois a sobrevivência e o bem-estar dependem disto.

Os sinais hoje não são positivos. Os investimentos em combustíveis fósseis continuam a crescer, não obstante os cientistas nos digam que os combus-







tíveis fósseis devem permanecer no subsolo. A Agência Internacional para a Energia referiu recentemente que os investimentos em energia limpa diminuíram novamente pelo segundo ano consecutivo, embora mais de uma vez os peritos tenham citado as vantagens para o ambiente humano derivantes da energia limpa proveniente do vento, do sol e da água. Continuamos a caminhar por estradas velhas porque estamos presos na nossa contabilidade errada e na corrupção de interesses adquiridos. Continuamos a considerar e contar como lucro o que ameaça a nossa própria sobrevivência.

As consequências da inação global são surpreendentes. Há cerca de duas semanas alguns centros de pesquisa científica verificaram que a concentração de gás carbônico na atmosfera, entre as principais causas do aquecimento global relacionadas com atividades humanas, chegou a 415 partes por milhão, o nível mais elevado até agora. Observando o mundo vemos vagas de calor, secas, incêndios florestais, inundações e outros eventos meteorológicos extremos, elevamento dos níveis do mar, emersão de doenças e de ulteriores problemas que são apenas duras advertências de algo muito pior que poderia estar a chegar, se não agirmos com urgência.

Hoje durante o vosso encontro ouvistes as palavras de ilustres climatologistas e peritos. A mensagem deles foi clara e urgente. Devemos agir com decisão para pôr fim às emissões de gases de efeito estufa até o mais tardar metade do século e fazer ainda mais. As concentrações de gás carbônico devem diminuir de maneira significativa a fim de garantir a segurança da nossa casa comum. Ouvistes também que isto pode ser obtido a baixo custo usando energia limpa e melhorando a eficiência energética.

Esta é a indicação da razão, a base para a nossa ação comum. Portanto, decidamos trabalhar juntos por estas finalidades:

- apreciemos o que é importante e não o que é supérfluo;
- corrijamos as nossas contas nacionais e as contas dos nossos “negócios”, de modo que já não persigamos as atividades que estão a destruir o nosso planeta;
- ponhamos fim à dependência global dos combustíveis fósseis;





- abramos um capítulo novo de energia limpa e segura, que por exemplo utilize recursos renováveis como o vento, o sol e a água;
- sobretudo, ajamos com prudência e responsabilidade nas nossas economias para ir realmente ao encontro das necessidades humanas, promover a dignidade humana, ajudar os pobres e nos libertarmos da idolatria do dinheiro que cria tantos sofrimentos.

Sois os responsáveis das finanças dos vossos países, tendes os livros contábeis dos vossos respetivos governos. Contudo, em primeiro lugar devemos reconhecer o “livro de contabilidade” da própria vida, da dignidade humana,





da sobrevivência, pois que vantagem tem o homem se ganhar o mundo inteiro e depois perder a própria vida? (cf. *Mc* 8, 38). Sim, estamos diante de uma matéria de cálculo, o cálculo de salvar o nosso mundo da indiferença e da idolatria do dinheiro. Foi o que Jesus pretendeu quando nos disse que os pobres em espírito são bem-aventurados porque a eles pertence o Reino dos Céus (cf. *Mt* 5, 3).

Faço votos por que, na qualidade de administradores das finanças do mundo, vos coloquês de acordo num plano comum, que esteja em harmonia com a ciência do clima, com a nova engenharia da energia limpa e, antes de tudo, com a ética da dignidade humana. Exorto-vos a pedir aos vossos colegas Ministros das Finanças de todo o mundo que considerem os vossos esforços e planos. Possa o vosso trabalho com os cientistas e os técnicos e com os povos das vossas nações, especialmente com os mais pobres, alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre o Clima.

Quando o plano comum estiver concordado pelos vossos governos, espero que nos possamos encontrar novamente para dar graças a Deus pela sua misericórdia que nos permite corrigir o nosso caminho antes que seja tarde demais. O tempo é essencial. Esperamos a vossa ação decisiva para o bem da humanidade inteira. Com estes pensamentos, exprimo-vos de novo a minha gratidão e invoco sobre todos vós abundantes bênçãos divinas. Obrigado!





O TEMPO URGE

Discurso no encontro

“A transição energética e a tutela da casa comum”

14 de junho de 2019

Dou calorosas boas-vindas a todos vós, por ocasião deste Diálogo sobre o tema A transição energética e a tutela da casa comum. A vossa reunião em Roma, depois do encontro do ano passado, é um sinal positivo do vosso engajamento constante a trabalhar juntos em espírito de solidariedade, com o objetivo de promover passos concretos para a salvaguarda do nosso planeta. Estou-vos grato por isto.

Este segundo Diálogo tem lugar num momento crítico. A atual crise ecológica, especialmente a mudança climática, ameaça o próprio futuro da família humana, e isto não é um exagero. Por demasiado tempo ignoramos coletivamente os frutos das análises científicas, e “as previsões catastróficas já não se podem olhar com desprezo e ironia” (Encíclica *Laudato Si'*, 161). Portanto, qualquer debate acerca da mudança climática e da transição energética deve assumir os melhores frutos da pesquisa científica atualmente disponível e deixar-se tocar por ela em profundidade (cf. *ibid.*, n. 15).

Neste último ano, um desenvolvimento significativo foi a publicação do Relatório especial sobre o impacto do aquecimento global de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, por parte do Grupo Intergovernamental sobre a Mudança Climática. Aquele Relatório alerta claramente para o facto de que os efeitos sobre o clima serão catastróficos, se superarmos o limiar de 1,5 °C, delineado no objetivo do Acordo de Paris. Além disso, o Relatório adverte que só falta pouco mais que uma década para alcançar essa barreira do aquecimento global. Perante uma emergência climática, devemos tomar medidas oportunas para evitar cometer uma grave injustiça contra os pobres e as gerações vindouras.





Devemos agir responsabilmente, considerando bem o impacto das nossas ações a curto e a longo prazo.

Com efeito, são os pobres que sofrem o pior impacto da crise climática. Como demonstra a situação atual, os pobres são os mais vulneráveis aos furacões, à seca, às inundações e a outros eventos climáticos extremos. Portanto, certamente é preciso ter coragem para responder “ao clamor cada vez mais angustiado da terra e dos seus pobres” (Discurso aos participantes na Conferência internacional por ocasião do terceiro aniversário da *Laudato Si'*, 6 de julho de 2018). Ao mesmo tempo, as gerações futuras estão prestes a herdar um mundo deveras deteriorado. Os nossos filhos e netos não deveriam ter de pagar o preço da irresponsabilidade da nossa geração! Perdoai-me, mas gostaria de realçar isto: eles, os nossos filhos, os nossos netos não deverão pagar, não é justo que eles paguem o custo da nossa irresponsabilidade. Com efeito, como está a tornar-se cada vez mais evidente, os jovens exigem uma mudança (cf. *Laudato Si'*, n. 13). “O futuro é nosso”, clamam os jovens de hoje, e têm razão!

O vosso encontro está focado em três pontos interligados: primeiro, uma transição correta; segundo, o preço do carvão; e terceiro, transparência na descrição dos riscos climáticos. Trata-se de três problemas enormemente complexos, e agradeço-vos por os terdes proposto ao debate e ao vosso nível, que é um nível sério, científico.

Como sabeis, uma transição correta é mencionada no Preâmbulo do Acordo de Paris. Tal transição exige uma gestão do impacto social e ocupacional da passagem para uma sociedade com baixo consumo de carvão. Se for bem gerida, essa transição pode gerar novas oportunidades de emprego, reduzir a desigualdade e aumentar a qualidade de vida para aqueles que são atingidos pela mudança climática.

Em segundo lugar, uma política do preço do carvão é essencial, se a humanidade quiser utilizar sabiamente os recursos da criação. A falta de gestão das emissões de carbono produziu uma dívida enorme, que agora deverá ser paga com juros por aqueles que vierem depois de nós. A nossa utilização dos recursos ambientais comuns somente poderá ser considerada ética quando os custos sociais e económicos do seu uso forem reconhecidos de maneira trans-



parente e plenamente sustentados por quantos usufruem deles, e não por outras populações nem pelas gerações vindouras (cf. *ibid.*, n. 195).

O terceiro tema, a transparência na descrição dos riscos climáticos, é essencial porque os recursos económicos devem ser explorados onde podem trazer o maior benefício. Uma comunicação aberta, transparente, cientificamente fundada e regulada é do interesse de todos, tornando possível a transferência de capitais financeiros para aquelas áreas que oferecem “à inteligência humana possibilidades muito amplas de criar e inovar, ao mesmo tempo que protege o meio ambiente e cria mais oportunidades de trabalho” (*ibid.*, n. 192).

Caros amigos, o tempo urge! As reflexões devem ir além das meras explorações do que pode ser feito e concentrar-se no que é necessário fazer, de agora em diante. Não podemos dar-nos ao luxo de esperar que outros deem um passo em frente, nem de dar a prioridade a vantagens económicas a curto prazo. A crise climática exige de nós uma ação determinada, aqui e agora (cf. *ibid.*, n. 161), e a Igreja está plenamente comprometida a desempenhar a sua parte.

No nosso encontro que teve lugar no ano passado manifestei a preocupação de que “a civilização requer energia, mas o uso da energia não deve destruir a civilização!”¹ Atualmente é necessária uma transição energética radical para salvar a nossa casa comum. Ainda há esperança, e resta o tempo para evitar os piores impactos da mudança climática, contanto que haja uma ação imediata e resoluto, pois sabemos que “os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se” (*Laudato Si'*, 205).

Agradeço-vos mais uma vez por terdes respondido generosamente ao convite do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral. Asseguro-vos as minhas orações pelas vossas decisões; invoco de coração as Bênçãos de Deus sobre vós e as vossas famílias.

Fonte

- 1 Discurso aos participantes no encontro para dirigentes das principais empresas do setor petrolífero, de gás natural e de outras atividades empresariais ligadas à energia, 9 de junho de 2018.





O BEM COMUM E A ERA DIGITAL

Discurso no seminário

“O bem comum na era digital”

27 de setembro de 2019

Dou as boas-vindas a todos vós participantes no Encontro sobre o “Bem comum na era digital”, promovido pelo Pontifício Conselho para a Cultura e pelo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral; e agradeço ao Cardeal Ravasi a sua introdução. Os desenvolvimentos notáveis no campo da tecnologia, em especial da inteligência artificial, estão a ter implicações cada vez mais significativas em todas as áreas da atividade humana; por conseguinte, considero que os debates abertos e concretos sobre esta matéria são necessários como nunca.

Na Encíclica sobre o cuidado da casa comum tracei um paralelismo fundamental: o benefício inquestionável que a humanidade pode obter do progresso tecnológico (cf. *Laudato Si'*, 102) dependerá da medida em que as novas possibilidades disponíveis forem utilizadas de modo ético (cf. *ibid.*, 105). Essa correlação exige que, paralelamente aos imensos progressos tecnológicos em curso, haja um desenvolvimento adequado da responsabilidade e dos valores.

Caso contrário, um paradigma dominante — o “paradigma tecnocrático” (cf. *ibid.*, 111) — que promete um progresso descontrolado e ilimitado impor-se-á e talvez até eliminará outros fatores de desenvolvimento com enormes perigos para toda a humanidade. Através do vosso trabalho, quisestes contribuir para prevenir esse desvio e concretizar a cultura do encontro e do diálogo interdisciplinar.





Muitos de vós são atores importantes em vários âmbitos das ciências aplicadas: tecnologia, economia, robótica, sociologia, comunicação, cyber-segurança, e também filosofia, ética e teologia moral. Precisamente por isso, expressais não só diversas habilidades, mas também diferentes sensibilidades e abordagens dos problemas que os fenómenos como a inteligência artificial abrem nos setores de vossa competência. Agradeço-vos por terdes querido encontrar-vos num diálogo inclusivo — e fecundo — que ajude todos a aprender uns dos outros e não permita que ninguém se feche em esquemas já preestabelecidos.

O vosso principal objetivo é bastante ambicioso: alcançar critérios e parâmetros éticos básicos capazes de fornecer orientações sobre as respostas aos problemas éticos suscitados pela utilização invasiva das tecnologias. Compreendo que para vós, que representais tanto a globalização como a especialização do conhecimento, deve ser difícil definir determinados princípios essenciais numa linguagem aceitável e partilhável por todos. No entanto, não desanimastes na tentativa de alcançar esse objetivo, enquadrando o valor ético das transformações em curso também no contexto dos princípios estabelecidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas; de facto, as áreas-chave que explorais certamente têm impactos imediatos e concretos na vida de milhões de pessoas.

Há uma convicção de que a humanidade enfrenta desafios sem precedentes e completamente inéditos. Novos problemas exigem novas soluções: de facto, o respeito dos princípios e da tradição deve ser sempre vivido numa forma de fidelidade criativa e não de imitações rígidas ou de reducionismos obsoletos. Por isso, penso que é louvável que não tenhais tido medo de declinar, por vezes até claramente, os princípios morais teóricos e práticos, e que os desafios éticos examinados tenham sido enfrentados precisamente no contexto do conceito de “bem comum”. O bem comum é um bem ao qual todos aspiram, e não existe um sistema ético digno do nome que não contemple este bem como um dos seus pontos essenciais de referência.

Os problemas que fostes chamados a analisar dizem respeito a toda a humanidade e exigem soluções que abranjam toda a humanidade.



Um bom exemplo pode ser a robótica no mundo do trabalho. Por um lado, poderá pôr fim a alguns trabalhos cansativos, perigosos e repetitivos — pensemos naqueles que surgiram no início da revolução industrial do século XIX — que muitas vezes causam sofrimento, tédio e esgotamento. Mas, por outro, a robótica poderia tornar-se um instrumento puramente eficientista: utilizado apenas para aumentar lucros e rendimentos privaria milhares de pessoas do seu trabalho, pondo em risco a sua dignidade.





Outro exemplo são as vantagens e os riscos associados à utilização da inteligência artificial nos debates sobre as grandes questões sociais. Por um lado, será possível favorecer um grande acesso a informações confiáveis e portanto garantir a afirmação de análises corretas; por outro, como nunca antes, poderão circular opiniões tendenciosas e dados falsos, “envenenar” debates públicos e até manipular as opiniões de milhões de pessoas, chegando a pôr em perigo as próprias instituições que garantem a convivência civil pacífica. Por isso, o desenvolvimento tecnológico do qual todos somos testemunhas exige que nos reapropriemos e reinterpretemos os termos éticos que outros nos transmitiram.





Se os progressos tecnológicos fossem causa de desigualdades cada vez maiores, não poderíamos considerá-los verdadeiros progressos. O chamado progresso tecnológico da humanidade, se se tornasse um inimigo do bem comum, levaria a uma infeliz regressão, a uma forma de barbárie ditada pela lei do mais forte. Por isso, queridos amigos, agradeço-vos porque com o vosso trabalho vos engajais num esforço de civilização, que será também medido pelo objetivo de reduzir as desigualdades económicas, educativas, tecnológicas, sociais e culturais.

Quisestes lançar bases éticas de garantia para defender a dignidade de cada pessoa humana, convictos de que o bem comum não pode ser dissociado do bem específico de cada indivíduo. Enquanto uma só pessoa for vítima de um sistema, por mais evoluído e eficiente que seja, que não valoriza a dignidade intrínseca e a contribuição de cada pessoa, o vosso trabalho não estará concluído.

Graças ao progresso da tecnologia é possível um mundo melhor, se ele for acompanhado de uma ética fundada numa visão do bem comum, uma ética de liberdade, responsabilidade e fraternidade, capaz de favorecer o pleno desenvolvimento das pessoas em relação com os outros e com a criação.

Queridos amigos, agradeço-vos este encontro. Acompanho-vos com a minha bênção. Que Deus vos abençoe a todos. E peço-vos, por favor, que rezeis por mim. Obrigado.





REZAR IMERSOS NA NATUREZA

Mensagem para o Dia Mundial
de Oração pelo Cuidado da Criação
1 de setembro de 2019

“Deus viu que era coisa boa” (Gn 1, 25). Ao início da Bíblia, o olhar de Deus pousa-se ternamente sobre a criação. Desde a terra habitável até às águas que sustentam a vida, desde as árvores que dão fruto até aos animais que povoam a casa comum, tudo é benquisto aos olhos de Deus, que oferece a criação ao homem como dom precioso que deve guardar.

Desgraçadamente, a resposta humana ao dom recebido foi marcada pelo pecado, pelo fechamento na própria autonomia, pela avidez de possuir e explorar. Egoísmos e interesses fizeram deste lugar de encontro e partilha, que é a criação, um palco de rivalidades e confrontos. Assim, colocou-se em perigo o próprio ambiente: coisa boa aos olhos de Deus, torna-se coisa explorável nas mãos humanas. A degradação aumentou nas últimas décadas: a poluição constante, o uso incessante de combustíveis fósseis, a exploração agrícola intensiva, a prática de abater as florestas... estão a elevar as temperaturas globais para níveis preocupantes. O aumento da intensidade e frequência de fenómenos meteorológicos extremos e a desertificação do solo estão a colocar à prova os mais vulneráveis entre nós. A dissolução dos glaciares, a escassez de água, o menosprezo das bacias hidrográficas e a considerável presença de plástico e microplástico nos oceanos são factos igualmente preocupantes, que confirmam a urgência de intervenções não mais adiáveis. Criamos uma emergência climática, que ameaça gravemente a natureza e a vida, inclusive a nossa.





Na raiz de tudo, o fato de termos esquecido quem somos: criaturas à imagem de Deus (cf. Gn 1, 26-27), chamadas a habitar como irmãos e irmãs a mesma casa comum. Não fomos criados para ser indivíduos que se asenhoreiam; fomos pensados e queridos no centro duma rede da vida constituída por milhões de espécies, amorosamente unidas por nosso intermédio ao Criador. É hora de redescobrir a nossa vocação de filhos de Deus, irmãos entre nós, guardiões da criação. É tempo de arrepender-se e converter-se, de voltar às raízes: somos as criaturas prediletas de Deus, que, na sua bondade, nos chama a amar a vida e a vivê-la em comunhão, conectados com a criação.

Por isso, convido veementemente os fiéis a dedicar-se à oração neste tempo que, partindo duma iniciativa oportunamente nascida em campo ecuménico, se configurou como *Tempo da Criação*: um período de oração mais intensa e de ação em benefício da casa comum, que tem início em 1 de setembro, Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação, e termina a 4 de outubro, memória de São Francisco de Assis. É ocasião para nos sentirmos ainda mais unidos aos irmãos e irmãs das várias confissões cristãs. Penso de modo particular nos fiéis ortodoxos que celebram, desde há trinta anos, este Dia de Oração. Sintamo-nos em sintonia profunda também com os homens e mulheres de boa vontade, conjuntamente chamados, no contexto da crise ecológica que tem a ver com todos, a promover a salvaguarda da rede da vida, de que fazemos parte.

Este é o tempo para voltar a habituarmo-nos a rezar imersos na natureza, onde espontaneamente nasce a gratidão a Deus criador. Dizia São Boaventura, cantor da sabedoria franciscana, que a criação é o primeiro “livro” que Deus abriu diante dos nossos olhos, para que, admirando a sua ordenada e maravilhosa variedade, fôssemos levados a amar e louvar o Criador (cf. *Breviloquium*, II, 5.11). Nesse livro, cada criatura foi-nos dada como uma “palavra de Deus” (cf. *Commentarius in librum Ecclesiastes*, I, 2). No silêncio e na oração, podemos escutar a voz sinfónica da criação, que nos exorta a sair dos nossos fechamentos autorreferenciais, descobrindo-nos envolvidos pela ternura do Pai e felizes por partilhar os dons recebidos. Neste sentido, podemos dizer que a criação, rede da vida, lugar de encontro com o Senhor e entre nós, é “a rede social de Deus” (Francisco, Discurso

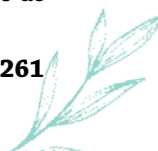


às guias e aos escuteiros da Europa, 3 de agosto de 2019). Isto leva-nos a erguer um cântico de louvor cósmico ao Criador, como ensina a Escritura: “tudo o que germina na terra bendiga o Senhor; a Ele, a glória e o louvor eternamente!” (Dn 3, 76).

Este é o tempo para refletir sobre os nossos estilos de vida, verificando como muitas vezes são levianas e danosas as nossas decisões diárias em termos de comida, consumo, deslocação, utilização da água, da energia e de muitos bens materiais. Em demasia, nos estamos assenhoreando da criação. Optemos por mudar, assumir estilos de vida mais simples e respeitadores! É hora de abandonar a dependência dos combustíveis fósseis, empreendendo rápida e decididamente transições para formas de energia limpa e de economia sustentável e circular. E não nos esqueçamos de ouvir as populações indígenas, cuja sabedoria secular nos pode ensinar a viver melhor a relação com o meio ambiente.

Este é o tempo de empreender ações proféticas. Muitos jovens estão a fazer-se ouvir em todo o mundo, invocando decisões corajosas. Sentem-se decepcionados com as demasiadas promessas não cumpridas, com compromissos assumidos e depois transcurados por interesses e conveniências parciais. Os jovens lembram-nos de que a terra não é um bem para se dissipar, mas herança a transmitir; lembram-nos de que esperar no amanhã não se reduz a um belo sentimento, mas é um dever que requer ações concretas hoje. A eles, devemos respostas verdadeiras, não palavras vazias; factos, não ilusões.

As nossas orações e os nossos apelos visam sobretudo sensibilizar os responsáveis políticos e civis. Penso de modo particular nos Governos que se vão reunir nos próximos meses para reiterar compromissos decisivos que orientem o planeta para a vida, em vez de o lançar para a morte. Vêm-me à mente as palavras que Moisés proclamou ao povo como uma espécie de testamento espiritual, antes de entrar na Terra Prometida: “Escolhe a vida para viveres, tu e a tua descendência” (Dt 30, 19). São palavras proféticas, que poderemos aplicar a nós mesmos e à situação da nossa terra. Escolhamos a vida! Digamos não à avidez de consumos e aos delírios de onipotência, caminhos de morte; tomemos percursos clarividentes, feitos de

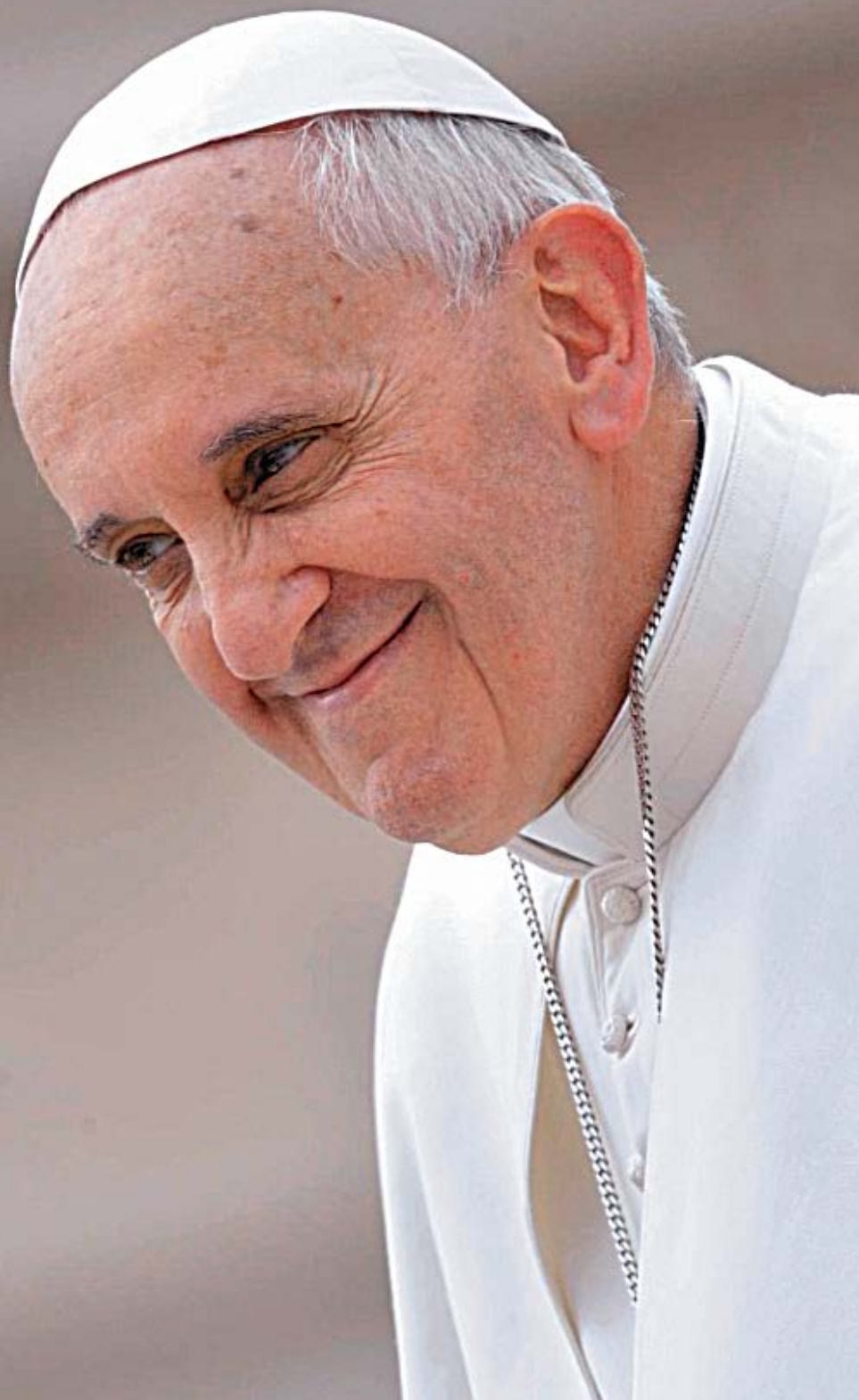




renúncias responsáveis hoje para garantir perspectivas de vida amanhã. Não cedamos às lógicas perversas dos lucros fáceis; pensemos no futuro de todos!

Neste sentido, reveste-se de particular importância a iminente Cúpula das Nações Unidas para a Ação Climática, durante a qual os Governos deverão mostrar vontade política de acelerar, drasticamente, as medidas para se alcançar o mais rápido possível o nível zero de emissões de gases com efeito estufa e conter o aumento médio da temperatura global em 1,5 °C relativamente aos níveis pré-industriais, em consonância com os objetivos do Acordo de Paris. Além disso, no próximo mês de outubro, a Amazônia – cuja integridade encontra-se gravemente ameaçada – estará no centro da atenção duma Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos. Aproveitemos estas oportunidades para responder ao clamor dos pobres e da terra!

Cada fiel cristão, cada membro da família humana pode contribuir para tecer, como um fio sutil mas único e indispensável, a rede da vida que a todos abraça. Sintamo-nos implicados e responsáveis por tomar a peito, com a oração e o compromisso, o cuidado da criação. Deus, amante da vida (cf. *Sb* 11, 26), nos dê a coragem de realizar o bem, sem esperar que sejam outros a começar, sem esperar que seja demasiado tarde.





HONESTIDADE, RESPONSABILIDADE E CORAGEM

Mensagem por ocasião do Encontro da ONU
sobre a Ação em favor do Clima
23 de setembro de 2019

Saúdo os participantes no Encontro da ONU de 2019 sobre a Ação a favor do clima. Gostaria de agradecer ao Secretário-Geral das Nações Unidas, senhor António Guterres, por ter convocado esta reunião, bem como por ter chamado a atenção dos Chefes de Estado e de governo — e de toda a comunidade internacional e da opinião pública mundial — para um dos fenómenos mais graves e preocupantes do nosso tempo: a mudança climática.

Trata-se de um dos principais desafios que devemos enfrentar e por isso a humanidade é chamada a cultivar três grandes qualidades morais: *honestidade, responsabilidade e coragem*.

Com o Acordo de Paris, de 12 de dezembro de 2015, a comunidade internacional tomou consciência da urgência e da necessidade de dar uma resposta coletiva, a fim de colaborar para a construção da nossa Casa comum. No entanto, quatro anos após esse Acordo histórico, observa-se que os compromissos assumidos pelos Estados ainda são muito “fluidos” e estão longe de atingir os objetivos estabelecidos.

Paralelamente a tantas iniciativas, não só por parte dos governos, mas também de toda a sociedade civil, é necessário perguntar se existe uma verdadeira vontade política de destinar mais recursos humanos, financeiros e tecnológicos para mitigar os efeitos negativos da mudança climática e ajudar as populações mais pobres e vulneráveis, que mais sofrem por causa deles.





Embora a situação não seja boa e o planeta sofra com isto, a janela para uma oportunidade ainda está aberta. Ainda! Ainda há tempo. Não deixemos que ela se feche. Abramo-la com o nosso compromisso de cultivar um desenvolvimento humano integral, a fim de assegurar uma vida melhor para as gerações vindouras. O futuro é delas, não nosso! “Enquanto a humanidade do período pós-industrial talvez seja recordada como uma das mais irresponsáveis da história, espera-se que a humanidade dos inícios do século XXI possa ser lembrada por ter assumido com generosidade as suas graves responsabilidades” (*Laudato Si'*, 165).



Com honestidade, responsabilidade e coragem, devemos colocar a nossa inteligência “ao serviço de outro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral” (*Laudato Si'*, 112), que seja capaz de pôr a economia ao serviço da pessoa humana, de construir a paz e de salvaguardar o meio ambiente.

O problema da mudança climática está ligado a questões de ética, equidade e justiça social. A atual situação de degradação ambiental está vinculada à degradação humana, ética e social, como constatamos todos os dias. E isto obriga-nos a refletir sobre o significado dos nossos modelos de consumo e produção, e sobre os processos de educação e conscientização para os tornar coerentes com a dignidade humana. Estamos diante de um “desafio de civilização” a favor do bem comum. E isto é claro, como também é claro que há uma multiplicidade de soluções que estão ao alcance de todos se seguirmos, a nível pessoal e social, um estilo de vida que encarne a honestidade, a coragem e a responsabilidade.

Gostaria que estas três palavras-chave, honestidade, coragem e responsabilidade, ocupassem um lugar central no vosso trabalho de hoje e de amanhã, que daqui acompanho com os meus melhores votos e com a minha oração. Muito obrigado!





DESAFIO DA CIVILIZAÇÃO

Mensagem aos participantes na Conferência das Nações

Unidas sobre a Mudança Climática

2 de dezembro de 2019

A 12 de dezembro de 2015, a COP21 adotou o Acordo de Paris, cuja atuação “exigirá um compromisso coral e uma generosa dedicação da parte de cada um”.¹

A sua rápida entrada em vigor, em menos de um ano, e os numerosos encontros e debates destinados a refletir sobre um dos principais desafios para a humanidade,² o das mudanças climáticas, e a identificar as melhores formas de implementar o Acordo de Paris, mostraram uma consciência crescente, por parte dos diferentes atores da comunidade internacional, da importância e da necessidade de “trabalhar juntos para construir a nossa casa comum”.³

Infelizmente, depois de quatro anos, temos de admitir que esta consciência é ainda bastante frágil, incapaz de responder adequadamente ao forte sentido da urgência de uma ação rápida, exigida pelos dados científicos à nossa disposição, como os descritos nos recentes Relatórios Especiais da Comissão Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC).⁴ Esses estudos mostram que os atuais compromissos assumidos pelos Estados para a mitigação e a adaptação às alterações climáticas estão longe de ser aqueles realmente necessários para alcançar os objetivos estabelecidos pelo Acordo de Paris.

Eles demonstram como as palavras estão longe das obras concretas!





Atualmente existe um consenso crescente sobre a necessidade de promover processos de transição, assim como uma transformação do nosso modelo de desenvolvimento, para incentivar a solidariedade e revigorar os fortes vínculos entre a luta contra as alterações climáticas e a pobreza. Isto é demonstrado ainda mais pelas numerosas iniciativas implementadas ou em curso tanto pelos governos como também pelas comunidades locais, pelo setor particular, pela sociedade civil e por indivíduos. No entanto, subsiste uma grande preocupação quanto à capacidade que tais processos têm de cumprir os prazos exigidos pela ciência e quanto à distribuição dos custos que eles exigem.

A partir desta perspectiva, devemos interrogar-nos seriamente se existe a vontade política para destinar com honestidade, responsabilidade e coragem mais recursos humanos, financeiros e tecnológicos para mitigar os efeitos negativos das alterações climáticas, bem como para ajudar as populações mais pobres e vulneráveis mais atingidas.⁵

Numerosos estudos dizem-nos que ainda é possível limitar o aquecimento global. Para o fazer, temos necessidade de uma vontade política lúcida, clarividente e forte, para perseguir uma nova linha de ação destinada a reorientar os investimentos financeiros e económicos para aquelas áreas que verdadeiramente salvaguardam as condições de uma vida digna da humanidade, num planeta “saudável” para hoje e para amanhã.

Tudo isso nos convida a refletir conscienciosamente sobre o significado dos nossos modelos de consumo e produção e sobre os processos de educação e sensibilização, para os tornar coerentes com a dignidade humana.

Estamos diante de um “desafio de civilizações” a favor do bem comum e de uma mudança de perspectiva, que insira essa mesma dignidade no centro da nossa ação, claramente expressa pelo “rosto humano” das emergências climáticas. Subsiste uma brecha de oportunidade, mas não podemos permitir que ela se feche. Devemos aproveitar esta oportunidade, através das nossas ações responsáveis nos campos económico, tecnológico, social e educacional, conscientes de que as nossas ações são interdependentes.



Hoje os jovens são mais sensíveis aos problemas complexos que derivam desta “emergência”. Não devemos impor às gerações futuras o fardo de assumir os problemas provocados pelas gerações precedentes. Ao contrário, devemos dar-lhes a oportunidade de recordar a nossa geração como aquela que renovou e agiu — com consciência honesta, responsável e corajosa — sobre a necessidade fundamental de colaborar para preservar e cultivar a nossa casa comum. Que possamos oferecer à próxima geração motivos de esperança e de trabalho para um futuro bom e digno! Espero que este espírito anime o trabalho da COP25, à qual desejo todo o bom êxito.

Queira aceitar, Senhora, as minhas calorosas e cordiais saudações.

Vaticano, 1 de dezembro de 2019.

Francisco

Fontes

- 1 Palavras pronunciadas depois do Angelus, 13 de dezembro de 2015.
- 2 Cf. *Laudato Si'*, n. 25.
- 3 Cf. *Laudato Si'*, n. 13; cf. *Mensagem à COP23*, Marrakech, 10 de novembro de 2016.
- 4 Cf. IPCC: Resumo para os decisores políticos do Relatório especial sobre os impactos do aquecimento global de 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais e às tendências relacionadas com as emissões globais de gases com efeito de estufa, no contexto de um fortalecimento da resposta global à ameaça das alterações climáticas, do desenvolvimento sustentável e dos esforços para debelar a pobreza, 6 de outubro de 2018; IPCC: Resumo para os decisores políticos do Relatório especial sobre mudanças climáticas, desertificação, degradação do solo, gestão sustentável do território, segurança alimentar e fluxo de gases com efeito de estufa nos ecossistemas da Terra, 7 de agosto de 2019; IPCC: Resumo para os decisores políticos do Relatório especial sobre o Oceano e a Criosfera num clima em mudança, 24 de setembro de 2019.
- 5 Cf. Papa Francisco, Mensagem em vídeo por ocasião do *Climate Action Summit*, Nova York, 23 de setembro de 2019.





**Confederação Interamericana
de Educação Católica – CIEC**

Rua 147ª #50-92

Telefone: +57 245 0255

Bogotá, Colômbia. América do Sul

www.ciec.edu.co

A criação é um
projeto do amor de Deus
para a humanidade.

Francisco



ISBN 978-607-01-4390-8



9 786070 143908

CIEC
CONFEDERAÇÃO INTERAMERICANA
DE EDUCAÇÃO CATÓLICA

